

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**DINASTIAS POLÍTICAS E PODER LOCAL: O CASO DO  
MUNICÍPIO DE ARCOS - MG**

Autora: Sabrina de Carvalho Ribeiro

Brasília 2012

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**DINASTIAS POLÍTICAS E PODER LOCAL: O CASO DO  
MUNICÍPIO DE ARCOS - MG**

Autora: Sabrina de Carvalho Ribeiro

Dissertação apresentada ao Departamento de Pós-graduação de Sociologia da Universidade de Brasília – UnB – como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Prof<sup>a</sup>. Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Débora Messenberg Guimarães

Brasília, agosto de 2012

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**DINASTIAS POLÍTICAS E PODER LOCAL: O CASO DO  
MUNICÍPIO DE ARCOS - MG**

Autora: Sabrina de Carvalho Ribeiro

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Débora Messenberg Guimarães (UnB)

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Paulo César Nascimento (IPOL - UnB)

Prof. Dr. Sérgio Barreira de Faria Tavolaro (SOL - UnB)

Prof. Dr. Arthur Trindade Maranhão Costa (SOL – UnB - Suplente)

## **Agradecimento**

A academia foi uma opção de vida. Os estudos e a pesquisa me fascinaram desde os primeiros semestres na universidade e a partir dali já desejava que o vínculo não fosse rompido. De uma forma ou outra estar em contato com a universidade me nutria.

Lia Zanotta Machado, com quem pesquisei por quatro anos, Lúcia Avelar, querida professora que me legou a paixão pela pesquisa e Débora Messenberg, minha estimada orientadora, cujas pesquisas e conhecimento me fascinavam, influenciaram decisivamente meu gosto pela vida acadêmica e pela pesquisa.

Desde a seleção, o mestrado mostrou-se um grande desafio, mas não há como esquecer Tio Fernando, por quem tenho imensa saudade, e Tia Berê, ao pé da minha cama, me tranquilizando.

O curso do mestrado, especialmente o período da pesquisa em campo, implicou em uma série de abnegações e ausências, que representaram um tempo de crescimento, de amadurecimento do conhecimento e de convivência com o objeto do meu estudo, não um tempo de perdas.

Todas essas ausências, no entanto, envolvem pessoas muito queridas, às quais peço desculpas. Também agradeço a compreensão e carinho com que me apoiaram.

Agradeço à Tia Berê, presença constante nas minhas conquistas, que diversas vezes não poupou esforços para me auxiliar, ler e reler meus escritos, debater e escutar sobre a minha dissertação.

Ao meu primo-irmão Marcus pelo apoio e carinho, procurando sempre saber como me confortar e estando pronto para me auxiliar.

Ao meu amado noivo, Murilo, pela dedicação incansável. Sempre com seu sorriso e abraço reconfortantes, soube me entender, me apoiar, me incentivar, me amar de uma forma tão pura. Seu desprendimento e confiança no meu trabalho nunca permitiram que ele se cansasse da “nossa” caminhada, pelo contrário, era ele quem me dava forças para prosseguir em momentos de cansaço e desânimo.

Ao meu pai, pela felicidade de tê-lo comigo após tantas provações durante esses últimos dois anos. A sua vida dá razão à minha. À minha mãe, pela fortaleza que sempre me passou. Aos dois pelas oportunidades e incentivo à minha formação, pela confiança e amor durante toda essa jornada.

Aos meus amados irmãos, Fafá, Tércia e Rossi, pelo incentivo e companheirismo.  
Aos meus amigos pelo apoio e compreensão das ausências.

Agradeço ainda aos vereadores da cidade de Arcos, Sr<sup>a</sup>. Marlene, Srs. Eduardo, Jamir, Wilmar, Diocélio, Geraldo Cláudio, Zeneca e Pedro César; ao Sr. Fernando Faria, Presidente do PDT pela recepção, entrevistas e longas conversas informais. Ao Sr. Roulien, Sr. Antônio Gontijo e Sr. Lázaro Barreto, pelas memórias da política local. À Cleusa, servidora da Câmara Legislativa de Arcos, e sua equipe, que por tantas vezes atendeu aos meus mais variados pedidos.

De forma geral agradeço a cada pessoa com quem tive contato em Arcos durante a pesquisa de campo. Saibam que esse conhecimento resultou em ganhos acadêmicos, mas também em um grande aprendizado para a minha vida.

Por fim, agradeço novamente à Débora Messenberg, pela orientação impecável, dedicação, atenção e carinho com a minha pesquisa.

## **Resumo**

Esta pesquisa tem por objetivo analisar as dinastias políticas presentes no campo político parlamentar de Arcos – MG. Busca-se entender, principalmente, como as suas práticas são moldadas de forma a conviver com a estrutura do Estado Republicano e democrático. Foram analisados os capitais políticos, as práticas, os códigos de socialização, os recursos materiais e simbólicos, as alianças e redes sociais dos agentes e das famílias com tradição política. Para tanto realizou-se uma pesquisa etnográfica e entrevistas com os atuais vereadores e presidentes de partidos políticos do município.

A pesquisa buscou compreender os fundamentos e as bases para a reprodução política de membros dessas dinastias, estudando os seus perfis e trajetórias políticas. A partir da construção das genealogias familiares dos atuais vereadores arcoenses percebe-se como as redes de parentesco sanguíneo e de “filiações simbólicas” se posicionam na própria construção dessa genealogia e na formatação do campo político.

Palavras-chave: Dinastias políticas, heranças políticas, capitais políticos.

## **Abstract**

This research's objective is to analyze the political dynasties presents in the parliament's political field of Arcos – MG. It aims to understand how their practices are molded to adapt to the structure of the Republican and Democratic State. With the use of ethnographic researches and interviews with local parliamentarians and political party presidents, this work analyzed the political capital, the practices, the socialization code, the material and symbolic resources, the alliances and the social networks of agents and families with political traditions in the *arcoense* parliamentary field.

The research aimed to comprehend the foundations and sources to generate political members of those dynasties, by studying the politician's profiles and trajectories. From the exploration of the municipal parliamentarians' genealogy it can be perceived how the network of blood's relatives and "symbolic filiations" act in the genealogy itself and the political field.

**Keywords:** Political dynasties, political heritage, political capital.

## Sumário

Introdução.....	8
1. As Estruturas das Dinastias Políticas .....	11
O Poder Simbólico e o Campo Político.....	11
O <i>Habitus</i> do Homem Político.....	17
Os Tipos de Capital em Jogo no Campo Político .....	21
2. O Campo Político Parlamentar Municipal de Arcos .....	27
O Modelo Parlamentar: funções e importância .....	27
Município e Poder Local .....	32
Arcos e a Câmara Municipal .....	38
As Lideranças Políticas de Arcos.....	42
3. O Poder Legislativo e a Transferência do Capital Político em Arcos - Perfil e Trajetória dos Vereadores.....	49
As Famílias, os Capitais Políticos e os Atuais Vereadores .....	63
Conclusão .....	91
Bibliografia.....	95
Anexos .....	97
Anexo I - Roteiro das Entrevistas com os Vereadores – Dinastias Políticas.....	97
Anexo II - Roteiro das Entrevistas com o Presidente do PDT.....	100
Anexo III – Tabela quantidade de mandato dos Vereadores de Arcos da 1ª a 16ª legislatura....	102
Anexo IV – Tabela de estatística do eleitorado arcoense por sexo e grau de instrução .....	105
Anexo V – Tabela sobre o estado civil da população de Arcos.....	106
Anexo VI – Tabela sobre a naturalidade da população residente de Arcos.....	107
Anexo VII – Tabela sobre as deficiências na população de Arcos .....	108
Anexo VIII – Tabela sobre o Produto Interno Bruto de Arcos .....	109
Anexo IX – Tabelas sobre a ocupação e seção de atividade do trabalho da população de Arcos .....	110
Anexo X – Fragmento do Regimento Interno da Câmara Legislativa Municipal de Arcos .....	111

## Introdução

A literatura da Sociologia Política e da Ciência Política no Brasil tem apresentado um crescente número de estudos sobre o Poder Legislativo no país, especialmente nos âmbitos federal e estadual. No que tange à Ciência Política, predominam as abordagens de cunho institucionalista, nas quais os valores culturais e as representações/configurações sociais apresentam pouca relevância como variáveis explicativas dos resultados da interação entre os atores políticos e a composição do campo. Além disso, a literatura institucionalista oferece poucos trabalhos direcionados à compreensão da dinâmica política nos municípios. Em geral, a política municipal e sua dinâmica interna servem como exemplos ilustrativos das redes que vinculam os políticos municipais, estaduais e federais.

A escassez de trabalhos que discutem o exercício do poder no âmbito municipal decorre, no mais das vezes, às dificuldades de execução de pesquisas no interior do país. Tais dificuldades relacionam-se tanto à falta de financiamento que possibilite aos pesquisadores, geralmente moradores das capitais, o deslocamento para o interior, quanto os obstáculos referentes ao acesso aos dados, registros, agentes políticos e pessoas que possam ajudar na compreensão da memória política local. Soma-se à isso a predominância de certa visão preconceituosa, de que estudos locais não proporcionam inferências que possam ser generalizadas, resultando num empreendimento de pouco retorno, portanto de importância menor do ponto de vista teórico.

No entanto, de acordo com o I Censo do Legislativo Brasileiro, realizado pelo Interlegis<sup>1</sup> em 2005, no qual foram recenseados todos os 5.564 municípios brasileiros existentes à época, 5038 municípios possuíam menos de 50 mil habitantes. Dessa forma, percebe-se que mais de 90% dos municípios brasileiros são municípios de pequeno porte e conhecer suas instituições e agentes sociais é mais do que necessário e premente.

A presente pesquisa pretende conhecer o campo político do Legislativo Municipal de Arcos - MG , buscando especificamente analisar a atuação e o perfil das dinastias políticas presentes no município. Dinastias são aqui entendidas como famílias com tradição

---

<sup>1</sup> Programa desenvolvido pelo Senado Federal, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, de modernização e integração do Poder Legislativo nos seus níveis federal, estadual e municipal e de promoção da maior transparência e interação desse Poder com a sociedade. Disponível em: [http://www.interlegis.leg.br/informacoes\\_institucionais](http://www.interlegis.leg.br/informacoes_institucionais)

na vida política, que conseguem transferir o seu capital político a descendentes aptos ao jogo político, socializados para este fim.

O estudo das dinastias políticas, no entanto, não busca raízes arcaicas da tradição política. O que se pretende deixar claro é que apesar de as heranças políticas existirem e estarem presentes em grande parte da composição dos cargos eletivos, essa estrutura tradicional de transmissão de capitais vem sendo ressignificada, adaptando-se ao novo ordenamento jurídico e cumprindo as determinações do Estado Democrático de Direito. Mais do que isso, convive com essas estruturas modernas, sendo constantemente legitimadas e requeridas.

Com a finalidade de mostrar essa existência ressignificada com a democracia e os seus pressupostos, optou-se metodologicamente por apresentar a genealogia das dinastias políticas arcoenses a partir do período de emancipação do município (1938), e a reprodução dos membros no Legislativo após a redemocratização de 1988.

O trabalho etnográfico realizado compreendeu a observação em campo das estruturas e atividades na Câmara Legislativa Municipal de Arcos, a coleta de dados e informações na Prefeitura, na Câmara e com pessoas da cidade reconhecidas como detentores e alimentadores da memória da política arcoense, além de entrevistas semi-estruturadas focando nas trajetórias dos atuais vereadores e presidentes de partidos.

Nesse sentido, pretende-se mostrar também que a troca de votos por favores, a distribuição de benefícios particularistas, a perpetuação de relações tradicionais e/ou assimétricas entre cidadãos podem ser avaliadas como um fenômeno político autônomo e dotado de racionalidade, e na prática, não incompatível com os pressupostos do Estado Republicano e democrático.

A opção pelo estudo etnográfico justifica-se pela riqueza dos dados/informações/contato com os políticos, pela possibilidade de realização do trabalho de campo no que concerne ao acesso aos parlamentares e também devido à importância da vivência direta da realidade onde se insere o objeto de estudo, visando compreender o ponto de vista das pessoas que vivem naquele campo.

Sentiu-se a necessidade desse estudo pela observação e vivência no campo também porque parte do comportamento político das pessoas é baseado em conhecimento não-falado, em conhecimento tácito. Assim, era preciso observar o que as pessoas fazem, as ferramentas que utilizam e como se relacionam.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro fornece algumas chaves interpretativas para compreensão das estruturas de poder que envolvem as dinastias: do poder simbólico, praticamente invisível, que envolve as relações entre cidadãos e políticos, passando pelo *habitus* necessário ao desenvolvimento com sucesso das atividades políticas e o campo onde se desdobram todas as relações e ações dos agentes, até os tipos de capitais envolvidos na transmissão da herança política por parte das dinastias.

O segundo capítulo traz a ideia de parlamento moderno para que se possa estabelecer uma comparação com a realidade encontrada no campo estudado. Além disso, a concepção de município e poder local, informações sobre o município de Arcos, a Câmara Legislativa e a história política de Arcos com a finalidade de contextualizar o cenário em que se desdobra o trabalho de campo.

O último capítulo analisa as famílias com tradição política em Arcos, os capitais políticos dos agentes e de seus descendentes, a transferência desses capitais, o perfil e trajetória dos atuais parlamentares, além da relação do Legislativo com o Executivo local. O intuito é, portanto, compreender como as dinastias políticas se reproduzem no campo político arcoense a partir do perfil e das trajetórias políticas dos atuais parlamentares.

Esta pesquisa não esgota a discussão sobre dinastias e heranças políticas, mas pretende incentivar o debate e lançar luzes sobre esse tema ainda pouco explorado, aparentemente “resolvido” e tido como algo a ser eliminado com a consolidação da democracia.

# 1. As Estruturas das Dinastias Políticas

## O Poder Simbólico e o Campo Político

“... num estado do campo em que se vê o poder por toda parte, [...], não é inútil lembrar que [...] – é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” (BOURDIEU, 2010a, p. 9)

O estudo de dinastias políticas, de suas redes, da transmissão do capital político aos seus descendentes e apadrinhados, de seu modo de ser e seus códigos, passa, antes de tudo, pelo entendimento deste poder praticamente invisível, onde o mando e a submissão são vivenciados veladamente, o que garante o mascaramento e a continuidade da dominação social e é explicada por Bourdieu como “capital simbólico”.

Este capital simbólico é visto como uma propriedade qualquer (força física, econômica, valor guerreiro) que, percebida pelos agentes sociais dotados das categorias de percepção e de avaliação, torna-se simbolicamente eficiente, como uma verdadeira força mágica. Ele exerce uma espécie de ação à distância, sem a necessidade de um contato físico, principalmente por responder às expectativas socialmente constituídas em relação às crenças.

Dessa forma o poder simbólico pode ser entendido como um crédito, um depósito de autoridade, dado por aquele que o está sujeito a quem o exerce, pondo nele a sua confiança. Este poder simbólico, portanto, só existe porque aquele que se sujeita crê que ele existe. (BOURDIEU, 2010a)

Assim, o capital específico que se busca na política é puro valor fiduciário, que depende da representação, da opinião, da crença depositada no ator político. O político busca constantemente, em sua trajetória, o crédito, a confiança de seus eleitores e pares e evita o descrédito público, com prudência em suas ações e palavras, silêncios e dissimulações perante a opinião do eleitorado e do próprio meio.

A relação de dominação simbólica não se dá, portanto, pela imposição ou violência física, mas de uma forma “mágica”, forjada num trabalho anterior, longo e invisível que produz naqueles submetidos à dominação, disposição necessária para

obedecer sem questionar a própria obediência. A violência simbólica é então apoiada em crenças socialmente inculcadas e impõe submissões percebidas como naturais. Por isso, a legitimação da dominação é condição de validade de toda sorte de poder político.

Observa-se a naturalização das diferenças sociais em distinções que não deixam claro o seu modo de aquisição, especialmente no que se relaciona ao capital econômico e cultural presentes no capital simbólico. Essas aquisições passam a ser tidas como naturais para certos agentes políticos, reconhecidos como pertencentes ao campo e portadores de características necessárias ao desenvolvimento das funções políticas. A “distinção” no campo naturaliza-se, envolvendo recursos incorporados ao longo da trajetória, mas aparentemente adquiridos de forma inata, sendo justificados como algo merecido e natural.

Já internamente, num determinado grupo, visto que seus membros compartilham o referido capital simbólico, esse se desdobra, estabelecendo estruturas de percepção diferenciadoras entre seus membros, o que faz com que estes se vejam mais próximos ou mais distantes, de acordo com suas posturas, ideologias, práticas, valores, vínculos, capitais familiares.

O senso de distinção é, uma propriedade das classes ou das frações dominantes. São elas que definem esses esquemas classificatórios, em grande parte inconscientes, que servem como orientação de comportamento internamente e externamente, à todas as classes e frações sociais que de alguma forma encontram-se sob seu jugo. Contudo, a dominação é um processo que, embora simbólico, engendra uma série de preparações, objetivos, foco, e não se resume a uma mera aderência dos dominados às “estruturas dominantes”.

O poder decorrente do capital simbólico é, antes de tudo, o resultado do efeito exercido por um poder inscrito nos corpos dos indivíduos sob a forma de *habitus*, que integra e se relaciona a todo o campo. Essa relação não envolve simplesmente uma coerção tácita pela classe dominante, mas é fruto das limitações difusas do campo, tanto para dominados, como para dominantes, impondo a cada um, uma espécie de código postural.

Isso faz com que o homem político, socializado nesses códigos, seja reconhecido, legitimado e, geralmente, desejado naquela função. Isso porque retira a sua força simbólica da confiança que um grupo põe nele, mas com a condição de espalhar benefícios sobre os que assim o apoiam. O político retira seu poder propriamente “mágico”, esse poder

simbólico que consegue se impor e dominar, expressando força sem violência física, sobre o grupo, através da fé que eles têm na sua representação.

Bourdieu expressa essa ideia do reconhecimento e da legitimação, e suas relevâncias, ao longo da obra *O Poder Simbólico*, dizendo que: “A verdade da promessa ou do prognóstico depende da veracidade e também da autoridade daquele que os pronuncia, quer dizer, da sua capacidade de fazer crer na sua veracidade e na sua autoridade.” (BOURDIEU, 2010a, p. 186)

Dessa forma, é a crença na legitimidade das palavras, da postura, da autoridade, a incorporação dos códigos daquele que as pronuncia, que estabelece o poder tanto de suas palavras, como de suas ordens. Nesse sentido, menos interessa o conteúdo das palavras, mas prepondera o seu orador e o campo em que elas são proferidas. Este poder simbólico inscrito nos *corpus* e no campo é uma forma irreconhecível, transformada de várias outras formas de poder: trata-se de uma metamorfose das relações de força, ignorando-se a violência objetiva. O que resta aparente é o poder simbólico, produzindo efeitos reais, mas sem dispêndio aparente de energia.

No entanto, esse poder simbólico, apesar de invisível, é facilmente vivenciado, exerce uma espécie de fetichismo e por estar diretamente vinculado a grupos sociais, constitui-se em objeto de disputa que envolve estratégias coletivas e individuais que procuram conservá-lo ou adquiri-lo através da aproximação com aqueles que o detém e do distanciamento dos que pouco o possuem.

É relevante nesse estudo ater-se ao fato de que no jogo político essa disputa tem um tom mais forte, com códigos de conduta, lutas e posicionamentos ainda que velados, contundentes, conforme afirma Bourdieu:

“Nada há que seja exigido de modo mais absoluto pelo jogo político do que esta adesão fundamental ao próprio jogo..., investimento no jogo que é produto do jogo ao mesmo tempo que é a condição de funcionamento do jogo: todos os que têm o privilégio de investir no jogo (em vez de serem reduzidos à indiferença e à apatia do apolitismo), para não correrem o risco de se verem excluídos do jogo e dos ganhos que nele se adquirem, quer se trate do simples prazer de jogar, quer se trate de todas as vantagens materiais ou simbólicas associadas à posse de um capital simbólico, aceitam o contrato tácito que está implicado no facto de participar do jogo, de o reconhecer deste modo como valendo a pena ser jogado, e que os une a todos os outros participantes por uma espécie de conluio originário bem mais poderoso do que todos os acordos abertos ou secretos.” (BOURDIEU, 2010a, p. 173)

Assim como o poder simbólico, as relações de força e toda sorte de capital político só surgem num campo propício, num lugar em que se geram querelas e produtos

políticos, discussões, propostas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, a partir da concorrência entre os agentes nele envolvidos. Aos cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, restam as escolhas entre as marcas produzidas no campo político. (BOURDIEU, 2010a)

No caso do campo político, a busca do poder político é um dos principais objetivos e se apresenta como “natural” para seus membros. Bourdieu (2010a) vê como superficiais as análises dos discursos e das ideologias políticas que enfatizam os enunciados, sem considerar a constituição do campo político e a relação entre esse campo e o espaço social mais amplo, o qual abrange as posições e os processos sociais. Ele chama a atenção para a exigência de fundar a análise do discurso político na construção do campo, no interior do qual esse discurso é produzido e recebido, e observar as organizações distintas, seus esquemas de produção e de percepção e as relações mantidas com o espaço social no seu conjunto.

É preciso então compreender inicialmente a gênese social do campo, como esse campo surge, se sustenta e o que é necessário para fazer parte dele. Aprender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, da linguagem, da retórica, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, ou seja, explicar e entender o que é estabelecido para além das regras formais e conscientes.

A explicação é, portanto, histórica. Quando se investiga a instituição de um universo relativamente autônomo, a análise da história do campo é a única forma legítima de analisar a sua essência. A história mostra as raízes do campo e o que lhe conferiu, em certo momento, singularidade. A ciência humana não pode vislumbrar outro fim que não seja o de se reapropriar, pela tomada de consciência, da necessidade que está inscrita na história e, em particular, de conferir a si mesma o domínio teórico das condições históricas em que podem emergir necessidades trans-históricas. (BOURDIEU, 2010a). Desse modo, nenhuma análise de campo tanto da sua essência, como da definição formal pode ser distinta da afirmação da sua autonomia.

O campo pode ser assim entendido como um espaço de lutas entre diferentes agentes que ocupam posições distintas e que combatem por um capital específico ou pela redefinição desse capital. Nesse enfrentamento utilizam diferentes meios, diferentes recursos de poder, conforme sua posição.

O campo político, por sua vez, guarda as suas singularidades, apresentando-se como um universo social distinto, com suas regras, limites, códigos, posturas, o que o diferencia e separa, conferindo-lhe autonomia. Suas regras e estrutura dão o contorno desse universo, prescrevendo suas disposições operantes e significativas, possibilitando a hierarquização dos agentes no seu interior, com base no tipo específico de capital que eles podem mobilizar.

O campo político é, portanto, um universo social que estabelece as suas próprias leis, criando normas e limites que balizam a entrada e ação de membros externos a ele, ao passo que também estruturam sua dinâmica interna. Os movimentos, posturas e ações dentro desse campo relacionam-se diretamente com o acúmulo de um tipo especial de capital simbólico por parte dos membros do grupo político, de suas descendências políticas e/ou de suas instituições de origem. Esses elementos distintivos que têm uma força simbólica são resultado de processos de reconhecimento e atribuição de legitimidade a um conjunto de bens e práticas disponíveis e vivenciados pelos próprios integrantes do campo.

Nesse campo, a possibilidade de ocupar posições que detêm poder político é condicionada à capacidade de possuir recursos (nome de família, posições ocupadas nas tramas políticas, vínculos pessoais) como também disposições para saber utilizá-los e fazê-los frutificar na competição política. (ABÉLÈS, 1989 apud GRILL, 2003)

Do ponto de vista da sociologia das organizações ou da sociologia política clássica, é na incorporação do saber fazer política, no trabalho que se demonstra ao longo da profissionalização, que se encontra o segredo do sucesso político e, portanto, da ocupação de posições-chave no campo político. É possível também entender as dificuldades intrínsecas como efeitos desse campo, com relativa autonomia, autocentramento e autoreferência. Assim, o que os políticos são em seu trabalho depende também do que foram em sua trajetória anterior (até mesmo o modo pelo qual se projetam em um futuro diferente ou em uma carreira política diferente na vida). Na sociologia das instituições, a ocupação de uma posição, de um papel, mostra-se um posicionamento estratégico que cumpre o desempenho das tarefas e obrigações prescritas na história do posto, mas a forma pela qual os agentes, portadores de *habitus* muito diferentes, as exerce, transforma as formas legítimas de exercer essas funções de modo a proporcionar um beneficiamento político. (OFFERLÉ, 2011)

Já com relação às mudanças que ocorrem nos campos, essas são resultado de rupturas com a tradição, com uma estrutura estabelecida, sendo sempre relacionada à posições relativas. Os agentes, objetivamente situados em relação a seus pares no campo ou defendem a tradição, ou esforçam-se para quebra-la, demonstrando que a mudança também é forjada num processo de luta dentro do campo, por seus próprios membros e é consequência das necessidades ou insatisfações que surgem internamente.

Admite-se, assim, que o motor da mudança reside precipuamente nas lutas cujo palco são os campos de produção correspondentes: “essas lutas que visam a conservar ou a transformar a relação de forças instituída no campo de produção têm, evidentemente, o efeito de conservar, ou de transformar, a estrutura do campo das formas que são instrumentos e alvos nessas lutas”. (BOURDIEU, 2010b, p. 63)

Dessa forma, as posições no campo político nunca são mero resultado das votações recebidas pelos agentes políticos. A relação com os próprios pares importa para o contingente de capital político, espécie de capital simbólico que cada agente demonstra ter no campo político. Ou seja, apesar de todos os políticos lutarem por votos e a popularidade contribuir para tal reconhecimento, sendo essa etapa eleitoral uma das fases cruciais, esse não é o único determinante no campo para a ocupação de posições estratégicas.

O funcionamento desse campo, a produção das formas de percepção e de expressão politicamente atuantes e legítimas é monopólio dos profissionais e se acha, portanto, sujeita aos constrangimentos e às limitações inerentes ao funcionamento do campo político. Nesse sentido, tanto a lógica censitária, que rege o acesso às escolhas dos atores políticos, quanto à oligopolística, que rege a oferta dos produtos do campo, disseminam seus efeitos nesse empreendimento.

Percebe-se no campo político um monopólio da produção de membros por um corpo de profissionais, um pequeno grupo de unidades de produção, controladas elas mesmas pelos profissionais mais experimentados. Quanto aos produtos políticos resultantes dessas poucas e especializadas unidades produtoras, resumem-se à opções, geralmente reiteradas, e de famílias com tradição na política ou vinculadas à elas. Pesam, portanto, para os consumidores, constrangimentos nas suas opções, que se veem tanto mais condenados à fidelidade indiscutida às marcas conhecidas e à delegação incondicional aos seus representantes quanto mais desprovidos estão de competência social para a participação política, além de instrumentos próprios de produção de discursos ou atos

políticos. Bourdieu diz: “o mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem.” (BOURDIEU, 2010a, p. 166)

Assim, marcam o campo político a disputa por votos, a legitimação e o reconhecimento dos pares, mas também a fidelidade às marcas conhecidas, a prevalência do pequeno grupo que controla o campo e os constrangimentos que pesam sobre as escolhas dos eleitores. Um dos resultados desse complexo campo político é a delegação de poder e autoridade mais intensa aos políticos tradicionais, aos membros de dinastias políticas, na medida da carência de capital social dos cidadãos para agirem politicamente.

### **O *Habitus* do Homem Político**

Na política, a probabilidade de sucesso no jogo político vincula-se à certa competência específica, saber fazer política, ser um político, ou seja, ter o *habitus* do político. Isso requer uma preparação especial, com uma aprendizagem necessária para adquirir o “*corpus* de saberes específicos”, uma incorporação praticamente postural, como o domínio de certa linguagem e retórica política. Trata-se, portanto, de uma espécie de iniciação, com provas e ritos de passagem, que tem como resultado a incorporação paulatina do domínio prático da lógica imanente ao campo político.

O aprendizado envolve uma submissão, não no sentido de coerção, mas de interiorização, de fato aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes ao campo, bem como seus constrangimentos e controles. Aprende-se o que é dizível, pensável ou, ao contrário, o que não o é no campo político e isso estabelece uma relação direta com os interesses expressos pela classe e grupos sociais a que pertencem os agentes políticos. Nesse sentido, todas as suas ações e pensamentos dentro do campo político, relacionam-se a um projeto político.

Essa preparação específica para o ingresso no campo político, essa iniciação moldada por rituais de passagem, faz com que o domínio prático dessa lógica do campo político seja incorporado pelos seus agentes de modo tão natural, que tais valores, regras, práticas e toda sorte de estrutura do campo passam a ser seus próprios valores, regras e práticas.

O *habitus* pode então ser entendido como sistemas de “disposições duráveis”, “estruturas estruturadas” predispostas à operar como “estruturas estruturantes”. São princípios geradores de práticas distintas, mas também distintivas que, como tais, retraduzem as características intrínsecas de uma posição no campo em um estilo de vida único, isto é, preparam o agente para um conjunto de escolhas como se essas fossem dadas por um gosto inato. (BOURDIEU, 2010b) As práticas distintivas acabam por conferir uma unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes. Isso significa que dentro do próprio campo político, além do *habitus* político amplo e geral, cada grupo ali inserido porta também um *habitus* específico, ainda que orientado por aquele mais geral.

Os *habitus* são diferenciados na medida em que conferem a um agente uma determinada forma de vida, uma posição, mas também são diferenciadores na medida em que situam um agente em relação a outro e aos demais cidadãos, externos ao campo. O *habitus* é, portanto, aquilo que se adquire e se incorpora como se fossem disposições regulares, sendo determinado pela posição social do indivíduo, o que lhe permite pensar, ver e agir nas mais variadas situações, mas que é reflexo dos interesses do grupo, do jogo político em que o agente está disposto.

Ele traduz-se num conjunto de práticas que são automáticas e impessoais, que podem ser objetivamente voltadas a seu fim, sem com isso indicar um propósito consciente e um domínio expresso dos meios para atingi-lo. Um ponto importante para se entender o *habitus* político é apreender o campo político onde essas práticas são vivenciadas. Elas podem ser coletivamente organizadas, mas também produto da ação instrutora de um agente com mais capital e proeminência no campo político.

Offerlé (2011) considera, à luz de Max Weber, que um verdadeiro político porta três qualidades determinantes tanto na entrada, como para a permanência no campo (complementares e eventualmente contraditórias): a paixão, o sentimento da responsabilidade e o senso de proporção. Todas elas não são aprendidas diretamente, mas a partir de uma socialização dentro do campo, orientada inconscientemente pelo *habitus* e necessária ao desempenho da função.

Desses aprendizados, o que exige menos preparação e que geralmente é obtido primeiro, é a gestão dos assuntos locais ou das técnicas de comunicação. Os demais

aprendizados são interiorizados através de uma socialização difusa: a aptidão e o gosto pelo mando e pelo aprendizado sobre o conjunto dos papéis políticos. (OFFERLÉ, 2011)

A vivência e a incorporação do *habitus* não podem ser compreendidas então fora de sua dimensão relacional com o campo. Essa relação entre campo e *habitus* é imprescindível para se entender a lógica vivenciada, reproduzida e alterada pelos seus membros, refutando a visão mecânica da ação, na qual esses agentes são tratados como se fossem movidos por ações conscientes, como se instrumentalizassem intencionalmente os objetivos de suas ações e agissem de forma à alcançá-los da maneira mais eficiente possível.

O campo engendra relações objetivas entres os agentes, que ocupam posições que foram definidas em lutas anteriores. Esse mesmo campo encerra-se numa gama de oportunidades, tanto de recursos de poder, como de posições estratégicas, mas é preciso dominar sua lógica e especificidades para poder entrar no jogo. Visto que as posições e desenvolvimento no campo não são resultados de uma ação direta e consciente, orquestrada numa interação, mas que é a própria estrutura do campo que indica como as ações percebidas nessas interações irão revestir a experiência, a trajetória dos agentes, o conhecimento da estrutura e a incorporação do *habitus* relacionado ao campo mostram-se como significativas vantagens competitivas no tocante à entrada e permanência.

A idéia de corporificação à que a noção de *habitus* remete, revela o caráter pré-reflexivo das ações e escolhas. O corpo humano “é um corpo socializado, um corpo estruturado, um corpo que incorporou as estruturas imanentes de um mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção desse mundo como a ação nesse mundo.” (BOURDIEU, 2010b, p. 144) Essa incorporação de significados e de esquemas distintivos e classificatórios inicia-se na socialização primária e segue em momentos de ressocialização, consequentes das escolhas que são realizadas ao longo da vida, da trajetória, elas mesmas orientadas pelo *habitus*.

O acúmulo de capital através do trabalho político é longo e perpassa a vida de profissionais do presente e do passado. Toda a vivência no meio é transmitida num ensinamento cotidiano dentro campo, sendo incorporado e naturalizado paulatinamente. Por exemplo, as capacidades mais gerais dos políticos: o domínio de certa linguagem e de certa retórica política, que se apresenta na condição do “tribuno” (indispensável nas

relações com o povo) e na do “debatador” (necessária nas relações entre profissionais/pares).

A incorporação desses significados e esquemas permite o “bom posicionamento” e a ação no campo. Adquire-se o sentido prático das tomadas de posições, vendo-as como possíveis e impossíveis, prováveis e improváveis e isso é o que permite aos diferentes ocupantes das diferentes posições, escolher as tomadas de posições convenientes e evitar aquelas comprometedoras.

Quanto à interdependência entre o *habitus*, o campo e as práticas pode-se dizer que certos *habitus* acham as condições da sua realização, e até mesmo do seu desenvolvimento, na lógica do aparelho, mas também que a lógica do aparelho “explora”, em seu proveito, as tendências inscritas nos *habitus*. (BOURDIEU, 2010a)

O pertencimento à determinadas classes sociais pode, então, ser compreendido a partir da ideia de incorporação das disposições e dos esquemas valorativos/avaliativos. O compartilhamento de certos *habitus* por indivíduos acaba por fazer com que eles, de forma não propriamente consciente, vivenciem práticas sociais similares e, muitas vezes, alimentem estratégias comuns, formando grupos. Isto porque ao mesmo tempo em que está presente como algo objetivado nas coisas, também se encontra incorporado nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como esquemas de percepção, pensamento e ação. (MESSENERG, 2009) Essa concordância entre estruturas objetivas e estruturas cognitivas leva à naturalização e faz com que o mundo social e suas divisões, sejam vistas como naturais e evidentes, adquirindo, portanto, legitimação.

Assim, o *habitus* resume-se não numa aptidão natural, mas social, variável através do tempo, do lugar e, sobretudo, através das disposições de poder. É simultaneamente “estruturado”, visto que se processa por meios sociais passados, e “estruturante”, de ações e representações presentes. Opera como “o princípio não escolhido de todas as escolhas” (BOURDIEU, 2010a), guiando ações que assumem o caráter sistemático de estratégias mesmo que não seja o resultado de tal intenção, nem tenham sido objetivamente organizadas.

A prática não é nem o resultado certo dos ditames estruturais nem a consequência da perseguição intencional de objetivos pelos indivíduos, mas antes o produto de uma relação dialética entre a situação/contexto e o próprio *habitus*.

Nesse sentido, Bourdieu (2010a) salienta que apesar da relativa abertura do campo político com o passar do tempo, no tocante à entrada, exige-se no campo um reforço dos requisitos em matéria de competência geral ou mesmo específica, o que corrobora o beneficiamento, mesmo por via distinta e informal, dos membros de famílias com tradição na política, detentores de um capital político significativo.

Ao “líder herdeiro” de uma família com tradição política ou facção exige-se então a operacionalização dos códigos de legitimação das organizações cujos antecedentes biológicos ou simbólicos participaram e/ou procuram encarnar, bem como dos atributos e das recompensas que produziram a sua existência e sua continuidade na política. Ao mesmo tempo ele se torna responsável, ou ao menos assim pretende, pela sobrevivência do grupo familiar e/ou da organização, o que pressupõe a renovação das práticas, do estabelecimento de lealdades e de interpretação dos códigos. (GRILL, 2003)

### **Os Tipos de Capital em Jogo no Campo Político**

O conceito sociológico de capital não é limitado ao seu sentido econômico. Parte-se da idéia de capital simbólico, como uma espécie de “crédito” social, no sentido preciso do termo, isto é, algo que depende fundamentalmente da crença socialmente difundida na sua validade (BOURDIEU, 2010a). A eficácia deste capital simbólico liga-se, portanto, à universalidade do reconhecimento que ele recebe.

A partir do conceito de capital simbólico, na investigação das dinastias políticas, transmitindo constantemente suas habilidades, prestígio, honra, eleitorado, fidelidades, favores a membros da família ou apadrinhados políticos, surge a necessidade de se entender o conceito bourdiesiano de capital político, de forma a dar mais nitidez às ações e posições no campo, assim como às formas de transferência de poder político:

“O capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem à uma pessoa – ou à um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem.” (BOURDIEU, 2010a, p. 188)

O capital político assegura aos seus detentores certa forma de apropriação de bens e serviços disponíveis no campo político. É nesse contexto social que são definidas as

regras e estruturas que admitem a entrada de discursos e práticas vistas como legítimas, a partir de processos de reconhecimento vivenciados pelos membros do grupo.

O capital político implica, portanto, no reconhecimento da legitimidade daquele indivíduo para agir na política. Compõe-se de capital cultural (treinamento cognitivo para a ação política), de capital social (redes de relações estabelecidas) e de capital econômico (que dispõe do ócio necessário à prática política). (MIGUEL, 2003)

Desigualmente distribuído na sociedade, o capital político pode ser vislumbrado na forma de pirâmide, tendo uma alta concentração de poder no topo e decaindo até a base. Na base da pirâmide tem-se os eleitores, optando por uma entre as alternativas propostas, geralmente com pouca voz ativa na vida política. No cume, os líderes produtores das alternativas em jogo, “reconhecidos” como representantes dos diversos segmentos sociais. Na categoria intermediária, os analistas políticos, presentes na mídia, que interpretam o jogo político para os leigos. (MIGUEL, 2003)

A fim de aprofundar as nuances que compõem os capitais políticos e reconhecendo que formas diversas angariam tal poder, Bourdieu (BOURDIEU, 2010a) estabelece uma tipologia tripartite de suas formas. Trata-se, no entanto, de uma representação ideal-típica, em termos weberianos, salientando que o que vemos na realidade são, geralmente, situações que misturam dois ou até os três tipos de capital político, contudo, prevalecendo um deles. Tem-se então, fruto da teoria bourdiesiana: o capital delegado, o capital convertido e o capital heroico.

“[...] o capital delegado da autoridade política é como o do sacerdote, do professor e, mais geralmente, do funcionário, produto da transferência limitada e provisória (apesar de renovável, por vezes vitaliciamente) de um capital detido e controlado pela instituição e só por ela: é o partido que, por meio da ação de seus quadros e dos seus militantes, acumulou no decurso da história um capital simbólico de reconhecimento e de fidelidade.” (BOURDIEU, 2010a, p. 191),

O capital político delegado pertence, na verdade, à organização, que o delega/confia/deposita ao político. É o capital relacionado ao prestígio do qual se beneficia os ocupantes de cargos institucionais, sejam eles relacionados às posições de relevo nos Poderes Executivo, Legislativo, e, principalmente, na máquina partidária.

No que se refere à delegação do capital político por meio de um partido, o fundamento encontra-se na transmissão e nas estratégias de apropriação dos recursos coletivos: sigla, legenda, realizações, efeitos ao longo do tempo. Nesse sentido, a

delegação está presente já no processo que envolve a seleção interna seguida da designação do sucessor a partir da instituição, assim como nos investimentos individuais resultantes da incorporação do patrimônio coletivo, no uso da “visibilidade”, da “antiguidade”, da “notoriedade” e da “identidade” fornecida pela empresa política. (OFFERLÉ, 1987 apud GRILL, 2003)

Por isso, ao passo que o capital pessoal desaparece com a pessoa do seu portador, ainda que origine polêmicas de herança, o capital delegado da autoridade política é produto da transferência limitada e provisória de um capital detido e controlado pela instituição, e obedece a uma lógica particular: a investidura. (BOURDIEU, 2010a)

A investidura é um ato propriamente mágico da instituição pelo qual o partido consagra oficialmente o candidato oficial a uma eleição. Isso marca a transmissão de um capital político. Ela é também a contrapartida de um longo investimento de tempo, de trabalho, de dedicação, de devoção à própria instituição. (BOURDIEU, 2010a)

Dessa forma, percebe-se que é, em última instância, a instituição que controla o acesso à notoriedade pessoal, controlando, por exemplo, o acesso às posições de destaque, ou os lugares de publicidade, embora o detentor de capital delegado possa sempre obter capital pessoal por meio de uma estratégia, a qual consiste em tomar, em relação à instituição, o máximo de distância compatível com a manutenção da pertença e da conservação das vantagens correlativas.

Grill enfatiza a herança política na qual assume maior ênfase uma modalidade de “sucessão não familiar”, cuja designação de um herdeiro ocorre mediante processos de “cooptação”. (GARRAUD, 1989; 1992 apud GRILL, 2003)

Os processos de “filiações simbólicas” podem ocorrer sob o controle pessoal de uma liderança política, de uma liderança local, geralmente o principal responsável pela obtenção do capital político da organização partidária, portanto a herança familiar é uma forma de capital delegado. Pode ainda assumir o formato de empreendimentos coletivos, assim o partido responsabiliza-se pelo aprendizado e pela incorporação do *habitus* do sucessor político.

Já o capital convertido é resultado da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios, geralmente em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem certo capital cultural. (BOURDIEU, 2010a) Trata-se da

notoriedade e da popularidade obtidas em outras áreas e que são transferidas para a política.

Vinculada às redes de relações e de contatos, resultado de capital de relações sociais manipulados por um agente, mas geralmente administrado e acumulado por uma família, esta concentração de notoriedade advém da posse de recursos raros e personificados, utilizados para angariar, renovar e manter tais laços.

Provém dessas relações a aquisição dos lucros materiais e simbólicos, o que depende, primordialmente, dos investimentos efetuados para a produção e reprodução dos círculos de inter-reconhecimento, gerando um capital social que fundamenta a notoriedade. (GRILL, 2003)

O capital heroico, por sua vez, pode ser definido como um subtipo do capital convertido. “O capital pessoal à que se pode chamar heroico e profético e no qual pensa Max Weber quando fala de “carisma”, é produto de uma ação inaugural, realizada em situação de crise”. (BOURDIEU, 2010a, p. 191)

Observa-se, portanto, que enquanto o capital pessoal de “notoriedade” e “popularidade”, produto da conversão de capital de notoriedade adquirido em vários domínios é produto de uma acumulação lenta e contínua, o carisma é produto de uma ação inaugural, realizada em situações de crise, no vazio e no silêncio deixado pelas instituições e pelos aparelhos.

De forma geral, os capitais políticos preconizam o reconhecimento social, que faz com que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente.

Em matéria de política esse desapossamento da maioria dos cidadãos em termos de “competência” política é correlativo, ou mesmo consecutivo, à concentração dos meios de produção políticos nas mãos de profissionais. Esse monopólio faz com que possam entrar no jogo propriamente político apenas aqueles agentes que possuem uma competência específica.

O homem político deve, portanto, a sua autoridade específica no campo político à força de mobilização que detém. Essa força pode ser adquirida à título pessoal, por delegação, como mandatário de uma organização (partido, sindicato) detentora de um capital político acumulado, ou à mobilização que realizou em termos heroicos.

Nesse sentido a transferência do capital político facilita, permite com uma boa margem e chances de sucesso, a entrada de um indivíduo no campo político porque os “herdeiros” de líderes políticos herdaram não apenas o “*savoirfaire*” da política, a preparação e a socialização no campo, mas também as redes de vínculos, compromissos e lealdades estabelecidos pela família/partido. (MIGUEL, 2003)

Percebe-se também que a inscrição em uma genealogia familiar e em redes de reciprocidade, bem como o trabalho de instauração e de manutenção dessas redes, permitem a transmissão e a apropriação do capital simbólico personificado, das amizades instrumentais, das bases de interconexões e das gratidões e compromissos acumulados pelos ascendentes. O pretense herdeiro precisa então comprovar a proximidade, a lealdade e os compromissos para com o ascendente com vistas a se apresentar como depositário do patrimônio político. (GRILL, 2003)

Essa “herança política” é compreendida então como resultado da transferência do capital político por laços de parentesco resultantes de uma descendência ou mesmo de casamentos e por vínculos de parentesco político. Sendo assim, essa escolha dos herdeiros pode-se dar no âmbito do parentesco, por consanguinidade, ou por aliança. Essas alianças são gestadas num “sistema de relações inseridas em uma tradição política ou força política cuja forma de enunciação busca na matriz do parentesco biológico o vocabulário e a forma de ordenar os elos hierárquicos.” (GRILL, 2003, p. 15)

Essas abordagens teóricas vêm auxiliar na compreensão dos problemas aqui colocados, ou seja, entender como são possíveis os mecanismos de sucessão de tradição política no seio da disputa democrática. Qual o lugar das heranças políticas e como elas são operacionalizadas? Quais as explicações da sua ocorrência visto que já não se pode falar mais em pura excrescência? O que motiva esses “herdeiros” políticos a continuar na disputa? Isso à luz de uma visão etnográfica, entendendo os porquês em seus contextos, sem uma avaliação valorativa com o intuito de compreender como as heranças políticas se reproduzem num terreno democrático e de participação popular na política.

Bourdieu (2010; 2010), fonte central das análises, dá alguns caminhos para enfrentar essas perguntas e contribuiu especialmente na produção de categorias para a análise do trabalho de campo. Suas orientações indicam como os fatores de legitimação da política e a regulação/adaptação para a sobrevivência política, são fatores que oferecem algumas garantias de permanência. Nesse sentido, a possibilidade de continuidade (e o

empenho para manter-se no campo), a necessidade de identificação com a disputa política e com os postulantes aos postos, o fluxo entre as representações coletivas, as dinâmicas sociais e os intérpretes autorizados são nuances relevantes para a sobrevivência política das dinastias.

## **2. O Campo Político Parlamentar Municipal de Arcos**

### **O Modelo Parlamentar<sup>2</sup>: funções e importância**

O Parlamento, na acepção moderna do termo, é definido como uma assembleia ou um sistema de assembleias baseadas no “princípio representativo”. Estas assembleias apesar de gozarem de atribuições funcionais variadas, caracterizam-se por um denominador comum: sua participação direta ou indireta, muito ou pouco relevante, na elaboração e execução das opções políticas, a fim de que elas correspondam à vontade popular. Por “assembleia” entende-se uma estrutura colegial organizada, baseada não num princípio hierárquico, mas, geralmente, num princípio igualitário. Tem-se, portanto, uma estrutura de tendência policêntrica.

Na esteira do desenvolvimento, essas instituições parlamentares, de forma geral, mas em diferentes níveis, sofreram muitas mudanças a partir da grande revolução política do último século — a da universalização do voto. Tais mudanças podem ser atribuídas, entre outras coisas, a substituição do político de profissão, dos políticos independentes pelo homem de partido, bem como a substituição do parlamentar isolado e do grupo pouco estruturado, pelo partido e pela organização e disciplina.

Do ponto de vista da estrutura dos Parlamentos, o número dos partidos, as possibilidades de alianças e coalizões interpartidárias, o grau de coesão interna, ou seja, aqueles fatores que são a base da dinâmica interpartidária passaram a ser elementos muito importantes.

As assembleias parlamentares modernas tendem a articular-se em comissões temáticas, o que as tornam mais eficazes no plano operativo. Visto que o modelo decisório dessas comissões é o acordo e a negociação, quanto mais importantes são as comissões,

---

<sup>2</sup> (CINTRA, 2007) Seção “Presidencialismo e Parlamentarismo: são importantes as instituições?” e “O Sistema de Governo no Brasil”, presentes na obra “Sistema Político Brasileiro: uma introdução”, organizada por Lúcia Avelar e Antônio Octávio Cintra. (COTTA, 1998). Seção “Parlamento”, escrita por Malrizio Cotta, presente na obra “Dicionário de Política”, organizada por Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino.

tanto mais a dialética parlamentar é marcada por esse debate e consenso e menos se caracteriza por um clima de choque frontal.

Quanto à composição desses Parlamentos modernos, o processo normal de designação é o da investidura eletiva. Trata-se de uma homenagem prestada, pelo menos formalmente, ao princípio dominante da soberania popular. No entanto, esse processo eleitoral é suscetível de múltiplas variações que envolvem grandes significados políticos.

No contexto dos mecanismos eleitorais, visto que são eles que determinam a natureza da ligação entre a sociedade e o Parlamento, é deles que depende, em boa medida, o peso específico da instituição parlamentar e o seu grau de autonomia em relação às demais estruturas políticas. Esses mecanismos eleitorais determinam também as relações de força entre os diversos grupos políticos e, em grande parte, o clima político, contribuindo para a definição da natureza e limites do papel do Parlamento no processo político. Destacam-se assim a extensão da base eleitoral, o nível de competitividade e a presença ou não de fatores de distorção nos critérios de avaliação do resultado eleitoral. O nível de competitividade do processo eleitoral pode indicar ainda a categorização de dois tipos de Parlamentos: aqueles que assumem um papel fundamental na vida política e outros reduzidos a um papel de adorno ou de fachada.

Nos regimes de partido único, esse mecanismo eleitoral desencoraja ou até suprime a pluralidade e a competição, assim o Parlamento, não tendo como força motriz a dialética maioria X oposição, funciona, antes de tudo, como ressonância dos órgãos do Governo (o executivo ou até mesmo o partido). Já onde essa dialética política é aceita, o andamento da competição eleitoral influi também no caráter que ela assume no seio do Parlamento.

Nesse sentido, os Parlamentos que têm por característica uma escassa diversificação política e um baixo grau de articulação operativa interna não podem aspirar a um papel político de grande peso, visto que ficam reduzidos a uma função puramente aclamatória.

Na tradição parlamentar ocidental, em geral, a maioria, vinculada ao Governo, tem seu papel determinante na atividade legislativa. A oposição limita-se a uma função crítica, com interferências modificativas, tentando impedir aprovações muito divergentes do seu programa, caso tenha força para tanto. Porém na atividade de controle, ao contrário,

a parte seminal cabe justamente à oposição que, pela sua posição política, é muito mais exigida a atuar no exame crítico das ações do Governo do que a maioria que o apoia.

Outra questão relevante nos Parlamentos é a regularidade e a confiabilidade dos períodos eleitorais. A “duração” não significa apenas o intervalo entre duas eleições sucessivas, mas relaciona-se também a presença de um núcleo significativo de parlamentares que se mantem entre uma eleição e outra. Este núcleo, quando dotado de certa consistência, indica um fator expressivo de continuidade, já que assegura a transmissão de toda aquela bagagem de costumes, convenções e regras não escritas que tanta importância tem na caracterização de um Parlamento, ou seja, o capital político. Nesse sentido, convém voltar a atenção, antes de tudo, aos parlamentares “permanentes”, para distinguir as estruturas de poder que também existem por trás da fachada paritária das assembleias parlamentares.

A ação do ator parlamentar, por sua vez, é definida com base em todos esses elementos da morfologia parlamentar que concorrem para a formação do complexo sistema de oportunidades e limitações, de recompensas e punições, de motivações e desestímulos. Essa ação parlamentar, entretanto, é resultado não só destes elementos ambientais, como também das características pessoais dos que compõem as assembleias. É importante, no estudo desses atores, e preponderante no caso dessa pesquisa, conhecer suas posições e ações, conhecer a classe de onde vem, sua trajetória, seus descendentes, a qualificação profissional, a carreira política já vivida e também o tipo de percepção dos seus próprios papéis, características essas de grande significado político.

Ademais, fenômenos como a ampliação do sufrágio, o alargamento da base política, a expansão da intervenção estatal na vida social e o advento dos partidos organizados de massa, têm clara repercussão em tais características.

Por fim, do ponto de vista funcional, os Parlamentos são instituições geralmente polivalentes. A variedade de funções desempenhadas tem uma explicação no seu papel característico, que faz delas os instrumentos políticos do princípio da soberania popular. É deste papel que nasce para o Parlamento o direito e o dever de intervir, embora de formas diversas, em todos os estágios do processo político. Tão variadas atividades podem ser globalmente compreendidas no quadro das quatro funções parlamentares fundamentais: representação, legislação, controle do Executivo e legitimação. É natural que, conforme a posição que cada Parlamento ocupa no sistema político, varie a importância dessas

diversas funções. Por certo há funções que, em determinadas situações políticas, podem se atrofiar e ficar reduzidas ao simples aspecto formal.

Aprofundando no entendimento das funções seminais do parlamento, a representativa possui uma posição preliminar porque nela se baseiam todas as demais funções parlamentares, cujas características dependem, em boa parte, das formas do seu desenvolvimento. Por ser fundamental, esta função assume um significado discriminante entre um Parlamento e outro.

A representação política, no entanto, exige cuidado, visto que a falta de determinadas garantias institucionais, implica no risco de uma espécie de “manipulação”, ou seja, de se transformar em fluxo descendente de modelos e opções políticas impostos do alto. Em certos casos, a representatividade dos Parlamentos está tão reduzida, tão cerceada e deformada, que se pode dizer que ela é apenas uma fachada destinada a esconder a realidade, que é, ao invés, a de um verdadeiro encapsulamento do corpo político e de uma mobilização do consenso de cima para baixo.

Um intrincado problema de equilíbrio político decorrente dessa função é a exigência de agregação das demandas e a exigência, também importante, de manter no Parlamento um elevado grau de transparência do pluralismo existente na sociedade. Alguns Parlamentos acabam por conceder demasiada margem a todas as instâncias, mesmo que particulares, outros, entretanto, terminam numa representação demasiado redutiva.

Já a função de legitimação encarrega-se não só de transmitir demandas e pedidos, como também, em geral, manifestações de consenso e dissenso, de apoio político ou de contestação, em face das estruturas de Governo, ajudando a conferir ou a subtrair legitimidade política ao Governo.

Sendo a atividade mais típica do Parlamento moderno, a função legislativa acaba por conferir o nome ao próprio sistema: poder legislativo. Atribui-se ao Parlamento a função legislativa, entendida como a elaboração de normas gerais e deixa-se ao Executivo a atividade de Governo, entendida assim como a tarefa de atender ao caso concreto e particular dentro do quadro geral estabelecido pela legislação. No entanto, as transformações políticas do último século ofuscaram bastante a clareza destas distinções, causando graves problemas. Isso porque o declínio do poder real implicou na gravitação do Executivo dentro da esfera parlamentar, perdendo aquele destaque que o separava do Parlamento. Também a transformação do próprio instrumento legislativo, onde a lei, na

moderna situação criada pela crescente intervenção da autoridade política na vida social, perdeu o seu caráter de raridade e estabilidade e, convertida em forma comum de ação política, se transformou em algo particular e mutável.

O problema criado é que hoje se governa legislando, assim o Executivo, responsável pela função de governar, atua também na área da legislação. A atividade legislativa tornou-se, portanto, em todas as suas fases (iniciativa, discussão, deliberação), resultado da intervenção conjunta do Parlamento e dos órgãos do Governo. O Governo intervém desde o início, com a finalidade de realizar o seu programa político. Nesse sentido, quanto mais forte for o Executivo e mais ampla for sua margem de autoridade perante o Parlamento, tanto mais a iniciativa legislativa de origem parlamentar é restringida a uma atividade residual.

O poder decisivo dos Parlamentos em relação aos regimes democráticos pluralistas assiste ao desenvolvimento das tendências que parecem denotar uma perda da centralidade do Parlamento. O debate político já não tem o âmbito parlamentar como sede principal, mas se desenrola, em grande parte, fora desta seara, entre partidos, organizações sindicais, forças econômicas, e através dos canais de comunicação fornecidos pela mídia. Vê-se assim que uma série de negociações, acordos e decisões de importância política decorrem à margem da esfera parlamentar, o que resulta, muitas vezes, no registro de decisões, pelo Parlamento, que foram tomadas alhures.

Por fim, a função parlamentar que se apresenta é a do controle do Executivo e das atividades dos seus setores burocráticos. Essa é uma das funções dos Parlamentos que retomou seu destaque atualmente. Isto se deve à diminuída grandeza das leis, inflacionadas e, com frequência, totalmente privadas de uma eficácia prática direta, bem como à crescente importância de uma série de atos governativos que se bem que teoricamente limitados pelo quadro legislativo existente, são substancialmente de natureza decisória e constituem atividades de grande inovação política. Correlativamente a estas novas formas de ação política, apresenta-se a crescente responsabilidade do Governo no que se refere ao andamento da vida econômica, que fez dele, ao mesmo tempo, empresário, mediador nos conflitos sindicais e programador de todo o desenvolvimento da sociedade.

A partir da descrição das quatro funções centrais do Parlamento é importante ressaltar que limitar a concepção de Parlamento apenas à fase legislativa (que lhe dá nome), deixa escapar uma importantíssima parcela do processo político. O real peso

político do órgão representativo deve ser avaliado, portanto, tendo também em conta a eficácia também da sua atividade de representação, de legitimação e de controle. Essa composição confere mais equilíbrio ao sistema e também mais robustez para fazer frente aos demais poderes.

Nos regimes presidenciais essas condições de intervenção e blindagem são deveras específicas, visto que a permanência do Executivo não “depende” do Parlamento: o Parlamento pode recorrer à ameaça de obstar o Executivo nos aspectos do seu programa que, exigindo a forma legislativa, têm de passar pelo crivo parlamentar, ou negar fundos aos programas governamentais. Embora, em linhas gerais, o instrumento parlamentar de controle mais utilizado seja o poder de tornar notória e apontar à opinião pública, por meio da solicitação de explicações, interpelações e inquéritos, a atuação do Executivo. Contudo, este tipo de ação, para ser eficaz, requer a existência de cidadãos atentos aos acontecimentos políticos e capazes de influenciar no seu processo. Nesse sentido, diz Cotta: “O futuro das instituições parlamentares depende, portanto, em grande parte, da sua capacidade de adaptação, no que respeita à estruturas e modos de operar, ao papel de elemento de equilíbrio num sistema político aberto e pluralista.” (COTTA, 1998, p. 888)

Percebe-se que não basta ao Parlamento a existência pura e simples do seu arcabouço institucional e jurídico, é preciso também que este órgão político seja dotado de uma vida institucional própria. Isso significa a afirmação de um *ethos* político específico, ou melhor, de uma tradição de normas, costumes e convenções informais, nem por isso menos vinculatórios, capaz de impor a todas as forças políticas certo grau de continuidade e sustentação institucional do pessoal parlamentar, apto à garantir-lhe alguma margem de autonomia, e, finalmente, certa homogeneidade das forças políticas representadas, no sentido de uma adequação da sua estrutura ao modelo parlamentar.

## **Município e Poder Local**

Na organização do Estado Brasileiro, o município geralmente foi reduzido à corporação meramente administrativa, apesar dos textos constitucionais, em grande parte, preverem uma autonomia formal. Sua importância variou conforme os regimes políticos adotados, mas sempre com reduzida e até extinta autonomia e autogovernabilidade.

Apenas com o advento da Constituição “Cidadã” de 1988 conferiu-se ao Município a autonomia administrativa, política e financeira, com capacidade tributária e competências cumulativas, suplementares e também exclusivas, delimitadas constitucionalmente. Este é um aspecto essencial do federalismo brasileiro, pois elevou o Município à categoria de ente federativo, destacando o papel da esfera local como estratégia de descentralização.

No que concerne a atribuição de competências aos entes federativos, a Constituição Federal de 1988 definiu que caberia ao Município legislar sobre matéria de interesse local. Assim, o princípio delimitador das competências dos entes federativos seria o da predominância do interesse público. Ao alargar essas competências, destacando o interesse local como critério definidor das atribuições municipais, ampliou-se consideravelmente o âmbito da atuação do Município.

O resultado prático dessa mudança é que esse fator orientador de descentralização aproxima os administrados do poder estatal, possibilitando maior controle social das decisões administrativas e uma sensibilização das instituições políticas às necessidades das comunidades.

Logo, a partir da Constituição Federal de 1988 priorizou-se no Brasil a descentralização de competências para unidades administrativas territoriais menores, em função de sua localização mais próxima aos cidadãos. A intenção era que o governo local destinasse de forma mais correta recursos para atendê-las, visto que teria melhores condições de conhecer as necessidades locais.

Acompanhando a temática de aumento da autonomia dos municípios, também é importante discutir as condições do poder local. A conceituação de poder local, no entanto, mostra-se mais abrangente que a de governo local. O poder local pode abranger tanto o município quanto algo mais amplo, como uma região, ou ainda algo mais restrito, como um bairro. Tem um caráter, portanto, sociológico, em contraponto à noção de governo local, que tem um enfoque mais próximo do jurídico e geográfico.

Na história/literatura social e política brasileira, a noção de poder local está, frequentemente, vinculada ao coronelismo, patrimonialismo e personalismo no exercício do poder político. Porém, o que se argumenta nessa pesquisa é que o país completa vinte e quatro anos de um regime democrático, com uma Constituição Federal que prevê a democracia direta, o estado democrático de direito e o voto secreto e universal, além de ser um país com um desenvolvimento humano considerado alto, segundo o Relatório de

Desenvolvimento Humano Global 2011<sup>3</sup> do Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Esses e diversos outros enfoques exigem que o poder local seja visto sob outros ângulos, entendendo a atual estrutura que sustenta as heranças políticas, como elas se reproduzem num ambiente democrático, de participação popular, com voto universal e secreto. A análise do poder local em Arcos busca aprofundar e ir além da visão do tradicionalismo na política, atendo-se às suas novas roupagens e adaptações para a sobrevivência das dinastias políticas, sem um julgamento de valor de suas práticas e perpetuações.

Portanto, não se trata aqui de problematizar o fatalismo recorrente na literatura sociológica brasileira, de que o Brasil estaria fadado ao subdesenvolvimento, como supunham clássicos do pensamento social e político brasileiro<sup>4</sup>. A presente pesquisa procura um olhar mais minucioso, atento às mudanças e adaptações no campo político. Essa visão menos conservadora permite ver o funcionamento do campo político atual entendendo como as tradições tomam lugar e são contextualizadas e ressignificadas na política democrática.

Nesse sentido, percebe-se que com a redemocratização o poder local passou a ser associado não somente à sede político-administrativa do governo municipal, mas também às formas de participação e organizações da sociedade, unindo uma dimensão sociológica à geográfica/administrativa.

A noção de poder local refere-se então a um âmbito espacial delimitado, que pode ser identificado como base, território, microrregião. Exprime o sentido de espaço abstrato de relações sociais que se deseja privilegiar e, portanto, indica movimento e interação de grupos sociais que se articulam e se opõem em relação à interesses comuns. E, assim, invariavelmente a análise do “local” remete ao estudo do poder enquanto relação de forças, por meio das quais se processam as alianças e os confrontos entre atores sociais, bem como ao conceito de espaço delimitado e à formação de identidades e práticas políticas específicas. Portanto, falar sobre poder local é aludir ao conjunto de redes sociais que se articulam e se superpõem, com relações de cooperação e conflito, em torno de interesses,

---

<sup>3</sup> Disponível em:

[http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH\\_global\\_2011.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_Ranking2011](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH_global_2011.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Ranking2011)

<sup>4</sup> Por exemplo, *Instituições Políticas Brasileiras* (1949) de Oliveira Vianna; *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro* (1958) de Raymundo Faoro; *Coronelismo, enxada e voto* (1948) de Victor Nunes Leal

recursos e valores, em um espaço cujo contorno é definido pela configuração desse conjunto. (FISCHER, 1992)

Esse “local” é menos um espaço físico e mais um conjunto de redes estruturadas em torno de interesses identificáveis. Essa identificação leva à indagações sobre o espaço político local, as competições e os conflitos, sobre a memória política local e as formas de exercício do poder. O local é, então, a singularidade, com história e memória próprias, com identidades e práticas políticas determinadas. “Como objeto de investigação, o local não é, portanto, apenas fisicamente localizado, mas socialmente construído” (FISCHER, 1992, p. 106)

Na antropologia política prevalece o argumento que explica o funcionamento da política local com base nas redes de relações pessoais entre membros das esferas política e da sociedade em geral, levando em consideração, principalmente, as relações clientelistas. Destacam-se nessa visão os papéis que tanto a sociabilidade fundada nas relações pessoais, compromissos morais e interpretações contextuais dos atores locais, como as expectativas socialmente legítimas, desempenham na constituição do fenômeno clientelismo.

Moacir Palmeira (1996) demonstra que existe não apenas, ou de forma preponderante, uma resposta estratégica que tanto os eleitores quanto os parlamentares dão aos incentivos/oportunidades conferidos pelo desenho das instituições políticas em seu objetivo maximizante de benefícios (por parte dos eleitores) e aos votos (por parte dos políticos). O que ocorre, segundo essa vertente, é que no Brasil, do ponto de vista empírico, essa predominância de relações de troca entre os parlamentares locais e parcelas da sociedade é, na verdade, um canal relevante para acessar bens públicos ou privados.

Nos sistemas políticos democráticos, os cidadãos dispõem de diferentes meios para canalizar seus interesses no campo político. Landé (1997) destaca três canais não excludentes: o voto, os grupos de pressão e o contato direto com um representante. Não obstante, os usos desses canais poder podem variar substancialmente entre países e, provavelmente, também entre os níveis de governo de um mesmo país. À esses meios de canalização de interesses correspondem basicamente quatro modelos (ideais típicos) distintos tanto de agregação, como de representação de interesses: o partidário, o pluralista, o corporativista e o clientelista.

No modelo partidário, os partidos políticos são o principal mecanismo de agregação de interesses. Eles identificam os interesses majoritários entre os eleitores e traduzem-nos em seus programas de governo, no intento de fidelizar sua base.

O modelo pluralista enseja uma formação espontânea de grupos de indivíduos que agreguem interesses e que almejam, por meio da sua organização, influenciar decisões políticas, mas sem entrar diretamente na disputa eleitoral. Nas sociedades modernas esses grupos são muito numerosos e competem entre si para influenciar as políticas governamentais, podendo assumir um caráter mais ou menos particularista.

No modelo corporativista também são os grupos organizados o principal mecanismo de agregação de interesses. No entanto, nesse modelo os grupos não são espontâneos nem fragmentados, eles são caracteristicamente pouco numerosos, têm abrangência nacional e expressam os interesses econômicos de classe. Seu acesso dá-se de forma institucionalizada e eles não apenas são reconhecidos pelo governo como têm envolvimento direto na formulação e até na execução de políticas governamentais. As políticas resultantes refletem os compromissos entre as elites governamentais e os representantes dos grupos organizados, o que lhes confere um caráter geral e não particular, como pode acontecer no modelo anterior.

Por fim, no modelo clientelista, não há agregação dos interesses, o que existe é uma natureza essencialmente particular, podendo, no entanto, ser individuais ou comuns a um número reduzido de indivíduos, geralmente da mesma localidade. Na hipótese clientelista, estabelece-se uma relação de troca direta entre o representante e um ou mais eleitores, seus “clientes”, que prevê uma entrega de bens e serviços básicos, mediante a expectativa de apoio político do eleitor, sobretudo na forma de voto.

É sabido que o Estado brasileiro tem o clientelismo como uma prática política presente desde os tempos coloniais. Este se constitui na troca de favores entre detentores do poder político e alguns eleitores, com os quais realizam relações particularistas de trocas de interesses. Ao político interessa o voto, já o eleitor tem em vista algum tipo de favor, como emprego, vaga na escola, atendimento médico, bens materiais. Trata-se de uma troca de favores.

Entretanto, segundo Bezerra (1999) há um problema ao se pensar as práticas clientelistas no Brasil, pois elas não são percebidas com estatuto sociológico próprio. O sistema de clientela tende a ser integrado em posição subordinada ao sistema político

moderno, baseado nos conceitos de representação, multipartidarismo e liberalismo, um modelo ideal de política. De forma preconceituosa são vistos ou como resquícios de formas de dominação tradicionais, ou como maneiras desviantes, ligadas à corrupção dos membros das instituições públicas. Devido à essa posição conservadora, há uma perda conceitual ao tratar o clientelismo como anomalia do sistema de representação, porque se deixa de explicar os mecanismos pelos quais ele opera e convive, atualmente, com outros tipos de atividades e sistemas de representação política.

O que se pretende também nessa pesquisa é mostrar que a troca de votos por favores, a distribuição de benefícios particularistas, a perpetuação de relações tradicionais e/ou assimétricas entre cidadãos podem ser avaliadas também como um fenômeno político autônomo e dotado de racionalidade, sem com isso, exigir uma incompatibilidade operacional entre clientelismo e os pressupostos do Estado Republicano e democrático.

A concessão desses favores e a obtenção de recursos são alguns dos mecanismos sociais por meio dos quais os parlamentares acumulam certo poder social. (BEZERRA, 1999) Entretanto, as chances de concessão desses favores e recursos passam pelas relações estabelecidas entre vereadores com a Câmara Municipal e com o Poder Executivo. Aos parlamentares interessa precipuamente o acesso às arenas decisórias capazes de atender as demandas do seu eleitorado, bem como o controle de postos, com a finalidade de manter a sua base.

A literatura sociológica/política (KUSCHNIR, 2000) (BEZERRA, 1999) também destaca a forte influência do Poder Executivo sobre as deliberações dos vereadores, em razão desse papel distributivo que a maior parte dos vereadores exerce, visto que as prerrogativas para a liberação e, efetivamente, os recursos materiais, provêm das Secretarias de Governo da Prefeitura, ou seja, do Poder Executivo. (KUSCHNIR, 2000) Assim, esses “acessos” constituem uma importantíssima estratégia política para os parlamentares, o que viabilizam as intermediações com seus pares e com a sociedade.

De certa forma, os “acessos” acabam por ter um peso maior no campo da política local do que os partidos, pelo menos se comparado ao papel que os partidos políticos desempenham na esfera política federal. A negociação desses “acessos” geram, muitas vezes argumentos para que o Vereador tenha um comportamento situacionista e a Câmara também. Kuschinir conclui nesse sentido que: “Os acessos definem as noções de política, poder público, assim como a identidade do político” (KUSCHNIR, 2000, p. 105). Por isso

a valorização dos “acessos” aos recursos do poder Executivo por parte dos parlamentares leva, muitas das vezes, a um comportamento previsível dos políticos de tipo situacionista.

## Arcos e a Câmara Municipal

Hoje reconhecida nacionalmente como a “Capital do Calcário”, Arcos é um município mineiro localizado no Centro-Oeste do Estado, à 210 Km de Belo Horizonte. Sua população, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ultrapassa os 36 mil habitantes, 92,84% deles residindo no perímetro urbano.

A cidade é a 26ª colocada em Minas Gerais no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) com um percentual de 0.808. Em âmbito nacional, o IDHM de Arcos fica em 410º lugar entre os 5.560 municípios do Brasil, de acordo com os critérios de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB *per capita*). Conforme os dados do IBGE, o PIB *per capita* é de R\$ 12.802,34. Em relação à economia, Arcos destaca-se por índices crescentes e recordes, chegando inclusive próximo ao PIB *per capita* mineiro (R\$14.328,62<sup>5</sup>):

**Tabela 1 – Indicadores Sociais (IDH, PIB e PIB *per capita*) de Arcos - MG**

Indicadores	
<u>IDHM</u>	0,808 ( <i>elevado</i> ) <i>PNUD/2000</i> <sup>6</sup>
<u>PIB</u>	R\$ 462 586,876 mil <i>IBGE/2008</i> <sup>7</sup>
<u>PIB <i>per capita</i></u>	R\$ 12 802,34 <i>IBGE/2008</i> <sup>8</sup>

<sup>5</sup>Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/servicos/81-servicos-cei/58-produto-interno-bruto-de-minas-gerais>

<sup>6</sup>*Ranking decrescente do IDH-M dos municípios do Brasil. Atlas do Desenvolvimento Humano. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2000).*

<sup>7</sup>*Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

<sup>8</sup>*Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

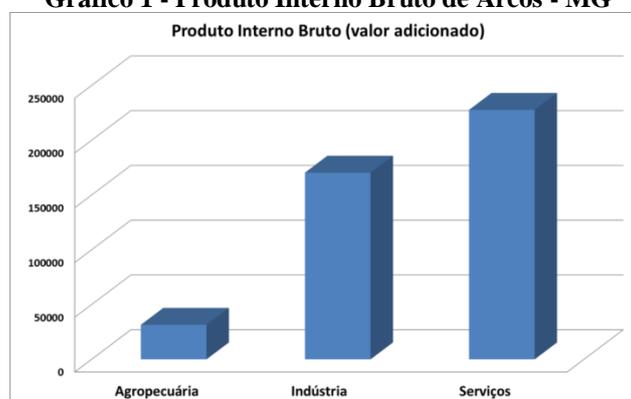
**Tabela 2 – Indicadores da População de Arcos - MG**

Município	Total da população 2010	Total da população 2000	Total de homens	Total de mulheres	Total da população urbana	Total da população rural
Arcos	36.582	32.687	49,77%	50,23%	92,84%	7,16%
Arcos	36.582	32.687	18.208	18.374	33.962	2.620

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Com as reservas de calcário situadas próximas à cidade, encontram-se instaladas em Arcos várias empresas de grande porte exploradoras e mineradoras de calcário (inclusive multinacionais) como a Lafarge, Simecal, Cazanga (que pertence à família Vaz), Mineração João Vaz Sobrinho e a CSN. Elas são responsáveis por absorver grande parte da mão de obra disponível na cidade. O calcário retirado da cidade é utilizado para a fabricação de cimento, utilizado no processo de fabricação do aço, bem como para ser utilizado nas áreas rurais, como forma de ajudar no plantio de vários alimentos, pastagens, etc. Compõem o setor de serviços no município, lojas, confecções, comércio em geral, prestação de serviços, supermercados, farmácias, bancos, restaurantes, etc.

**Gráfico 1 - Produto Interno Bruto de Arcos - MG**

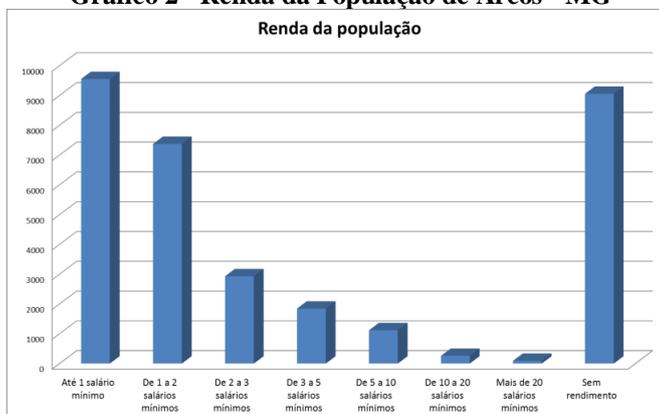


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Apesar do PIB do município e do PIB *per capita* serem alto, é possível observar, pelo gráfico abaixo (Gráfico 2), que há uma significativa concentração de renda. Essa concentração de renda pode ser resultado do formato da economia arcoense, que é fortemente influenciada pelas empresas estrangeiras ou de outros estados, presentes no município. Esse contexto pode acabar determinando uma fuga de capitais (para outros estados ou países) o que justificaria, em parte, a baixa renda dos eleitores arcoenses em geral e a procura substancial por assistencialismos na Câmara Municipal. A impressão

dessa fuga de capitais e a sua relação com a base eleitoral é ainda reforçada pela quantidade de população residente em Arcos naturais de outras cidades (Tabela 3), ou seja, são eleitores pertencentes à outros municípios, mas que ganham seu rendimento em Arcos.

**Gráfico 2 - Renda da População de Arcos - MG**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

**Tabela 3 – Naturalidade da População residente em Arcos - MG**

População residente - Naturais do município	25392
População residente - Não naturais do município	11205
População residente - Naturais da Unidade da Federação	34877
População residente - Não naturais da Unidade da Federação	1720

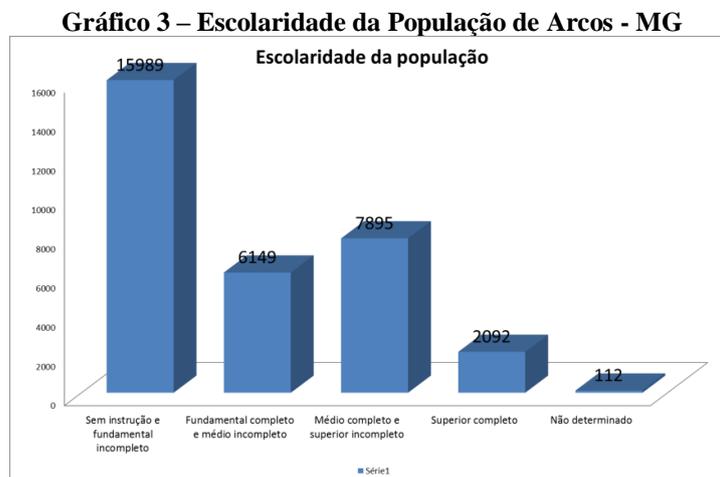
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Arcos é uma cidade desenvolvida em termos econômicos e comporta duas Universidades – a PUC Minas Arcos e a UNIPAC, apesar da escolaridade da população não ser alta (como se vê no Gráfico 3 abaixo).

Analisando-se o montante de capital produzido no município nota-se que a arrecadação municipal de impostos é também alta. Isso faz com que, apesar do capital produzido, em grande parte, não ficar nas mãos dos próprios arcoenses, o que se verifica pela baixa renda da maioria dos cidadãos, as condições de vida no município são boas, porque há recursos à investir.

Essa grande quantidade de recursos financeiros viabilizados para investimentos na cidade resultam a importância econômica do município e, segundo os parlamentares

entrevistados, esses recursos também advém do fato de Arcos ser uma importante base eleitoral para alguns Deputados, o que prepondera para a destinação de recursos advindos de propostas de emendas por esses parlamentares da esfera estadual e federal.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

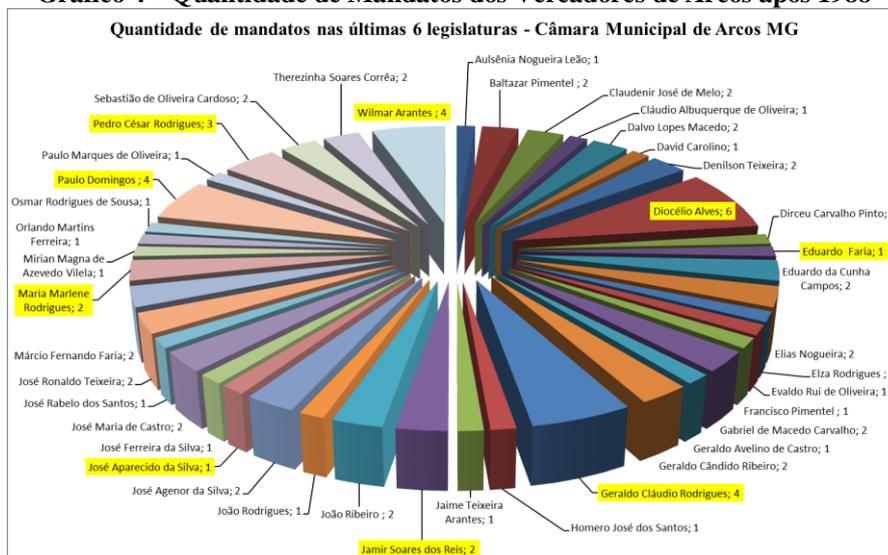
A Câmara Municipal de Arcos – MG data de 01/01/1948 e contabiliza atualmente 16 legislaturas, com uma única edição do Regimento Interno no ano de 1982. Tem hoje sede própria recente e moderna, com plenário e salas para os parlamentares, boa infraestrutura e tecnologia.

A Câmara, que já chegou a ter 15 Vereadores, tem atualmente 9 membros. Reúne-se todas as segundas-feiras, às 20:00h e tem 4 Comissões permanentes: Legislação, Justiça e Redação; Finanças, Orçamento e Tomada De Contas; Serviços Públicos Municipais; Educação e Saúde. Essas comissões não apresentam hora específica para discussão da matéria, os horários de suas reuniões são acordados e só nas duas primeiras há uma atividade mais intensa, as outras duas comissões praticamente não funcionam.

Situação diferente da prescrita para os parlamentos modernos, onde as comissões temáticas têm grande importância, pois tornam o trabalho legislativo mais eficaz, com ampla margem de negociação entre os parlamentares, envolvendo sobremaneira o debate e o consenso.

Em Arcos, desde a primeira legislatura (que somariam 174 cargos) assumiram o cargo de vereador 113 cidadãos. A reeleição é uma constante na vida de muitos parlamentares, o que pode ser visto no gráfico a seguir, sendo o recordista o Vereador Diocélio Antônio Alves, com oito mandatos.

**Gráfico 4 – Quantidade de Mandatos dos Vereadores de Arcos após 1988**



**Fonte: Câmara Municipal de Arcos – MG**

Esse núcleo “permanente” na Câmara Municipal, dotado de consistência política, seguindo a tendência dos parlamentos modernos, indica um fator expressivo de continuidade. É importante conhecer esses “parlamentares permanentes” no sentido de ver as estruturas de poder que existem por trás da fachada paritária das assembleias.

### As Lideranças Políticas de Arcos

Contextualizar a cidade de Arcos em termos políticos implica conhecer primeiramente sua origem política, seus precursores, quem foram os políticos que legaram seu capital aos contemporâneos Prefeito, Parlamentares e articuladores. Esse empreendimento, ainda que histórico, é um bom pano de fundo também à pesquisa, auxiliando na sua compreensão e análise.

A partir de registros da Prefeitura Municipal de Arcos, do livro escrito por Lázaro Barreto, *História de Arcos*, e de conversas com o Professor Roulien<sup>9</sup>, teve-se acesso à boa parte da história política do município de Arcos. Em seu texto “*Lideranças Políticas de*

<sup>9</sup> Roulien Lima é Professor, Comunicador (proprietário de uma Rádio Vertical em Arcos) e Advogado. Grande conhecedor da memória política de Arcos, escreveu o texto “*Lideranças Políticas de Arcos*”, que foi disponibilizado à pesquisadora pelo próprio autor.

*Arcos*”, o Professor conta um pouco da memória política local, desde antes da sua emancipação.

De acordo com o autor, desde os primórdios, figurava João Caetano, responsável pela condução dos destinos do então Arraial Arcoense. João Caetano era um fazendeiro rico, senhor de escravos, que exerceu sua liderança em Arcos por volta dos anos de 1890. Controlava a localidade, usando inclusive da força de capatazes e jagunços para manter-se no comando. João Caetano era Tio de José de Magalhães Pinto, que foi Governador de Minas Gerais no período de 1961 a 1964, quando se instalou no Brasil, em 31 de Março de 1964, o governo militar, tendo assumido a Presidência o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Com a vinda de José Ribeiro do Vale, natural de Nazareno, localidade situada perto de São Del Rei, para Arcos no final do século XIX, a liderança de João Caetano entrou em declínio após entrar em atrito com a nova liderança que despontava.

Conta o Professor que José Ribeiro do Vale era fazendeiro de grandes posses e tropeiro, de fácil convivência e habilidoso. Instalou-se nas proximidades de Arcos, ao comprar a Fazenda Boa Esperança com (1.000) mil alqueires de terras, hoje propriedade de Lourenço Ribeiro. Daí para frente foi chegando membros da Família Ribeiro, que seguiram a tradição familiar de fazendeiros e compraram algumas das melhores fazendas da região.

Aos poucos, José Ribeiro do Vale foi assumindo a liderança do destino do Arraial de Arcos até conseguir sua emancipação político-administrativa, em 17/12/1938, quando o Arraial foi elevado à categoria de cidade, separando-se de Formiga. Mas, até lá a luta contra o domínio de João Caetano foi difícil e até violenta.

Esta luta durou até a campanha política para Presidente da República do Brasil, em 1910, quando saiu candidato Rui Barbosa, contra Marechal Hermes da Fonseca, que se sagrou vencedor nas eleições e presidiu o Brasil de 1910 a 1914.

Na disputa para a Presidência do Brasil, João Caetano apoiou Rui Barbosa, que perdeu. Já os “Ribeiros” apoiaram Hermes da Fonseca, que foi eleito Presidente. Com esta vitória política, José Ribeiro do Vale assumiu, em definitivo, a liderança de Arcos e os “Ribeiros” passaram a gozar de regalias na comunidade.

Com a instalação do Município de Arcos em 1938, José Ribeiro do Vale foi nomeado por Benedito Valadares, então Governador de Minas no período da ditadura de Getúlio Vargas, o 1º Prefeito. Após seis meses abdicou em favor de seu genro, o médico

João Vaz Sobrinho, natural de Formiga, descendente, por parte de mãe, dos Couto e dos Gonçalves e, por parte de pai, dos Vaz.

João Vaz passou a exercer a função de Prefeito nomeado pela ditadura e a de médico na cidade. Tornou-se um líder político de grande prestígio. Como Prefeito nomeado comandou Arcos por praticamente seis anos e depois, eleito democraticamente, por mais sete anos, num total de quatro mandatos. Era amigo de Magalhães Pinto e tornou-se Deputado Estadual e Secretário de Saúde de 1961 a 1964 do Governo Estadual.

José Vilela de Oliveira, natural de Pains, em 1951, tornou-se o primeiro Prefeito de Arcos eleito democraticamente pelo povo para um mandato de quatro anos. Perdeu liderança ao entrar em conflito com os companheiros do PSD (representados por Moacir Dias de Carvalho, Edgar Faria, Juca Militão, José Maurício de Andrade) e principalmente ao se posicionar no palanque político de João Vaz, seu maior rival político.

Outro nome que surgiu com força de líder político, foi o de Edgar Gontijo de Faria. Rico, tido como cortês e trato simples, caiu nas graças do povo de Arcos, que o elegeu Prefeito por dois mandatos: em 1959 e em 1967. Caracterizou-se pela diplomacia com os demais políticos, dizendo sempre que para ele não havia adversário político na Prefeitura.

Segundo o Professor Roulien e outros habitantes de famílias antigas de Arcos, como o Sr. Antônio Gontijo, outros pertencentes ao grupo político dos “Farias” surgiram como Prefeitos, mas não conseguiram firmar-se na liderança da política de Arcos: José Resende e Zizo Faria (filho de Edgar Faria) administraram, mas não lideraram. A liderança continuava com Edgar Faria.

No entanto, paralelamente a estas lideranças existia uma de maior proeminência na área estadual, federal bem como na comunidade de Arcos: José Maurício de Andrade. Advogado, culto, político de grande prestígio, foi deputado federal, estadual e secretário de Governo, nos dois mandatos de D. Hilda Borges de Andrade, o primeiro de 01/01/1989 a 31/12/1992 e o segundo de 01/01/1997 a 31/12/2000.

José Maurício de Andrade, além de ter sido líder na Câmara dos Deputados, em Brasília, no Governo de Juscelino Kubistcheck de Oliveira, foi um importante político. Uma prova contundente de sua capacidade de liderança foi quando fez de sua esposa, Hilda Borges de Andrade, sem participação política ativa até então, Prefeita de Arcos sem mesmo ter comparecido a todos os comícios de campanha. Embora Hilda Andrade fosse a

Prefeita, de acordo com os relatos, a administração estava sob a liderança de José Maurício de Andrade, seu esposo. Ela representava a administração e ele a liderança.

Outra liderança relevante é a do Prefeito Plácido Ribeiro Vaz, filho de João Vaz Sobrinho. Governou por cerca de 13 anos, dividindo seu tempo entre a administração do Município, suas empresas e fazendas. Conseguiu fazer também prefeito, Lécio Rodrigues, a quem apoiou nas eleições de 2004.

Eleito em 2008, hoje ocupa a cadeira do Executivo, Claudenir Baiano, que foi Vereador por 2 mandatos e pertence ao grupo político da ex-Prefeita Hilda Borges de Andrade.

A eleição de 2008 contou em Arcos com 27.092<sup>10</sup> eleitores, distribuídos da seguinte forma:

**Tabela 4 – Eleitorado de Arcos por Sexo e Faixa Etária**

Estatística do Eleitorado por Sexo e Faixa Etária								
Pesquisa por Município - Município ARCOS - UF MG - Outubro / 2008								
Faixa Etária	Masculino(M)	%M/T	Feminino(F)	%F/T	Não Informado(N)	%N/T	Total(T)	%T/TT
16 anos	87	49.15	90	50.85	0	0	177	.65
17 anos	164	51.09	157	48.91	0	0	321	1.18
18 a 20 anos	830	51.58	779	48.42	0	0	1.609	5.94
21 a 24 anos	1.226	49.68	1.242	50.32	0	0	2.468	9.11
25 a 34 anos	3.150	49.26	3.245	50.74	0	0	6.395	23.6
35 a 44 anos	2.767	49.76	2.781	50.01	13	.23	5.561	20.53
45 a 59 anos	3.271	49.23	3.350	50.42	23	.35	6.644	24.52
60 a 69 anos	1.133	49.63	1.141	49.98	9	.39	2.283	8.43
70 a 79 anos	561	46.87	629	52.55	7	.58	1.197	4.42
Superior a 79 anos	196	44.95	238	54.59	2	.46	436	1.61
Inválida	0	0	1	100	0	0	1	0
<b>TOTAL(TT)</b>	<b>13.385</b>	<b>49.41</b>	<b>13.653</b>	<b>50.39</b>	<b>54</b>	<b>.2</b>	<b>27.092</b>	

Fonte: TSE<sup>11</sup>

Concorreram ao cargo de Prefeito 4 cidadãos e aos de Vereador 97. Observa-se, no entanto, que o Vereador com menor número de votos teve apenas 507 (que obteve 2,47% dos votos) votos e a sua diferença com o mais votado (que obteve apenas 4,41% dos votos) é de 397 votos. Isso indica que a base eleitoral não precisa ser enorme, bastando, no caso de uma cidade do porte de Arcos, uma família numerosa, com uma boa rede de amizades e contatos, o que pode ser verificado tanto em *locu* como nas entrevistas realizadas nesta pesquisa.

<sup>10</sup>Disponível em:<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas-do-eleitorado/quantitativo-do-eleitorado/consulta-quantitativo>

<sup>11</sup>Disponível em:<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas-do-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>

Na tabela abaixo (que apresenta apenas os candidatos que tiveram mais de 1% dos votos), percebe-se também que há uma intensa pulverização dos votos, sendo a diferença de votação pequena entre muitos candidatos.

**Tabela 5 – Eleição para Vereador 2008 em Arcos - MG**

VOTAÇÃO 2008 PARA VEREADOR – ARCOS MG					
NÚMERO	NOME	PARTIDO	VOTOS	SITUAÇÃO	% VOTOS
22000	JAMIR LEITEIRO	PR	904	Eleito	4,41
40111	EDUARDO ZIZO	PSB	712	Eleito	3,48
22333	DIOCELIO DA CIDINHA	PR	697	Eleito	3,4
25701	PAULAO	DEM	643	Eleito	3,14
22666	CLAUDINHO DESPACHANTE	PR	642	Eleito	3,13
11111	MARLENE	PP	589	Eleito	2,88
40511	ZÉ NECA	PSB	568	Eleito	2,77
25670	WILMAR DO CRIOLO	DEM	557	Eleito	2,72
33000	PEDRO CESAR	PMN	507	Eleito	2,47
25000	MARCINHO DO SUPERMERCADO	DEM	507	Suplente	2,47
22910	DALVO GORDO	PR	498	Suplente	2,43
22555	KATITU	PR	484	Suplente	2,36
25456	EDUARDO CUNHA	DEM	484	Suplente	2,36
33333	RONAN DA RADIO	PMN	477	Suplente	2,33
22122	TIAOZINHO CARDOSO	PR	443	Suplente	2,16
40220	GERALDO MOURA - DA DENGUE	PSB	419	Suplente	2,05
65000	WIRLEI	PC DO B	403	Suplente	1,97
40234	BAKANA	PSB	394	Suplente	1,92
40123	MOACIR DA FUMUSA	PSB	383	Suplente	1,87
25400	CALIXTO	DEM	367	Suplente	1,79
40456	NEISON RODRIGUES	PSB	341	Suplente	1,66
22345	GUSTAVO	PR	329	Suplente	1,61
11123	BIÉ	PP	319	Suplente	1,56
13200	PROFESSOR MARCOS ROBERTO	PT	312	Não Eleito	1,52
33269	ZE CARLOS	PMN	310	Suplente	1,51
40000	ARTEMIO	PSB	294	Suplente	1,44
12000	LECO DA ILHA	PDT	276	Suplente	1,35
25678	LUCINHA CAROLINO	DEM	272	Suplente	1,33
40555	PELÉ	PSB	271	Suplente	1,32
43500	JOAO PAULO	PV	268	Suplente	1,31
33456	THEREZINHA DO LEOPOLDO	PMN	259	Suplente	1,26
33313	DOS REIS PROFESSORA	PMN	254	Suplente	1,24
22222	RAYONE DO ENERGIA POSITIVA	PR	252	Suplente	1,23
33678	MIRIAM DA CAIXA	PMN	235	Suplente	1,15
33555	DIRCEU	PMN	232	Suplente	1,13
40222	CLAUDINHA DA PREFEITURA	PSB	207	Suplente	1,01
33300	DAVID DA RENOVAÇÃO	PMN	206	Suplente	1,01

**Fonte: TSE<sup>12</sup>**

Dentre os mecanismos eleitorais que determinam atualmente o peso específico das instituições parlamentares, o nível de competitividade nas eleições para vereador é alto, devido à “pulverização” dos votos e a grande concorrência. Isso significa que ao menos em termos eleitorais a disputa é forte e o peso da tradição política, da socialização no campo e do capital político adquirido tende a ser grande.

Percebe-se, pela tabela acima, que os nomes dos candidatos guardam relações com profissão/atividade (despachante, do supermercado, da rádio, professor, da caixa, da renovação), com o nome do pai/familiares (Zizo, do Crioulo, do Leopoldo) e com cargos públicos ocupados (da Fumusa, da dengue, da Prefeitura). Essas referências reforçam as ideias dos capitais envolvidos nas lutas políticas. As profissões remetem, geralmente, a um capital convertido, onde a notoriedade é angariada no exercício das próprias profissões. Observa-se quando se encontram muitos profissionais liberais na disputa eleitoral e com grandes chances de sucesso, que o tempo livre e o capital cultural auxiliam na conversão da notoriedade em capital político, como preconiza Bourdieu (2010a).

Os cargos públicos ocupados também indicam uma conversão de capital. Indicam que o trabalho prestado no âmbito público foi reconhecido como um trabalho pessoal, transformou-se em notoriedade pessoal e foi convertido em capital político.

Já os nomes do pai ou de um familiar é, geralmente, relacionado ao capital delegado ou heroico que se pretende validar. No caso do capital delegado o agente usa o nome do membro da família para transparecer a sua investidura como autorizado da instituição e no caso do heroico para provar sua proximidade, sua herança em termos de aptidão do líder ascendente.

Com relação aos partidos observa-se (de acordo com a Tabela 6) que todos os partidos que obtiveram vitória (DEM, PMN, PP, PR, PSB) são de centro-direita, o que sinaliza uma política conservadora também por parte dos eleitores.

Nos parlamentos modernos, quanto mais diversidade ideológica, mais clara é a dialética Maioria X Oposição. Nos regimes de partido único ou naqueles regimes onde o

---

<sup>12</sup> Disponível em:

[http://www.almg.gov.br/consulte/eleicoes/interna.html?ano=2008&descEleicao=Vereador%3A+Vota%C3%A7%C3%A3o+nos+Munic%C3%ADpios&tpEleicao=municipais&cargo=vereador&turno=1&pce=ver\\_vot\\_candidatos\\_munic&pParams=ACOD\\_LOCALIDADE%7C&monta=true&run=true&sltLocalMUNICIPIO=40835&sltLocalMICRO=&sltLocalMACRO=&sltLocalESTADO=&sltLocalMESO=&tpLocal=1&modal=](http://www.almg.gov.br/consulte/eleicoes/interna.html?ano=2008&descEleicao=Vereador%3A+Vota%C3%A7%C3%A3o+nos+Munic%C3%ADpios&tpEleicao=municipais&cargo=vereador&turno=1&pce=ver_vot_candidatos_munic&pParams=ACOD_LOCALIDADE%7C&monta=true&run=true&sltLocalMUNICIPIO=40835&sltLocalMICRO=&sltLocalMACRO=&sltLocalESTADO=&sltLocalMESO=&tpLocal=1&modal=)

espectro ideológico não têm suas linhas tão fortemente delimitadas e marcadas por programas partidários objetivos, desencoraja-se a competição e a pluralidade.

No dia-a-dia a Câmara Municipal reflete exatamente essa falta de diversidade, de posicionamento e competição, porque a despeito de cinco partidos fazerem parte da composição da Casa, todos têm orientações ideológicas semelhantes, o que se traduz na pouca oposição e na grande legitimação do Governo, manifestando constantemente o consenso com ele e ratificando suas ações.

**Tabela 6 – Partidos existentes em Arcos e suas votações em 2008**

Município	T	Cargo	Partido	Qt Cand	Qt Eleit	Qt Supl	Qt 2 Turno	Qt Votos Legenda	Qt Votos Nominais
ARCOS/MG	1	VEREADOR	DEM	11	2	9	0	74	3.173
ARCOS/MG	1	VEREADOR	PC do B	1	0	1	0	12	403
ARCOS/MG	1	VEREADOR	PDT	2	0	2	0	50	366
ARCOS/MG	1	VEREADOR	PHS	2	0	2	0	2	148
ARCOS/MG	1	VEREADOR	PMDB	1	0	1	0	11	64
ARCOS/MG	1	VEREADOR	PMN	16	1	15	0	86	3.401
ARCOS/MG	1	VEREADOR	PP	3	1	2	0	44	1.050
ARCOS/MG	1	VEREADOR	PPS					31	0
ARCOS/MG	1	VEREADOR	PR	13	3	10	0	882	4.640
ARCOS/MG	1	VEREADOR	PRB	1	0	1	0	12	159
ARCOS/MG	1	VEREADOR	PRTB	2	0	0	0	4	97
ARCOS/MG	1	VEREADOR	PSB	15	2	12	0	65	4.180
ARCOS/MG	1	VEREADOR	PSC	3	0	3	0	22	238
ARCOS/MG	1	VEREADOR	PSDC	1	0	0	0	2	128
ARCOS/MG	1	VEREADOR	PSL	6	0	0	0	8	310
ARCOS/MG	1	VEREADOR	PT	12	0	0	0	90	1.066
ARCOS/MG	1	VEREADOR	PTB	1	0	1	0	7	63
ARCOS/MG	1	VEREADOR	PV	8	0	8	0	625	1.000

Fonte: TSE<sup>13</sup>

<sup>13</sup> Disponível em: [http://www.tse.jus.br/hotSites/estatistica2008/est\\_result/quadroPartidoCargo.htm](http://www.tse.jus.br/hotSites/estatistica2008/est_result/quadroPartidoCargo.htm)

### **3. O Poder Legislativo e a Transferência do Capital Político em Arcos - Perfil e Trajetória dos Vereadores**

A pesquisa de campo desse estudo foi realizada entre 19 de março de 2012 e 20 de abril de 2012 na cidade de Arcos. Durante esse período todas as sessões da Câmara Municipal foram acompanhadas, ordinariamente às segundas-feiras e também as extraordinárias. Foram realizadas entrevistas com 8 dos 9 parlamentares e coletados dados e informações etnograficamente no campo político do legislativo arcoense.

No total foram quatro sessões ordinárias, realizadas nos dias: 20 de março, 03, 17 e 24 de abril; e duas sessões extraordinárias, realizadas nos dias: 10 e 24. As reuniões extraordinárias destinam-se mais à discussão de projetos que o Prefeito categoriza como “urgentes” (projetos que não têm razoável tramitação na Casa, que não têm tempo de serem examinados minuciosamente, que a pedido do atual Prefeito são votados logo que chegam à Casa) ou matérias polêmicas. Outrossim, percebe-se que as costuras para tal votação já foram alinhavadas anteriormente pelo próprio Prefeito, pelo líder do Governo na Câmara, ou por algum outro vereador formador de opinião.

Essa questão afeta de forma geral os parlamentos modernos, pois quanto mais se percebe a autoridade do Executivo perante o Legislativo, mais se tem restringida a iniciativa legislativa de origem parlamentar. O Governo intervém em todo o processo legislativo buscando realizar seu programa político. Cada vez mais se ofusca a clareza da distinção entre Executivo e Legislativo, observando no poder local de Arcos a preponderância do primeiro.

As votações procedem-se sem grande discussão ou discordância, poucas vezes ocorrendo de um projeto ser retirado de pauta, e quando isso acontece geralmente se dá pela única vereadora denominada “oposição”. Nas palavras dos próprios vereadores (Diocélio e Eduardo) durante as entrevistas “é tudo de mãos dadas com o Prefeito”, sob o argumento de que o atual Prefeito envia bons projetos e que eles não entram em luta partidária.

Sabe-se, porém, que a forte influência do Poder Executivo sobre as deliberações dos vereadores acontece também devido às prerrogativas das Secretarias da Prefeitura para a liberação dos recursos financeiros ou execução dos projetos dos vereadores.

O atual Prefeito, Claudenir Baiano, já foi vereador por dois mandatos e adotou uma postura conciliadora com os atuais parlamentares. Ele ouve os parlamentares, aceita muitas de suas indicações, o que reverte favoravelmente para o vereador, que vê seus pedidos atendidos e tem o que mostrar ao seu eleitorado, e em contrapartida ele tem os vereadores como aliados. Até a oposição se declara mais atendida. No entanto, essa parceria aparece no contexto político como se fosse uma “dádiva” do Prefeito.

Os “acessos” no campo político são muito importantes porque por meio da concessão desses favores e da liberação de recursos para o atendimento das questões da base eleitoral, o agente político acumula muito poder social.

A única opositora, a Vereadora Marlene, é de partido centro-direita (PP) e vota quase sempre com a situação. Os seus pares não se incomodam com ela pelo fato de ser oposição porque ela não é necessariamente contra, geralmente faz apenas críticas reconhecidas por eles como “construtivas”.

Na visão de Arruda “o asceticismo político desemboca na moderação e no senso da ordem e da estabilidade política” (ARRUDA, 1999, p. 222). Ainda de acordo com a autora, isso acontece porque é característica de muitos políticos mineiros serem mediativos e sua introversão coroa a moderação e o equilíbrio, implicando numa permanente atitude avaliadora das circunstâncias. Essa “natural” inclinação é tida então pelos políticos mineiros de forma altamente valorizada e enobrecedora.

Por isso, evitar o enfrentamento, estar “em cima do muro”, não ser uma oposição ferrenha, “estar de mãos dadas com o Prefeito”, são atitudes valorizadas na política mineira e verificada claramente no campo político parlamentar arcoense.

Ao explicar a pacificidade da relação do Legislativo com o Executivo, vários vereadores apontam a dificuldade de se mostrar algum feito que não sejam homenagem, nomes de ruas e comemorações, devido às limitações legais de competência, sem o apoio do Prefeito. Sabe-se que à Câmara também compete à aprovação do orçamento, mas este é quase o único ponto a se negociar. De uma maneira geral, quando o parlamentar é aliado do Prefeito, ele é atendido nas suas reivindicações, do contrário, há uma grande dificuldade de se fazer ouvir.

A única vereadora que faz oposição conta que os outros oito vereadores “têm tudo com o Prefeito”. Primeiro são atendidos todos os oito e depois ela. Na grande maioria das vezes ele não a atende, devido à prioridade das alianças. Mesmo assim ela tem com ele um

bom relacionamento e a oposição é branda porque, segundo ela, “não é o pior dos contextos, ele ainda a escuta”.

Os gabinetes, à exceção do gabinete da presidência, passam a maior parte do tempo fechados e há quem reclame o fato de não haver, para cada parlamentar, uma secretária, assim “elas estariam em seus lugares para atender melhor à população”. Isso porque todos têm suas profissões e admitem que não se dedicam exclusivamente a função de vereança.

Eles declaram que a profissão não atrapalha o desenvolvimento das atividades parlamentares, mas o que se observa é uma incongruência com relação às suas presenças na Câmara. De fato a maioria só se faz presente nas reuniões semanais ordinárias, à exceção de pequenas “passadas” pela Câmara.

O trabalho fora a vereança é um fator importante de habilitação para ação no campo político, pois segundo os parlamentares, gera confiança por parte da população. É como se a profissão do parlamentar tirasse o fator de puro interesse pelos rendimentos do cargo e desse mais seriedade ao exercício das atividades em prol do bem público.

A Câmara Municipal é frequentada por muitos cidadãos, mas não para assistir às suas sessões, propor projetos ou fiscalizar a ação do legislativo. Rotineiramente presenciam-se pedidos de ajuda pessoais aos Vereadores, não apenas no sentido de interceder com relação ao assistencialismo público, como marcação de consultas e cirurgias em Belo Horizonte, cestas básicas, cadastramento em programas do Governo, mas também no sentido de doação pessoal, o “dar” com recursos próprios. Nota-se que são alguns alvos dessa política de doação, que geraram um assistencialismo particular, uma política de trocas e favores no município: dinheiro para remédios e transporte para tratamentos de saúde, melhorias nas residências, pagamento de contas (geralmente água, luz e até parcela de universidade) e cestas-básicas.

Contudo, essas relações assistencialistas, e até clientelistas, não são mera estratégia de eleitores, no sentido de maximizar seus benefícios e dos vereadores, no sentido de pretender unicamente o voto. A predominância das relações de troca entre os parlamentares e parcelas da sociedade é, na verdade, um canal relevante para se acessar bens públicos ou privados. (PALMEIRA, 1996)

Ocorre que a apropriação desses bens e serviços disponíveis no campo político, que são altamente valorizados pelos agentes com a finalidade de atender ao eleitorado,

manter e ampliar a sua base eleitoral é viabilizada mais facilmente àqueles agentes detentores de maior capital político, especialmente os com intensa rede de contatos.

No campo político de Arcos também se observam muitas diferenças na política relativa ao Executivo e na política relativa ao Legislativo, a começar pela configuração da própria tradição. No Executivo do município observa-se muito claramente a herança política de sangue na ocupação dos cargos, por exemplo, o avô do ex-Prefeito Plácido Ribeiro Vaz foi prefeito, bem como o seu pai, João Vaz. Também o caso da ex-Prefeita D. Hilda Borges de Andrade, cujo marido foi Deputado, Secretário e relevante político e o avô Governador. No caso do ex-Prefeito Edgar Faria o tio-avô e também o filho foram prefeitos.

A transmissão das heranças políticas a partir de laços de consanguinidade, pelo casamento ou por vínculos políticos, que geram os “apadrinhados” não é aqui entendida como um processo relacionado à ordem patrimonialista, fruto do tradicionalismo da política brasileira, a ser superada pelo processo de modernização.

O que se observa e tem-se por base nessa pesquisa, é que a transmissão das heranças políticas é uma das estratégias centrais para o recrutamento de muitos parlamentares brasileiros. Sua sobrevivência e peso inegável na estrutura do campo político indicam que, não só não é uma prática em vias de extinção, como vem sendo “refuncionalizada” e ressignificada ao longo da democratização das instituições nacionais.

Não se trata, portanto, de ser um mecanismo que preenche falhas do sistema político, ou de sobrevivência de relações “arcaicas”, o parentesco na política é um elemento constitutivo desse universo. Sua perpetuação no campo político indica ainda também que não se trata de ação irracional, mas dotada de racionalidade própria e orientada por regras cognitivas e pragmáticas plenamente compreensíveis para quem as vivencia.

Assim, percebe-se que na esfera legislativa municipal arcoense essa herança nem sempre é de sangue, mas engendra frequentemente uma rede de relacionamentos, apoios e apadrinhamentos com as famílias com tradição política. Os prefeitos, geralmente, vêm de membros mais experientes (geralmente são filhos, genros, irmãos) e já respeitados na esfera política do município. Os vereadores, por sua vez, são cooptados, pelas dinastias políticas do município, de famílias grandes, unidas e com influência política na comunidade, sem ter qualquer laço sanguíneo. Com frequência, na primeira eleição, pesa

especialmente o nome da família, em geral do pai e, claro, uma aptidão razoável do candidato para o trabalho político que justifique a sua escolha como “afilhado simbólico”.

Outro ponto singularizador é que a “cooptação” dos membros do legislativo obedece a uma lógica diferente com relação à idade. No Executivo os membros são mais velhos por obedecer mesmo a uma lógica de sucessão sanguínea. Já no Legislativo, muitas vezes, é o pai que detém grande prestígio social, mas já sendo um senhor de idade avançada, o detentor de capital político apadrinha o seu filho que apresenta características semelhantes. Isso ocorre porque a demonstração do vínculo e da proximidade com o ascendente político é mais difícil, visto que não foi demonstrada durante toda a vida do herdeiro, como nos vínculos sanguíneos onde o herdeiro é socializado na rede política e com os eleitores desde pequeno. Observa-se que investimento de capital político em uma “sucessão não familiar” é alto, mais complexa é a sua transferência e esse vínculo deve durar para valer a pena tal investimento, o que justifica a escolha de membros jovens para o legislativo municipal de Arcos.

De uma forma geral, a entrada na carreira política exige majoritariamente certas condições sociais específicas. É preciso ter, primeiramente, alianças com pessoas já estabelecidas, de preferência com posições de destaque e prestígio. Essas alianças garantem a obtenção de credenciais institucionais indispensáveis. Por outro lado, o “candidato à candidato” deve apresentar um patrimônio de potenciais eleitores. Base e aliança eleitoral, portanto, reforçam-se mutuamente. (KUSCHNIR, 2000)

Verifica-se em campo que três famílias fazem a base política de Arcos (Vaz, Andrade e Faria). Essas famílias, desde a fundação do município de Arcos se revezaram na Prefeitura e influenciaram todas as configurações políticas do município não só na esfera Executiva. Percebe-se que a maioria dos vereadores, de uma forma ou outra, são ligados a essas três famílias.

Nesse sentido, Kuschnir (2000) adverte justamente que uma das principais características das carreiras políticas no Brasil é a necessidade de um “patrono” para se ter acesso à esfera da política institucional. A existência de parentesco com pessoas que já ocuparam cargos eletivos é uma das variáveis mais importantes para a eleição de candidato com menos de 30 anos, e o vínculo da família com a política tem, de um modo geral, um papel decisivo. Especificamente quanto às cidades pequenas, análises sobre política mostram que a ausência de parentesco ou de aliança com famílias ligadas ao poder

praticamente exclui a possibilidade de um novato ser bem sucedido politicamente. (KUSCHNIR, 2000)

Como já assinalado, Arcos emancipou-se em 1938, em plena vigência do Estado Novo da ditadura Vargas, e por isso teve seus prefeitos nomeados pelo Governador do Estado, Benedito Valadares, que exerceu a governança até 1947.

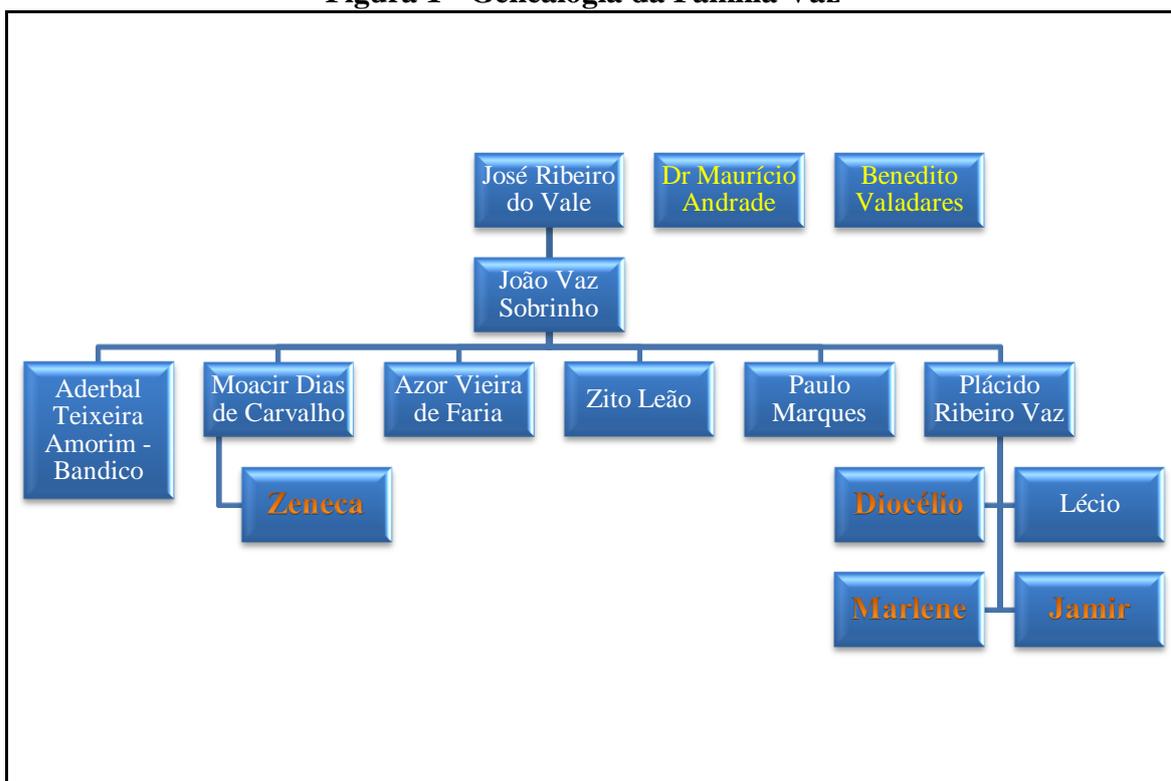
Percebe-se que, à exceção do Prefeito Heli Duarte de Figueiredo, que era de Belo Horizonte e foi nomeado por Benedito Valadares para menos de quatro meses de mandato, todos os Prefeitos de Arcos até 1947 descendiam politicamente de José Ribeiro do Vale e de João Vaz Sobrinho.

Apesar dessa dinastia política ter sido iniciada por José Ribeiro do Vale, o que se sabe é que, cumprindo sua característica familiar, José Ribeiro, após fazer de João Vaz, seu genro, seu sucessor, dedicou-se à sua grande propriedade rural, exercendo apenas sua influência política, nunca mais ocupando cargo público.

A transmissão do capital familiar ficou por conta de João Vaz, que se mostrou habilidoso na reprodução de membros políticos. Dos doze Prefeitos que se seguiram à João Vaz, até os dias de hoje, os “Vaz” fizeram seis deles, iniciaram e ajudaram na reeleição de vários vereadores e dos parlamentares atuais têm sua marca inscrita em quatro dos nove.

O organograma a seguir, com a genealogia política da família “Vaz”, baseada na tradição política, mostra como parentes e afilhados dispõem-se na rede de transmissão de capital político, proteção, apadrinhamento. O organograma traz também a formação de novos membros, a filiação simbólica, a cooptação, enfim, a autorização aos agentes políticos dotados a partir do sangue, da escolha do membro da família como o legítimo sucessor ou do apadrinhamento como legítimo herdeiro do capital político familiar:

**Figura 1 - Genealogia da Família Vaz<sup>14</sup>**



Fonte: (BARRETO, 1992); (RIBEIRO, 2012)

Dinastia política também de grande relevância, os “Farias”, definem-se como um grupo de poder à parte a partir de 1951, quando apoiam a candidatura de José Vilela de Oliveira, que vence a segunda eleição democrática do município, mas a primeira para um mandato de quatro anos.

Interessante notar que Azor e Trajano Vieira de Faria (UDN) pertenciam ao grupo dos “Vaz” enquanto seu irmão, Juca Vieira, disputa a eleição posterior pelo PSD e perde, mas inaugura a posição, nem sempre tão clara, dos próximos descendentes políticos dos “Farias”.

Os “Farias”, como revelado em diversas entrevistas, caracterizam-se pela cordialidade e pela diplomacia, raramente se envolvendo em embates frontais na política. Dizia um “Faria”:

“A gente não tem adversários políticos, a gente tem os mesmos amigos concorrendo às mesmas vagas”. (Vereador Eduardo Carvalho Faria)

<sup>14</sup> As cores do organograma:

- Amarelos: Políticos da esfera federal
- Branco: Prefeitos
- Laranja: Vereadores

Convivem bem com situação e oposição e até hoje seus membros dividem-se em partidos diferentes. Apesar disso, algo que se observa na fala do atual Vereador Eduardo Faria e do Sr. Fernando Faria, Presidente do PDT, é que a família é unida em termos políticos, o que indica que a divisão é mais uma estratégia para mantê-la no campo do que um rompimento ideológico de seus membros.

Diz o Sr. Fernando a respeito da hierarquia e prioridades dentro da família:

“...nunca fui candidato à nada porque não tive oportunidade porque quando não era o Zizo, meu irmão, candidato, era meu pai. Quando não era meu pai, era meu irmão, meu filho, então não tinha jeito e fui ficando de fora, era coordenador...” (Presidente do PDT Sr. Fernando Faria)

Por serem grandes articuladores políticos estão sempre envolvidos na escolha dos candidatos à Prefeito e na de muitos Vereadores. Atualmente o Sr. Fernando Faria é Presidente do PDT e seu filho, Márcio Faria, do DEM, e na história da família algum membro sempre esteve à frente de algum partido, filiando muitos dos vereadores e pavimentando suas candidaturas. Por exemplo, o Sr. Fernando já presidiu, em sua trajetória política, o PDS, o PFL, o PHS, o PSDB e atualmente o PDT. Ocupando cargos públicos foi também Oficial e, posteriormente, Chefe de Gabinete da Secretaria de Agricultura de Minas, Diretor Administrativo Financeiro da Emater em MG, gerente em cinco estados (Bahia, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Sergipe) da Cobal – Companhia Nacional de Abastecimento. Ocupou também diversos cargos no Governo do Estado, no IMSG, na Secretaria de Esportes e coordenou a campanha de Aécio Neves em 2002. Diz o político a respeito de sua influência:

“Estou meio quieto, não estou agindo, mas na hora que resolver agir, tenho portas abertas em vários lugares, inclusive lá na sua terra, Brasília.”  
(Presidente do PDT Sr. Fernando Faria)

A socialização política de um membro de uma família com tradição política tende a começar cedo, todos da família sobem no palanque e fazem discursos desde novos, porque quando um membro é candidato é importante que apareça em todos os acontecimentos sociais e a família ajuda demonstrando apoio e fazendo o entrosamento geral com o eleitorado.

Por isso sabe-se que na educação recebida dentro dos grupos de famílias tradicionais na vida política, o parentesco adquire um significado fundamental: ele está na base da circulação de informação, de visitas obrigatórias, de trocas de serviço e de ajuda recíproca em caso de necessidade, pois as condições de dominação do grupo, que necessitam ser reproduzidas, exigem a produção de herdeiros aptos. No que tange à garantia de perpetuação na vida política dessas dinastias no poder local esta solidariedade familiar é fundamental. (CANEDO L. B., 1994)

Os políticos arcoenses adquirem um gosto pela política muito cedo, vendo seus pais e familiares convivendo com as decisões políticas do município, em especial a escolha dos candidatos e o apoio durante o período eleitoral. No caso de Fernando, a partir do avô, candidato à prefeito (o Sr. Juca Vieira de Faria) ele foi tomando gosto pela política. Muito novo, com 8, 9 anos, na escola, já estava militando, torcendo pelo avô. O político descreve a política como “um vício que a pessoa adquire e depois não larga, fala que vai largar, mas não larga”. O Vereador Jamir e a Vereadora Marlene também relatam memórias de seus pais participando das decisões políticas do município, em especial com relação às eleições.

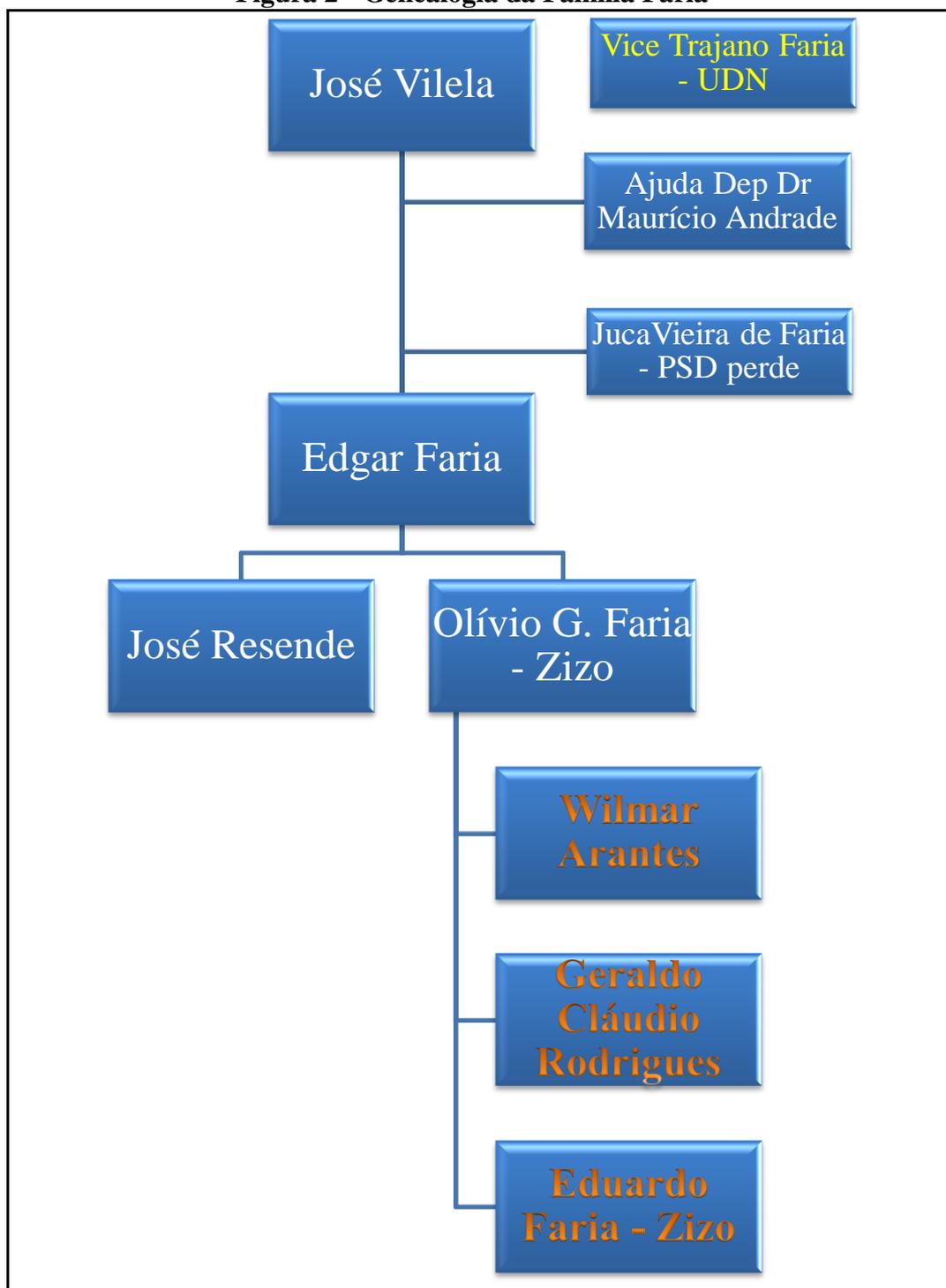
Quanto ao sucesso nas eleições de Arcos, é possível verificar que a política tem fases que, se seguidas, aumentam consideravelmente as chances da vitória. A primeira é a filiação, de preferência que os candidatos sejam de famílias grandes e unidas. É importante saber filiar as pessoas que são necessárias (que farão a diferença e darão peso ao partido) dentro do partido e formar um grupo: filiação e grupo são importantes e estão interligados. A segunda parte são os conchavos, convenções, acordos políticos na época da convenção do partido e depois o trabalho de campanha, as eleições propriamente ditas. Conta o Sr. Fernando a respeito das negociações:

“política sempre tem que ter os conchavos, negociações políticas que envolvem cargos, empregos, secretarias e outras coisas mais, isso antes de começar a campanha” (Presidente do PDT Sr. Fernando Faria)

No tocante à família numerosa, esse fator importantíssimo é explicado pelo baixo número de votos para se eleger um candidato à vereador no município. Em 2008, por exemplo, 507 votos elegeram um Vereador, mas o atual Vereador Wilmar Arantes já foi eleito, em 93, com apenas 142 votos, ou seja, uma família grande já foi o suficiente em algumas eleições.

Contudo, quanto ao preparo para a eleição de um Vereador que tem herança política, se o candidato precisa, por exemplo, de 700 votos, para a reeleição, em média 300 estão garantidos pelo prestígio pessoal e familiar, mas os 300/400 restantes tem que ser trabalhados e não é uma tarefa fácil. Esses 300/400 votos que necessitam ser trabalhados correspondem, principalmente, à porção não familiar de eleitores, à quem se deve voltar a atenção para que o apoio seja confirmado ou para que se perceba a perda daquele eleitor. A efetiva perda de base durante o mandato são, geralmente, aqueles que não se veem atendidos pela área de atuação que o vereador prioriza e deixam de apoiá-lo. Assim, parte dos eleitores de um candidato são perdidos de uma eleição para outra, o que exige um esforço em termos de expansão da base eleitoral, por parte do político, para que sua votação se mantenha de uma eleição para outra. Em Arcos, onde se tem mais de 100 candidatos aos cargos de vereador, a votação é muito dividida e a angariação é árdua. Tem que saber fazer política.

Figura 2 - Genealogia da Família Faria<sup>15</sup>



Fonte: (BARRETO, 1992); (RIBEIRO, 2012)

<sup>15</sup> As cores do organograma:

- Amarelos: Políticos da esfera federal
- Branco: Prefeitos
- Laranja: Vereadores

Neto de Francisco Sales, Governador de Minas Gerais no início da Nova República do Brasil e filho de Dr. Donato de Andrade, que ocupou o cargo de Deputado por Minas nos anos de 1920 a 1922, por influência de seu sogro, então Governador do Estado, Dr. Maurício Andrade foi criado na Fazenda São Miguel, em Calciolândia (um distrito industrial de Arcos) e tornou-se uma das principais lideranças políticas de Arcos. José Maurício de Andrade foi Deputado Estadual de grande liderança e Deputado Federal, onde foi líder de Governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira.

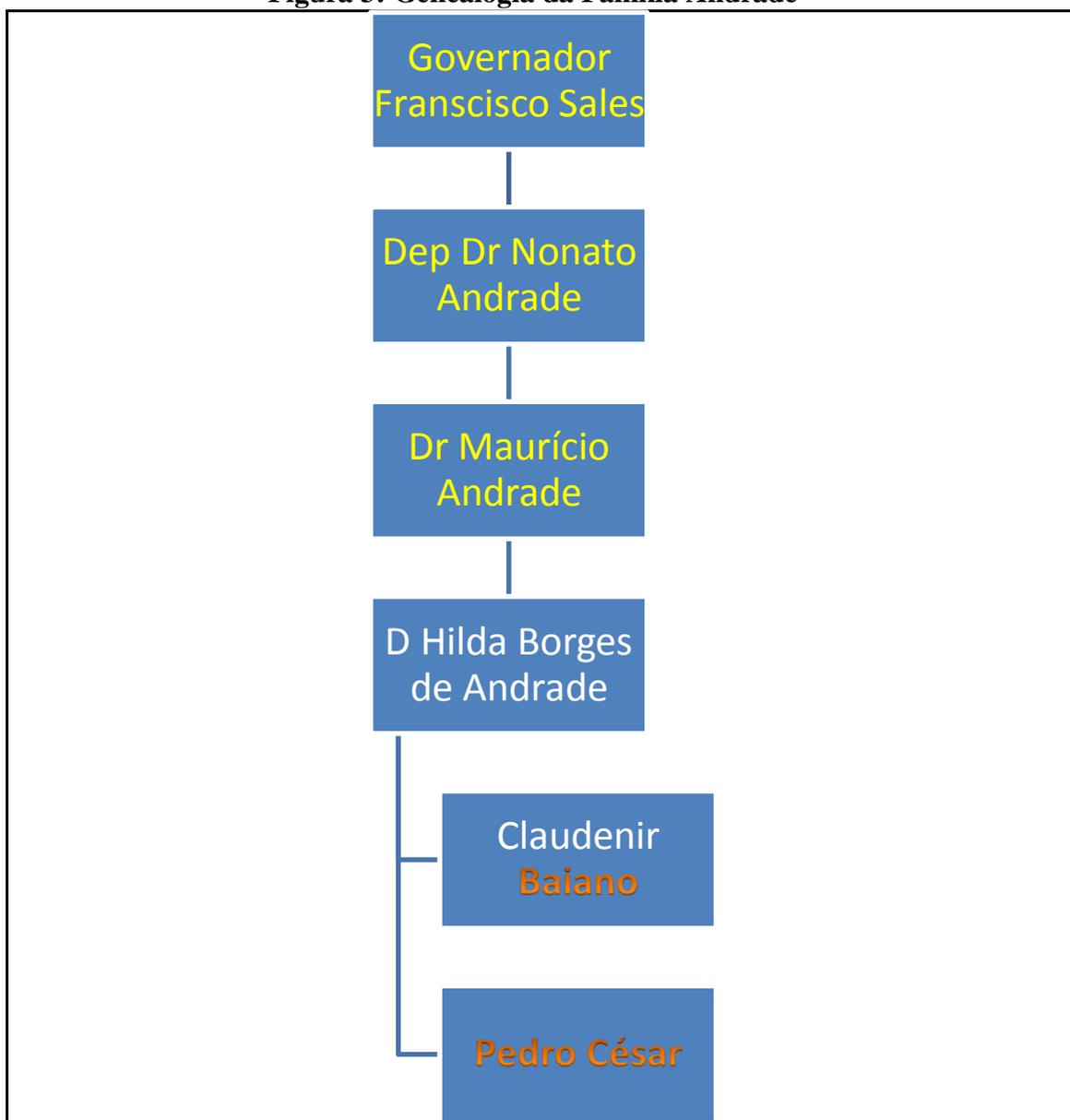
Proprietários de grandes fazendas na região, importantes criadores de bovinos e equinos, os “Andrades” dedicaram-se à ao município e, especificamente Dr. Maurício, sempre teve influência na política local.

Como Deputado Estadual, foi o articulador junto do Governador Benedito Valadares para elevar Arcos à categoria de Cidade em 17 de Dezembro de 1938 e Comarca de Arcos em 1950.

Retornando à Arcos, para cuidar de sua fazenda, Dr. Maurício, mesmo pressionado por grupos políticos, recusou-se a se candidatar à prefeito, contudo fez candidata a sua esposa, D. Hilda Borges de Andrade, o que demonstra sua grande força política e sua habilidade na transmissão do capital familiar, visto que D. Hilda não era uma pessoa muito envolvida politicamente e mal compareceu a todos os comícios. Vencedora, e reeleita numa outra oportunidade, na prática, era Maurício Andrade que governava.

Os “Andrades”, apesar de caracterizarem uma linhagem política mais sanguínea e uma transferência de capital menos ramificada, conseguiram deixar um descendente político na Prefeitura, Claudenir Baiano, que já havia sido vereador sob seu apoio. Essa dinastia também foi a base de vários candidatos à vereador, apadrinhando-os e transferindo-lhes parcela de seu capital político.

**Figura 3: Genealogia da Família Andrade<sup>16</sup>**



Fonte: (BARRETO, 1992); (RIBEIRO, 2012)

Vê-se a partir das genealogias como os capitais políticos são dispostos de formas diferentes pelas três famílias. Os “Vaz”, a partir dos “Ribeiros”, fazem seus filhos herdeiros políticos, bem como seus parentes afins e seus afilhados simbólicos. A relação de

<sup>16</sup> As cores do organograma:

- Amarelos: Políticos da esfera federal
- Branco: Prefeitos
- Laranja: Vereadores

apadrinhamento envolve famílias com tradição e influência na comunidade. Há uma transmissão de capital familiar tanto pela descendência sanguínea, quanto por apadrinhamento. Nesse sentido, observa-se como os “Vaz” conseguem apoiar/apadrinhar/filiar e fazer políticos de várias famílias e que essas famílias mantêm-se fiéis a eles por gerações. O organograma toma uma forma espalhada, mas apenas em um nível, ou seja, os políticos feitos por essa família não conseguem se ramificar, o que demonstra um grande controle do capital político por João Vaz e, posteriormente, apenas por seu filho. Explica a Vereadora Marlene sobre a tradição do grupo político:

“[...] nós, que temos uma identidade política tradicional, a própria sociedade não aceita mudar sabe, então eles cobram uma postura, então pra ganhar ou pra perder uma eleição, nós mantemos essa identidade ainda.”  
(Vereadora Marlene Rodrigues)

Na família Vaz percebe-se a predominância do capital heroico, principalmente na transferência do capital político do Sr. José Ribeiro do Vale para o Sr. João Vaz Sobrinho e deste para o seu filho, o Sr. Plácido Ribeiro Vaz. Nota-se uma estreita conexão com a ativação da memória desses líderes carismáticos e a luta de seus seguidores para a conquista do reconhecimento como herdeiros legítimos de seu espólio político. Como ressalta Grill:

“Para os herdeiros a possibilidade de encarnação do carisma e a vinculação com o “fundador”, a “referência mítica”, e com o “passado comum” se localiza na comprovação da posse de atributos, de biografias e posicionamentos que manifestem a sua proximidade e sua associação, no sentido de vínculo pessoal, de dedicação à “causa comum”, de compromisso com o “legado” e de fidelidade aos “princípios””. (GRILL, 2003, p. 51)

Já os “Farias”, apesar de também terem muitos afilhados, uma delegação não sanguínea, transmitem mais efetivamente seu capital dentro da família. Sempre há um Faria na política, ainda que outros estejam sendo apoiados pela mesma fonte de capital.

Percebe-se na trajetória de muitos prefeitos e vereadores que o aval/consentimento/apoio do pai para entrar na política é de fundamental importância. Isso porque na política arcoense a principal base eleitoral de um político cuja família tem tradição política é a própria família e famílias amigas, próximas. Família no sentido amplo, de sobrenome, não apenas no sentido de pai, mãe e irmãos, mas tios, primos em diversos graus. O sobrenome tem um peso especial no apoio eleitoral, atua como fator unificador.

O apoio do pai sinaliza a primeira eleição, a eleição dentro da família, ou seja, a escolha do filho como candidato da família. Os amigos do pai, da família, e do próprio

candidato são a primeira base eleitoral. Tudo que a família já fez, a índole, o passado, ajuda a criar a credibilidade do filho. Em geral o eleitorado não quer saber sequer de que partido o candidato é.

Em decorrência, a socialização do filho, do apadrinhado, no campo político e também o comportamento social e eleitoral de toda a família concentram-se em honrar o pai, o padrinho político, e/ou a família que porta esse capital a gerações, como algo sagrado.

### **As Famílias, os Capitais Políticos e os Atuais Vereadores**

A força política de uma família é especialmente demonstrada quando essa consegue ter no campo político, ao longo dos anos, vários políticos, especialmente filhos, sobrinhos, mas também pessoas de fora da família sob sua proteção, iniciação e pavimentação das candidaturas.

A despeito da redemocratização ocorrida após 1988, com a nova Constituição, observa-se que as maiores famílias de Arcos e mais influentes do ponto de vista do acesso ao Parlamento municipal, com mais tradição política, não só se mantiveram, como também, à exceção da família “Teixeira”, aumentaram sua presença na Câmara, a despeito das modernizações trazidas no novo ordenamento jurídico, o que contribui para o argumento de que a permanência das famílias com tradição política, as chamadas dinastias políticas, foram ressignificadas e não são uma excrescência no sistema democrático moderno.

Isso porque apesar da modernização e abertura do campo político, no tocante à entrada, são exigidas veladamente certas competências gerais ou mesmo específicas, o que acaba por beneficiar, mesmo por via distinta, os membros de famílias com tradição na política. (BOURDIEU, 2010a)

**Tabela 7 - Proporção de Parlamentares e Mandatos na Câmara Legislativa de Arcos**

<b>Família</b>	<b>Proporção dos parlamentares desde a 1ª</b>	<b>Proporção dos mandatos desde a 1ª legislatura</b>	<b>Proporção dos parlamentares desde 1988</b>	<b>Proporção dos mandatos desde 1988</b>
----------------	---	--	---	--

	<b>legislatura</b>			
<b>Rodrigues</b>	9,7%	11,5%	14,6%	16,2%
<b>Teixeira</b>	8,8%	8,2%	7,3%	6,8%
<b>Ribeiro</b>	5,3%	5,2%	9,8%	5,4%
<b>Arantes</b>	3,5%	4,6%	9,8%	6,8%
<b>Faria</b>	3,5%	3%	9,8%	4,1%

Fonte: (RIBEIRO, 2012)

Os “Rodrigues” contam atualmente com três parlamentares na Casa Legislativa. Há ainda, membros da família “Teixeira”, “Arantes” e “Faria”.

O Gráfico 3 aponta também a importância das famílias numerosas, no sentido que os “Rodrigues”, por exemplo, conseguiram eleger 6 membros da família mesmo após a redemocratização. No gráfico é possível observar a grande coincidência de sobrenomes dos Vereadores após 1988, o que indica a permanência das dinastias políticas mesmo após o novo ordenamento jurídico. Essa perpetuação é ainda confirmada pelo número de reeleições só neste período (a partir de 1988 até hoje) de alguns parlamentares que se encontram em exercício: Marlene Rodrigues com 2 (a parlamentar ainda tem mais um pleito antes da CF/88), Pedro César Rodrigues com 3 e Geraldo Cláudio Rodrigues com 4 mandatos. Também a família “Teixeira” e os “Ribeiro”, pela mesma lógica, conseguiram eleger 3 parlamentares cada uma, para o mesmo período.

Observa-se que as maiores famílias são vinculadas aos grupos políticos dos “Vaz” e dos “Farias” e que mesmo após a redemocratização essas famílias se mantêm, além de aumentarem sua presença no Legislativo Municipal. Percebe-se que essas duas famílias solidificaram-se institucionalmente a partir 1945, dando uma nova roupagem às suas heranças políticas, após o fim da Ditadura Vargas. As mesmas famílias, já ambientadas ao campo e dispostas de boa vantagem competitiva, adequaram-se às novas regras do jogo, a partir de então com partidos, mas ao invés de se moldarem a eles, “criaram-nos” no município, fazendo com que eles servissem aos seus interesses. Ou seja, trouxeram o partido para o município e tornaram-se seus Presidentes, utilizaram dele sua estrutura, então necessária.

A ditadura militar de 64 não alterou muito os padrões de comportamento no campo político municipal, principalmente por tratar-se de um município conservador politicamente. Essa constatação é confirmada justamente pela pouca alteração no quadro

de membros do Legislativo e pela permanência e incremento de herdeiros políticos de famílias tradicionais após 88.

Assim como verificado em Arcos, Canedo (2002) mostra que a partir dos anos 50, a atividade política no Brasil cada vez mais se torna uma atividade profissional e autônoma, em especial, na razão do aumento do número de votantes e da nova organização dos partidos e da legislação eleitoral. Esta nova configuração passou a requerer uma formação específica para a demarcação do amadorismo, uma redefinição do saber necessário ao político profissional. Nesses termos, Minas teve uma estratégia. Nas palavras da autora:

“diferente os mineiros se beneficiaram da ajuda especializada dos funcionários públicos e dos políticos mais experimentados, numa aprendizagem adquirida, previamente, nos bastidores da ação [...] Mais do que tudo, foi o que tornou possível a crença na existência de uma lógica de vocações políticas em Minas Gerais” (CANEDO, 2002)

Vê-se na tabela 1 que toda a rede com finalidade de cooptação e manutenção das bases potencializa-se quando se volta o olhar para os parlamentares cuja família ou padrinhos políticos detêm tradição na vida política, ou seja, praticamente todos.

Grill (2003) corrobora essa análise apontando em sua pesquisa no RS que as famílias com mais gerações de políticos possuem a maior parte dos candidatos oriundos dos grupos familiares assentados na política no período que antecede à redemocratização de 1945.

Partindo para a análise dos atuais vereadores, foram estudadas as trajetórias de 8 dos 9 parlamentares da Câmara Municipal de Arcos<sup>17</sup>.

Ao longo das entrevistas e das conversas informais com os vereadores, foi-se conhecendo cada uma das trajetórias tanto do parlamentar, como de sua família e padrinhos políticos, o que permitiu ver de forma mais clara de onde vinha o capital político arregimentado por cada um.

---

<sup>17</sup> Contataram-se todos os parlamentares, dois ofereceram grande resistência, mas apenas um não concedeu a entrevista e não aceitou qualquer tipo de aproximação. Observou-se que ambos temiam o conteúdo das entrevistas. O então Presidente da Casa entrou em contato com uma deles, explicando que já concedera a entrevista e que o tema perpassava a história das famílias e não comportava qualquer assunto embaraçoso. A entrevistadora também abordou a questão nesse sentido, obtendo sucesso. No entanto, o outro Vereador, apesar das interseções de pelo menos quatro Vereadores, após desmarcar por três vezes, esquivou-se e não permitiu qualquer aproximação.

Diversas variações são constatadas no conjunto de relatos que caracterizam as relações de parentesco e seu correspondente peso político para os entrevistados. No entanto, a apresentação das trajetórias pessoais e familiares destaca os vínculos de parentesco e apadrinhamento como trunfos consideráveis e que abarcam diferentes instrumentalizações e práticas.

**Tabela 8 - Parlamentares e tipos de Capitais Políticos**

Parlamentar	Influências e determinantes da trajetória política	Tipos de Capitais Políticos
Marlene Rodrigues	<p>Influência da Igreja Católica, fazia parte de muitos movimentos no período da ditadura, frequentou no período ditatorial cursos de liderança oferecidos pela Igreja, que pregava a importância da participação cristã no processo político. Com isso foi criando uma consciência crítica acerca da justiça social e tendo cada vez mais acesso e facilidade com o povo. A Vereadora alega que sua capacidade de liderança e de influenciar pessoas nasceu daí. O pai não era detentor de cargo político, mas participava ativamente da vida política do município, articulava com os líderes da época. A família é uma das maiores do município, e na época da ditadura varguista uniam-se as lideranças das famílias grandes, agregadoras e tradicionais e as decisões políticas do município. A família também é a que mais tem parlamentares eleitos ao longo da</p>	<p>Capital Delegado e Convertido. Marlene começa a carreira a mando de seu pai, recebendo deste o capital político acumulado pela família, em termos de respeitabilidade, amizades e influência nas decisões do município, o que pode ser caracterizado como um capital delegado. Também é sua desenvoltura nos movimentos da Igreja, sua capacidade de liderança e sua habilidade de influenciar e agregar que pavimentaram a sua trajetória política.</p>

	<p>história da Câmara Municipal.</p> <p>A Vereadora candidatou-se pela primeira vez a mando do pai, que havia dado sua palavra a um político da época que sua filha iria sair candidata.</p> <p>No entanto, apesar dela ter entrado na política por uma promessa ao então candidato à Prefeito Chiquito Roque, a família “Rodrigues” sempre esteve vinculada à família “Vaz”. A Vereadora confirma essa relação ao afirmar sua posição política posterior à primeira eleição, quando se tornou efetivamente parceira de Plácido Ribeiro Vaz.</p>	<p>Seu trabalho na educação foram convertidos em notoriedade política.</p> <p>Por fim, sua aliança com Plácido Vaz não foi o que determinou sua entrada na política, mas solidificou sua trajetória.</p>
<p>Eduardo Faria – “Eduardo Zizo”</p>	<p>O pai, o avô por parte de pai e o tio-avô foram prefeitos de Arcos, ademais, um tio duas vezes vice Prefeito e um primo foi vereador duas vezes, uma delas o mais votado. O avô por parte de mãe foi Presidente da Câmara e ela é prima de Plácido Ribeiro Vaz (Prefeito por três mandatos).</p> <p>Socializado desde a mais tenra infância na política, teve que abdicar da primeira eleição pretendida em favor do primo.</p> <p>Na trajetória política incorporou o nome do pai e acredita que ele tenha lhe “deixado o nome”, com as amizades, as lealdades e dívidas de favores prestados.</p> <p>A família une-se a cada eleição para decidir quem apoiar e sempre “ter um na política”.</p>	<p>Capital Heroico.</p> <p>O capital político de Eduardo vem da tradição política de sua família. Trata-se de uma família que consegue transmitir esse capital e perpetuar-se no campo já por quatro gerações.</p> <p>Percebe-se na fala do Vereador, rotineiramente, a menção ao avô e ao pai, ressaltando sempre os seus feitos e as mudanças que estes trouxeram para a</p>

	<p>Casou-se com uma mulher cuja família também tem grande força política no Legislativo e que hoje o apoia.</p>	<p>cidade. Também destaca as qualidades de diplomacia e carisma que seus ascendentes políticos tinham e conta como isso lhe foi passado, dizendo que conserva muitas das amizades dos familiares.</p>
<p>Wilmar Arantes</p>	<p>Iniciado na política pelos “Farias”, é o segundo membro da família no campo político. Ele tem uma das maiores taxas de reeleição, quatro mandatos. Tinha dezenove anos na época de sua filiação e o motivo foi porque ele era de uma família tradicional e o pai era muito querido na cidade, principalmente no meio rural. O Vereador conta que, praticamente, quem o elegeu no primeiro mandato foi o pai, um senhor já de idade, mas muito respeitado e estimado. Wilmar se diz uma pessoa simples, humilde, que cresceu na roça, de pouco estudo. Conta isso como uma vantagem na política por permitir uma aproximação mais fácil com o povo. Sua socialização propriamente política deu-se posteriormente, já no cargo.</p>	<p>Capital delegado. Wilmar confere a sua primeira eleição ao prestígio do pai na comunidade, algo percebido pelos hábeis políticos “Faria”, que o acolheram politicamente e pavimentaram sua candidatura, eleição e trajetória. Os “Farias” filiaram-se também simbolicamente, fazendo dele um membro da instituição familiar, delegando a ele capital familiar, colocando-o como um escolhido político do</p>

	grupo.
Diocélio Alves	<p>Capital convertido.</p> <p>A marca da trajetória política de Diocélio é o trabalho prestado na área da saúde.</p> <p>Sua ajuda aos necessitados de assistência médica, essa notoriedade como um benfeitor, um amigo desinteressado, convertem-se em capital político.</p> <p>Sua aptidão para tratar dos assuntos de assistência/estrutura de saúde, resolvendo os problemas da população dependente desses serviços acabou por habilita-lo como um representante da população em termos de saúde.</p> <p>O pai (funcionário público) era muito envolvido no meio político, apesar de nunca ter ocupado um cargo eletivo. Sempre trabalhava para algum candidato nas eleições.</p> <p>Diocélio começou a angariar seu prestígio político ajudando pessoas a conseguir consultas, tratamentos, cirurgias e viagens para esses fins. Na sua concepção “política é troca de favores” e então, a partir de certo momento, já tendo fortalecido seu nome e tendo os partidos percebido essa proeminência e o pressionado, ele resolveu entrar para a vida política.</p> <p>O Vereador com mais mandatos, oito, já está preparando a esposa para substituí-lo politicamente, visto que seu problema de saúde já comprometeu significativamente o desempenho de suas funções como vereador.</p> <p>Segundo ele, hoje já é ela quem atende os eleitores que precisam de ajuda.</p> <p>Tem e teve pessoas da família (pai, irmã, irmão, sobrinha) em cargos públicos e todas elas relacionam seu nome com os serviços prestados à comunidade pelo Vereador.</p> <p>A família toda é voltada para a área social e o Vereador tem como contrapartida dos ajudados o apoio</p>

	<p>eleitoral.</p> <p>Também a sua família, de forma mais ampla, o sobrenome “Teixeira Borges” tem representatividade em sua eleição, pois se trata igualmente de uma das maiores famílias de Arcos.</p>	
<p>Jamir Soares dos Reis</p>	<p>O pai gostava e participava da política. Era muito festeiro e as pessoas se reuniam muito em sua casa. Recebia em todos os períodos de campanha todos os candidatos que batiam à sua porta, para que na sua casa, na fazenda, fizessem seus comícios para a região.</p> <p>O pai recebia todos, independente de partido e dizia aos filhos que eles tinham que colaborar com todos porque eles não sabiam quem ia ganhar. Quanto a decidir-se quem apoiar, isso ficava para depois.</p> <p>Jamir estabeleceu grande proximidade com o produtor rural porque durante 10 anos buscava leite nas fazendas. Eram muitos produtores e ele começou a perceber as dificuldades, problemas e carências vividas por esses produtores e também a dificuldade de acesso ao Prefeito. Percebeu que sua relação com esse povo era de amizade e confiança, então a partir do convite para candidatar-se à Presidência do Sindicato Rural, que já denotava a conversão do</p>	<p>Capital Delegado.</p> <p>O pai gostava de política e sempre abriu as portas de sua casa para diversos políticos. Além disso, os primeiros comícios das campanhas, tanto para o Executivo e Legislativo Municipal, quanto para o Sindicato Rural, eram na fazenda de seu pai, que reunia a comunidade.</p> <p>A notoriedade de Jamir vem também das relações obtidas no meio rural, onde por dez anos frequentou as mesmas fazendas, observando as dificuldades e problemas dos produtores rurais.</p> <p>Dado o conhecimento</p>

	<p>seu prestígio no meio rural, pavimentou, no exercício desse mandato, a sua carreira política para a candidatura à Vereador.</p>	<p>da realidade e a confiança que adquiriu nesse meio, angariou legitimidade para representar a bandeira rural, desempenhando essa função primeiramente no Sindicato Rural, como Presidente.</p> <p>A referência de seu pai, o trabalho realizado junto às fazendas da região, a confiança adquirida e o conhecimento dos problemas, edificaram a sua notoriedade através do trabalho no sindicato.</p>
<p>Geraldo Cláudio Rodrigues – “Claudinho”</p>	<p>Com uma família grande (Rodrigues e Teixeira), que sempre teve destaque na cidade, Claudinho foi procurado por Zizo e Fernando Faria, que o convenceram e apoiaram o seu ingresso na política.</p> <p>Os políticos ressaltaram a vantagem competitiva da família grande e unida, bem como do trabalho que Claudinho exercia de despachante, que acabava resolvendo problemas de muita gente, ainda que fosse uma atividade</p>	<p>Capital delegado e convertido.</p> <p>Claudinho angariou notoriedade no serviço prestado em sua profissão como despachante. Nessa atividade conheceu e solucionou problemas de muita gente, o que fez ficar conhecido.</p> <p>No entanto, a base</p>

	particular.	eleitoral de Claudinho é, primordialmente, a sua família, os “Rodrigues”. Nesse sentido, o capital vem também da família, que o transfere limitada e provisoriamente, com vistas a ter uma representação no parlamento.
José Aparecido – “Zeneca”	A sua família biológica não tem tradição política, mas foi criado, desde muito pequeno, por uma família com grande tradição política, a família de Dr. Moacir Dias de Carvalho, que foi Prefeito de Arcos. Também o filho de Dr. Moacir, Dr. Roberto Dias, foi eleito Vice Prefeito por duas vezes e tentaram em muitas ocasiões que Dr. Moacir concorresse, mas ele não quis, optando pelo apoio, trabalho e ajuda à sua ala política. Zeneca, seguindo os ensinamentos de seu pai adotivo entrou para a política, pois segundo ele, foi criado sabendo que tinha que participar da política, se envolver, não ficar alheios às coisas que acontecem na cidade e contribuir para o seu desenvolvimento.	Capital Heroico. Apesar de ser veterinário e ter exercido sua profissão por vinte e quatro anos na mesma localidade, a notoriedade de Zeneca provem do fato dele ter sido criado por Dr. Moacir Dias de Carvalho. Dr. Moacir era um político respeitado na cidade e Zeneca, socializado neste campo político, utilizou-se da memória dessa família, da antiguidade, da confiança na índole e

	<p>Também seu trabalho, como veterinário, por vinte e quatro anos na mesma cidade, visitando várias fazendas e atendendo em seu estabelecimento, segundo o Vereador, ajudaram bastante na sua eleição.</p>	<p>no trabalho prestado à comunidade pela família. Trata-se, portanto, do capital heroico acumulado, na verdade, por Dr. Moacir Dias. Esse capital foi requerido por Dr. Roberto e Zeneca, que invocaram para sua entrada na política, os feitos do pai.</p>
<p>Pedro César</p>	<p>Precursor do movimento sindical, o Vereador alega não ser a família (Rodrigues) sua principal base eleitoral, mas os sindicatos. No entanto, seu pai a vida toda se interessou por política e era correligionário dos 'Faria'. Pedro César foi convidado a entrar na política com o apoio de D. Hilda Bordes de Andrade e Dr. Maurício. Foi líder do Governo de Hilda Borges na Câmara e seu Secretário de Administração.</p>	<p>Capital Delegado. Sua marca é o trabalho sindical, o pioneirismo nas atividades de proteção ao trabalhador em Arcos. Sua popularidade vem do trabalho prestado junto ao sindicato que, percebendo sua aptidão para a representação de seus interesses, investiu-o como seu candidato oficial. Ademais, um ponto forte da sua solidificação foi a entrada na política</p>

Fonte: (RIBEIRO, 2012)

O capital político implica no reconhecimento da legitimidade de certos indivíduos para agirem no campo político, daí a sua importância nas lutas políticas. O capital político fornece uma grande vantagem competitiva e o que se observa é que a ausência de parentesco com famílias com tradição política, de alianças tanto com pessoas como com instituições ligadas ao poder político, praticamente inviabiliza a entrada de um novato no meio político arcoense.

A partir da tabela acima se vê que os oito vereadores estudados detêm capitais políticos que permitiram a sua entrada e permanência no campo político.

O capital político, de forma geral, é, precisamente, o que dá eficiência a um agente, ou a um grupo numa conjuntura e numa configuração determinada. Analisando o peso dos capitais políticos, pode incluir a precocidade de entrada na política, a duração da adesão do militante nos partidos, nas organizações sindicais, profissionais ou estudantis. Podem-se considerar os êxitos e fracassos, o volume de mandatos, os postos ocupados no curso de uma carreira política, a duração da profissionalização e o tipo de trajetória seguida desde a entrada na política, as posições ocupadas nas redes sociais. (OFFERLÉ, 2011)

O capital político delegado é o que mais aparece nas trajetórias dos parlamentares arcoenses, indicando primeiramente como fonte de poder político as famílias e depois os sindicatos. O capital heroico apresenta-se em duas trajetórias de forma muito contundente, sinalizado pela necessidade de comprovação do vínculo com o líder político ascendente. O capital convertido é observado em três casos, mas no único em que aparece sozinho, tem-se a instrumentalização de uma área de assistência social que apresenta muitos problemas estruturais no município: a saúde.

O parlamentar Diocélio durante muitos anos vem atuando nessa área, agendando consultas, agendando cirurgias e transporte para esses fins, principalmente em Belo Horizonte. Muitas vezes ele mesmo vai à Fumusa (um posto de atendimento público) e troca as receitas quando a original é feita por médico particular e a cirurgia só pode ser marcada com o pedido de um médico de atendimento público ou preenche os papéis necessários e faz as ligações. A sua trajetória política toda foi marcada pelas ajudas na área

da saúde e pelos favores quando fazia as declarações do produtor rural, de graça, trabalho posteriormente feito na Prefeitura, pela sua irmã. O parlamentar começou esse trabalho social antes de ser Vereador e nesses termos conseguiu sua popularidade, que viabilizou sua carreira política. A partir de então, como o próprio parlamentar explica:

“Política é troca de favores e o povo é muito agradecido aos meus favores” (Vereador Diocélio Antônio Alves)

Em contrapartida, a ajuda que o vereador anteriormente citado precisa e tem é o voto.

A lealdade política adquirida pelo compromisso não implica, necessariamente, em vínculos familiares ou partidários, pode ser também obtida através de diversos tipos de trocas envolvendo não parentelas. Portanto, a natureza deste tipo de compromisso abrange a honra dos parceiros presente nas palavras e ações empenhadas, como também permeia a capacidade de mobilização das redes de relações sociais capazes de reafirmar compromissos pré-existent e gerarem novos compromissos. (MESSENERG, 2009)

O Vereador acredita que não só o seu trabalho na saúde, mas também os familiares em cargos públicos, prestando serviços assistenciais, acabaram por favorecê-lo, pois as pessoas associavam os trabalhos feitos pelos familiares ao seu trabalho, como se fosse uma extensão. Um exemplo é a função da irmã, na Prefeitura, fazendo as declarações do produtor rural, um trabalho antes desempenhado por ele, de graça, para os produtores. Quando a Prefeitura passou a fazer as declarações, ao ser procurado, Diocélio encaminhava à irmã e dizia que era a mesma coisa ela e ele fazer, atrelando o serviço dela aos seus favores.

Diocélio já está no oitavo mandato, trinta e quatro anos de política, e hoje, com insuficiência renal, já fazendo hemodiálise duas vezes por semana, quase não vai à Câmara, resolve os problemas de casa, pelo telefone e já prepara sua esposa para substituí-lo politicamente, pois, segundo ele, não pode “desperdiçar a chance”.

Não só no caso de Diocélio, mas também nos de outros parlamentares, como Pedro César e Marlene, a entrada como a manutenção de um político no campo é fortificada pela presença de parentes em cargos públicos, especialmente na Prefeitura. É como se o vereador estivesse fazendo através de seus parentes. A ocupação desses cargos pela família ou pelo próprio Vereador, antes de seu mandato, é importante porque eles geralmente exigem uma convivência intensa com o povo, o que gera muita visibilidade e

até notoriedade, dependendo do serviço prestado. Se o agente souber fazer política em cima desse contexto, ajuda muito.

Esclarece o Sr. Fernando Faria, Presidente do PDT:

“o verdadeiro político tem que ter mandato ou cargo, se tiver um mandato é respeitado, se tiver um cargo também é respeitado, se não tiver nada não é respeitado. Por exemplo, um político famoso que se afaste da vida pública ninguém mais dele, a mídia não fala, ninguém toca mais no nome dele, some, desaparece. Então o político verdadeiro mesmo que não ocupe cargo eletivo tem que [...] sempre ter alguém precisando dele, procurando, um amigo, uma amiga, para ele sempre ter a oportunidade de ajudar porque é importante para ficar em evidência”

O poder local é expresso justamente pelo conjunto de redes sociais que se articulam e se superpõem, engendrando interesses, recursos e valores em um dado espaço. Dessa forma o funcionamento da política local tem por base as relações pessoais entre os membros da esfera política e da sociedade em geral. Muitas dessas relações culminam no clientelismo, no assistencialismo, mas estes devem ser vistos como práticas que convivem com a estrutura política moderna, indicando tanto formas de acesso a bens públicos ou privados, como uma estratégia política. (PALMEIRA, 1996) Tratar o clientelismo como uma anomalia de sistema de representação é uma perda conceitual, deixa de explicar a forma como ele se mantém e se ressignificou/reposicionou no Estado moderno.

Ainda com relação à saúde, observa-se fortemente o caráter negocial e fiduciário que ela tem nas relações cotidianas do eleitorado carente com os parlamentares. A falta de estrutura da saúde no interior do país, por exemplo, a carência de centros cirúrgicos e médicos especialistas, faz com que os parlamentares, percebendo esse nicho de atuação e atuando como mediadores e facilitadores dos agendamentos e das realizações dos procedimentos, adquiram a gratidão e estabeleçam com os cidadãos dependentes dessas ações, uma relação de confiança, fidelidade e dívida, paga com o apoio eleitoral. O fato é que quando a assistência pública municipal falha, não tem estrutura ou demora, é possível ver que é aí que muitas vezes entra o político da “dádiva”. Esse político atua principalmente nas classes mais baixas, onde se sente mais o que é o poder político pela dependência que os beneficiamentos engendram.

O Vereador Wilmar Arantes conta que Secretário de Saúde, é uma atividade que “convive com o povão, então ajuda muito na esfera política”:

“Se você souber fazer política em cima disso aí, se você for uma Secretária de Saúde e uma Secretária de Integração Social, que é aonde que

passa todo o material, eu acho que é..., ajuda muito.” (Vereador Wilmar Arantes Jr)

Assim a saúde mostra-se um campo extremamente oportuno de atuação pois, de acordo com o Vereador Diocélio, o parlamentar faz um favor para a pessoa no momento que ela mais precisa, para ela própria, para um filho, para um pai, e isso gera gratidão por parte de toda a família, que se vê acudida num momento difícil. Estabelece-se assim um laço pessoal, de confiança, ao fato da família ter alguém a quem recorrer.

Em geral, essa atuação parlamentar dá-se utilizando as vias institucionais, posicionando-se o vereador apenas como mediador/facilitador, por conhecer os caminhos de acesso e procedimentos, obscuros e penosos para os cidadãos leigos, visto que esse processo requer conhecimento de suas etapas e recursos disponibilizados pelo Estado, bem como contatos que facilitam seu andamento. No entanto, a atuação também pode dar-se por meios próprios, dado o seu valor negocial/eleitoral, onde o parlamentar, utilizando-se de recursos próprios, viabiliza a realização dos procedimentos. A mesma lógica é empregada na assistência social com relação à moradia e alimentação. Pela via institucional ou própria, os vereadores ajudam os eleitores que a eles recorrem.

Percebe-se que a política é, de fato, “um mundo de acessos que não têm preço”, como relata Kuschnir (2000), em sua pesquisa. O conhecimento dos acessos aos recursos no campo político e a legitimidade para tê-los gera uma vantagem nas lutas políticas pela sobrevivência no campo. Assim, a posse de um mandato é condição fundamental para se ter acesso aos recursos públicos, sejam eles cargos, bens, benefícios legais, burocráticos ou simbólicos. Sem um mandato um político pode até “orientar” as demandas, mas não tem acesso às fontes para atendê-las. Um mandato encontra caminhos e abre espaços junto ao Poder Executivo. O acesso garante o êxito do trabalho de atendimento aos eleitores e das campanhas eleitorais e, conseqüentemente, das trocas que sustentam essas atividades. Assim toda a rede social implícita nesses pedidos e trocas envolve relações de natureza pessoal. (KUSCHNIR, 2000)

Com relação ao clientelismo, os parlamentares demonstram saber que não é função deles atender esses pedidos individuais, suas explicações caem na lógica da reeleição: “é problemático e perigoso negar”. Eles reclamam que a população não sabe a verdadeira função dos vereadores, mas veem-se presos na lógica do campo político e por isso contribuem com a perpetuação das trocas de favores.

Nesse sentido, Offerlé (2011) adverte que ter eleições implicam em ter eleitores. Portanto, exceto que creiamos que os eleitores se mobilizam espontaneamente, é necessária uma produção de dispositivos para votar, uma ativação periódica dessas disposições uma “canalização” para o voto desejado e explica que este tem sido o trabalho de várias gerações de “tutores” do sufrágio. Longe de ser o resultado de processos estritamente democráticos, o dever eleitoral e o costume de votar são ao mesmo tempo produto da colocação em prática de ideais igualitários, mas também das formas qualificadas como “não democráticas”, como o uso de relações clientelistas.

A negativa de solicitações/pedidos, como se observou em campo e também nas falas desses parlamentares apresenta muitos custos políticos e deve ser bem pensada e pesada antes de proferida. Há uma grande dificuldade em não atender uma reivindicação, mesmo quando eles admitem saberem que ela não era necessária. A dificuldade de dizer “não” perpassa o fato de a outra parte ser o eleitor, mais especificamente o eleitor da base do parlamentar em questão. Se ele não atender o eleitor fica contra e muitas vezes multiplica esse desafeto em seu ciclo de convivência.

“Então política é uma coisa assim, que a gente vai vivendo, vai aprendendo, entendeu, e a gente tem que escutar mais, falar menos e a palavra “não” não, assim, a gente pode até vir a falar ela, mas a gente tem que falar ela com muita cautela, com muito saber falar e às vezes... você não precisa nem falar um “não”, fala só “infelizmente hoje eu não posso, mas da próxima vez eu vou te atender, porque deu coincidência aqui que o meu serviço não vai ter jeito de fazer esse favor agora pra você, nesse momento”, e a política é uma coisa assim muito, que você tem que saber conversar, ser do povo, a pessoa tem que ser humilde sim!”  
(Vereador Wilmar Arantes Jr)

Assim a assistência faz parte da vida dos parlamentares e, além da doação ou troca de bens materiais, envolve também a esfera cultural e simbólica da vida social. (KUSCHNIR, 2000)

Nesse sentido, saber de um problema na sociedade e ter contato com muita gente relacionada a esse problema é um fator distintivo na probabilidade de obtenção de votos. Por isso o parlamentar ter uma profissão ou ser atuante num setor que o coloque em contato com um problema social ajuda no sentido desse cidadão ser conhecido, de conhecer de perto o problema, de saber tratá-lo. Importa também a sua legitimação, os fatores que o capacitam para a ação, dentre os quais está ser respeitado, ter “boa origem” e ascendentes. A tradição familiar ou de apadrinhamento pesa sobremaneira nesse sentido por depositar no ator político em questão, a confiança, creditá-lo a honra familiar.

Por exemplo, o Vereador Jamir Soares representa o meio rural justamente por ter convivido na mesma região durante dez anos. Tão importante quanto a sua habilidade para tratar assuntos públicos, foi a formação política que seu pai, mesmo sendo um homem simples, o proporcionou. Jamir foi socializado para conviver politicamente e a partir dos laços que estabeleceu na comunidade ganhou força política, apoio e confiança. Com a finalidade de aproximar a Prefeitura da zona rural e dos produtores e manter sua base, atua cobrando da Prefeitura e das Secretarias, defendendo a bandeira rural: estradas, ônibus, mata-burros, etc.

As questões mais assistidas pelos parlamentares de Arcos são: as do meio rural (estradas, barragens, ônibus, escolas), as dos centros comunitários, as da saúde e assistencialismos de uma forma geral.

**Tabela 9 - Área de atuação dos Parlamentares**

<b>Parlamentar</b>	<b>Área de atuação</b>
<b>Marlene Rodrigues</b>	Educação
<b>Eduardo Faria</b>	Limpeza Pública
<b>Wilmar Arantes</b>	Centros Comunitários
<b>Diocélio Alves</b>	Saúde
<b>Jamir Soares dos Reis</b>	Zona Rural
<b>Geraldo Cláudio</b>	Assistência Social
<b>José Aparecido - Zaneca</b>	Moradia
<b>Pedro César Rodrigues</b>	Proteção ao Trabalhador

Fonte: (RIBEIRO, 2012)

Cada vereador atua primordialmente numa área, geralmente social. Observa-se que eles se tornaram referências naquelas áreas e são procurados pelos cidadãos que a elas se encontram, de alguma forma, vinculados. Formam sua base eleitoral a partir dessas áreas de atuação e com o exercício do mandato, destinando recursos, prestando assistência, aprovando projetos correlatos, conseguem solidificá-la.

Geraldo Cláudio é um dos vereadores que tem também sua atuação voltada ao assistencialismo. Ajuda no cadastro da Ação Social e nos procedimentos decorrentes. Acompanha o que pode ser disponibilizado para a pessoa, por exemplo, cesta básica e

quando vai demorar ele mesmo dá uma ajuda financeira para comprar o mais urgente, como um gás e bens alimentícios essenciais. Nota-se que sua política tem o viés assistencialista e que ele se utiliza da estrutura pública, também como um facilitador, para atender aos pedidos de seu eleitorado. Quando a instância pública não consegue responder, percebe ainda a vantagem em atender com recursos próprios.

Com relação propriamente às heranças políticas e a legitimidade dos herdeiros, a pesquisa mostra que mais de um candidato na família atrapalha. Sempre que um primo, tio ou outro parente candidata-se às mesmas eleições, mesmo que seja uma pequena parcela da família, é perdida em termos de voto. Esse problema é apontado por Geraldo Cláudio, Eduardo Faria, que perdeu uma eleição tendo o primo concorrendo ao mesmo cargo e Wilmar Arantes, que possivelmente terá o sobrinho nas próximas eleições.

Observa-se, por exemplo, na trajetória de Eduardo Faria (que por duas vezes abdicou da posição de herdeiro político em favor de outros membros da família) que a apropriação do carisma do ascendente político é derivada do laço direto e pessoal e da capacidade de demonstrar a intensidade desse elo. A importância dessa demonstração de proximidade é ainda mais valorizada na trajetória desse parlamentar em decorrência do seu principal capital político ser o capital heroico.

A exposição da proximidade social, ideológica, de estilo, de valores e de competências é uma estratégia empregada para a recriação do carisma do ascendente, no sentido de reedição em um novo personagem e de reinvenção do seu conteúdo. Isso ocorre principalmente quando há o contexto das lutas políticas às quais se submetem os possíveis herdeiros ou mesmo entre os candidatos que rivalizam o uso dessa herança política.

Na fala e no dia-a-dia dos Vereadores Eduardo Faria e José Aparecido nota-se a convivência entre mecanismos de consagração dos atributos dos antepassados (referências que ele faz questão de ressaltar), de exaltação da figura do pai/padrinho e dos fundadores da família de políticos (no caso de Eduardo o seu avô e o seu tio-avô e no caso de José Aparecido, seu pai adotivo) ou da tradição política, de enunciação das qualidades comuns às diferentes gerações e atitudes comprobatórias de sua inscrição nos códigos e valores fixados pelos ascendentes.

O acionamento dessas redes de relações sociais envolve o capital social, importante capital para o acúmulo de capital político. Bourdieu o define como um conjunto dos recursos atuais e potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou

menos institucionalizadas de conhecimento mútuo e reconhecimento, ou seja, ao pertencimento a um grupo, que provê a cada um dos membros o suporte do capital de propriedade da coletividade. (BOURDIEU, 1986)

Esse capital social acumulado por uma família e transmitido aos seus herdeiros políticos é, portanto, um mecanismo importante que os situa na memória política local, e permite o seu reconhecimento pelos eleitores como depositários do patrimônio de uma linhagem. Além de ser fonte preponderante para a sua elegibilidade, revela também a patrimonialização de bens e serviços públicos por famílias que influenciam o poder a longo tempo.

Em geral as falas dos dois vereadores remetem à memória do ascendente político, grande líder, de quem adquiriram formação. São elevados a honra, a educação, o trabalho dedicado a comunidade, os demais membros da família que desempenharam um papel político, além da proximidade e formação dentro deste universo. O capital político heroico adquirido é constantemente legitimado pela proximidade com as fontes de sua obtenção.

Pedro César é o parlamentar envolvido na luta para ampliar e garantir o cumprimento dos direitos trabalhistas. Sua base eleitoral são os trabalhadores vinculados a sindicatos. Eloquentemente, percebe-se que seu discurso é bem elaborado e poucas vezes se contradiz, também não se prolonga em qualquer assunto. Sua legitimidade vem da longa trajetória nos sindicatos e pelo apoio obtido do mesmo grupo político desde a primeira eleição.

O sindicato proporciona a conquista de notoriedade e confiança por parte do político dentro de sua estrutura. É o sindicato, enquanto instituição, que acumula o capital político ao longo dos anos, especialmente no tocante à fidelidade ao propósito institucional e o reconhecimento, por seus filiados, ao trabalho prestado em seu favor.

O Vereador Pedro César dedicou-se, desde cedo, a defesa das causas do Sindicato dos Trabalhadores, angariando legitimidade e autoridade para agir em seu nome. O sindicato, em troca de sua dedicação e promessa de assistência, lhe investiu “provisoriamente” (enquanto ele interessar à instituição) como o candidato escolhido. Cada vez mais o parlamentar se especializa na defesa das causas do sindicato e torna-se ainda mais legitimado, mas o seu capital advém da instituição, que o controla. Ele tem sempre que se remeter ao sindicato para provar seu vínculo e obter o apoio de sua base.

O Vereador Jamir também encontrou no sindicato, no caso o Sindicato Rural, as condições de realização de seu projeto político, visto que demonstrando um bom conhecimento das causas rurais e uma boa aptidão/socialização política, beneficiou a instituição, que lhe deu o apoio necessário à entrada no campo político.

Com relação à conversão de notoriedade em capital político, Marlene é, por excelência, a pessoa dedicada à educação e que representa a sua bandeira. Ela também possui capital delegado na medida em que obteve formação política dentro da Igreja Católica e sua base eleitoral tem parcela pertencente à essa instituição e outra grande parcela de seu eleitorado vem da importância social de sua família. Sua trajetória chama a atenção pelas orientações do pai e da mãe desde o início da carreira. Quanto ao início da vida política, a Vereadora Marlene conta:

“[...] meu pai disse “você vai [...] vamos lá no Fórum pra você assinar como candidata”, eu disse “não, eu não vou candidatar, meu negócio é movimento”, ele disse “não, você vai candidatar porque eu já dei palavra pro Chiquito Roque e palavra minha não volta atrás”, então era um mando né, aquele poder de mando que, eles mandavam, nossos pais mandavam nas nossas decisões.” (Vereadora Maria Marlene Rodrigues)

Já o parlamentar Wilmar Arantes atua primordialmente na área de centros comunitários porque, segundo ele, “atinge muita gente”, mas um fato interessante é que o Vereador pretende atuar mais na área de saúde, vem trabalhando pra isso, porque sabe das condições comprometedoras da área e percebeu o nicho de atuação que vem sendo deixado pelo também Vereador Diocélio, muito doente.

Como já abordado, em Arcos a área da saúde representa um ponto importante e cobiçado de atuação parlamentar. A estrutura de saúde do interior do país costuma ser precária e na cidade em foco não é diferente. Dominar os caminhos facilitadores e os procedimentos que possibilitam resolver questões, geralmente pessoais, concernentes à saúde, gera uma grande vantagem política, credibilidade, notoriedade ao parlamentar.

É possível dimensionar o peso desse setor na política arcoense através de uma estatística do censo de 2010 do IBGE que mostra que do total da população, 36.597 habitantes, 6.643 têm pelo menos um tipo de deficiência.<sup>18</sup>

Na fala dos parlamentares nota-se como esse setor gera demanda de ajudas e muita gratidão pelos serviços prestados. Essa gratidão traduz-se em fidelidades, amizades,

---

<sup>18</sup> Anexo VII

dívidas de favores, o que estabelece um vínculo duradouro muitas vezes não só da pessoa que foi atendida, mas de toda a sua família e ciclo de convivência.

Tanto a saúde como os centros comunitários são nichos que angariam muitos eleitores, pelo acesso e permeabilidade dessas áreas e pela dependência que geram. Fator igualmente importante é que a parcela da população que geralmente encontra-se vinculada a essas áreas é mais carente financeiramente, o que contribui para um montante mais elevado de procuras, pedidos e trocas de favores. O sucesso dos laços estabelecidos e a fidelização são sentidos pelo número de reeleições dos parlamentares conexos a essas áreas (os parlamentares Diocélio Alves e Wilmar Arantes) e também pelo incremento de seus eleitorados a cada eleição.

Analisando tanto a trajetória desses parlamentares com um número elevado de reeleições, nota-se que há o que Offerlé (2011) chama de uma profissionalização política. Essa pode ser descrita com a ajuda de instrumentos sociológicos que definem uma carreira. No sentido de uma sucessão de realizações, de posições e de responsabilidades. Uma especialização no sentido do exercício de uma atividade específica de gestão das relações políticas e também uma profissionalização no sentido de reivindicar uma relação vocacional com o seu exercício e rechaçar seu término.

No entanto, diferentemente da análise de Offerlé (2011), a situação na Câmara Municipal de Arcos mostra que os parlamentares “permanentes”, aqueles que conseguem fazer da política uma profissão, profissionalizam-se e especializam-se, rechaçando o término da atividade, mas que eles não exercem somente essa atividade. Todos têm outras profissões, alegam que não dependem financeiramente da atividade legislativa, mas dizem também que o fato de ter outra profissão faz com que o eleitorado não os veja somente interessados na remuneração pelo cargo. Em síntese, a profissão extraparlamentar ajuda na legitimação do agente político, principalmente no seu discurso quanto às pretensões no campo político, mas esse agente político, se quiser permanecer, tem que se profissionalizar, se especializar, de modo a tornar-se imprescindível pelo menos em uma área.

Também com relação à herança, o campo mostra que o filho colhe os favores devidos ao pai. Assim toda sorte de benefícios, ajudas, honrarias devidas ao pai/padrinho, que detinha grande capital político, por um cidadão e/ou sua família, é automaticamente devida ao filho ou afilhado indicado como sucessor. O nome é passado de pai para filho. Nome não apenas no sentido de nome de família, o que muitas vezes, por tratar-se de

apadrinhado, nem pode ser incorporado, mas grande parcela do capital político que o ascendente político detém.

Eduardo Faria diz a respeito da ajuda que o nome do pai operou em sua carreira política:

“Nisso eu acho que o nome dele até hoje, eu peguei o nome dele, Eduardo “Zizo”, aí até hoje me ajudou muito, o nome dele onde ele esteja, ele deixou o nome pra mim.” (Vereador Eduardo Faria)

No entanto, essa herança tem como condição de perpetuação, não só a luta por sua manutenção, mas também seu incremento. No primeiro mandato, o que os elege, em grande parte, é o nome do pai, da família, do padrinho político, mas o herdeiro tem que apresentar aptidões que o façam aptos ao jogo político, ser socializado no campo e incorporar o gosto pela política e a postura necessária à ação no campo. Quando eleito deve aprofundar seu conhecimento e ações no campo quanto à maneira de fazer política, ou seja, dar ao capital político adquirido a sua própria marca, personificando-o.

O que se observa é que a transmissão deste patrimônio político, composto pelo direito a encarnar a tradição e pelo dever de honrar o passado e renovar o trabalho político, mostra-se congruente com as estratégias sociais de reprodução política e de reconversão extremamente diversificada no tocante às qualidades, atributos e recursos ativados. Diz o Vereador Wilmar:

“[...] se você é político, você tem que dedicar à política, ser um bom político, e plantar pra colher, porque se você não planta, depois você não colhe. Então isso aí é fundamental numa política. Você tem de trabalhar, você tem de mostrar serviço, você tem que ser educado, você tem que ser humilde, você tem que ser simples, você tem de comer junto com o pobre, você tem que saber a dificuldade do pobre, entendeu, ser humano, entendeu, então isso aí é fundamental num político.” (Vereador Wilmar Arantes Jr)

É de suma importância a imagem, o perfil paulatinamente construído e sustentado do homem político. Há uma preponderância da necessidade de verdade da “promessa” do agente político, de veracidade e autoridade daquele que pronuncia, de sua capacidade de fazer crer. (BOURDIEU, 2010a)

Percebe-se que toda a incorporação do *habitus* político é um aprendizado. Os parlamentares passam a gostar das pessoas, do jogo, dos processos, dos desafios. Condição apontada por eles e verificada em campo, é que perpetuar-se na política exige, antes de tudo, gostar.

Assim, a eficácia da transmissão e da apropriação da herança política é condicionada pela composição do patrimônio, pelos efeitos da rotinização da mediação ao longo das gerações e pelos atributos que cada agente político possui, assim como a compatibilidade dos mesmos em relação à imagem da família e dos antepassados e às exigências dos novos condicionantes de luta política. (GRILL, 2003) Dessa forma são consagrados e renovados os valores e atributos que compõem os diferentes princípios de hierarquização social que condicionam a entrada na política, a sucessão do patrimônio e a legitimação do herdeiro.

Quanto à imagem negativa dos políticos perante a sociedade, eles a atribuem às atitudes de Deputados/Senadores, no âmbito federal, alegando que eles passaram a mancha para todos os políticos. Já a imagem negativa criada no município, dos seus pontos de vista, é questão de politicagem, coisa de oposição. Essa atribuição de culpa à oposição guarda uma correspondência com o trabalho da mídia. É interessante notar o medo que eles têm da mídia, visto que, no município, muitas delas são vinculadas a partidos. Os vereadores dizem que falam uma coisa e que a mídia publica outra e levam para o lado pessoal. Aproximando-se o período eleitoral alguns vereadores não dão declarações nem entrevistas.

Outro ponto é que os parlamentares enxergam a política como uma atividade muito sofrida para eles. É comum em suas falas encontrar designações como “triste”, “magoado” e “pesado” para situações vividas no legislativo. O Vereador José Aparecido diz que:

“[...] a política é uma coisa cansativa, a gente expõe o nome da gente. Então tá sempre sendo, já que você tá na política, tá sempre sendo o nome da gente [...] falando nisso, isso deixa a gente triste e magoa a gente.” (Vereador José Aparecido Silva)

Arruda (1999) explica que uma característica presente nas falas dos políticos mineiros é a ideia de renúncia e sacrifício para o cumprimento da missão política. A noção de sacrifício, também de expressivo componente mítico, liga-se então a uma dimensão catastrófica da história e o apelo ao sacrifício conecta-se à revivescência da imagem do salvador, assumindo o papel de redentor. Ou seja, o parlamentar se sacrifica para prestar um favor à comunidade, para cuidar dela e isso é uma doação, pois a parte financeira não prepondera.

Quanto à relação com o eleitorado, de forma mais ampla, muitos parlamentares reclamam que os eleitores “desconhecem” a verdadeira função do vereador e, rotineiramente, pedem ajudas individuais, como dinheiro, materiais de construção, cestas-básicas, enfim consideram que a relação com o vereador pode ser de assistência individualizada, muitas vezes chegando ao clientelismo.

Contudo, os vereadores demonstram conhecer bem a lógica de seu eleitorado e a complexidade da negação de tais pedidos. Contudo, a definição da base (ver Tabela 10) dos parlamentares queixosos ajuda a explicar porque alguns vereadores são mais envolvidos com demandas geradores do assistencialismo e do clientelismo.

Durante a entrevista, a pergunta sobre qual seria a base eleitoral de cada parlamentar gerou muitas dúvidas, deixando patente que apenas um parlamentar sabia o significado da expressão. A pergunta teve que ser reformulada e ainda assim, muitas vezes, a pesquisadora não obteve sucesso. Restou a alternativa de voltar ao tema, posteriormente, envolvendo outras perguntas, para que o retorno não soasse como uma correção ao entrevistado. Conseguiu-se conhecer a base eleitoral de alguns parlamentares apenas por meio de outras respostas. A tabela abaixo usa a descrição do eleitorado feita pelos próprios parlamentares.

**Tabela 10 - Base eleitoral dos Parlamentares**

<b>Parlamentar</b>	<b>Base eleitoral</b>
<b>Marlene Rodrigues</b>	Eleitorado conservador, famílias tradicionais, profissionais liberais
<b>Eduardo Faria</b>	“Pessoal mais humilde”
<b>Wilmar Arantes</b>	“Povão”
<b>Diocélio Alves</b>	Pessoas que precisaram da sua ajuda na área da saúde
<b>Jamir Soares dos Reis</b>	Zona Rural
<b>Geraldo Cláudio</b>	Primeiramente a família, que é grande
<b>José Aparecido - Zaneca</b>	“Classe média pra cima”
<b>Pedro César Rodrigues</b>	Trabalhadores sindicalizados

**Fonte: (RIBEIRO, 2012)**

É interessante notar que somente os dois parlamentares que disseram não serem recorrentemente procurados para pedidos assistencialistas foram Marlene e José Aparecido, justamente aqueles cujas bases eleitorais são compostas, principalmente, de classe média, média alta e alta, ou seja, que menos precisam de assistencialismos e favores. Os que mais se queixaram, Wilmar e Eduardo, têm por base o “povão” e “pessoas humildes”, meio onde há necessidades mais prementes que facilitam a dependência.

Dentro dessa relação de confiança, de “amizade”, de dependência, é possível ver, e os próprios parlamentares enfatizam este ponto, que a simplicidade é um fator de aproximação. Ser do povo, ser humilde e até o “falar errado” traduzem-se em vantagens na aproximação e manutenção dos vínculos com os eleitores. Humildade e simplicidade corroboram com a proximidade, que possibilita a “amizade”. Esses parlamentares invocam suas origens mais simples para provarem que “são do povo”. Diferentemente do cargo de prefeito, no cargo de vereador não ser ou parecer não ser da elite é um ponto positivo. Aos olhos do eleitor o homem do povo reconhece as necessidades do povo, o que facilita seu acesso às esferas de poder.

De acordo com Kuschnir (2000), o êxito do político é proporcional à sua capacidade de articular esse vínculo com o eleitor de modo a fazê-lo sentir que compartilha seus valores, projetos e dramas e, ao mesmo tempo, é alguém diferente, que pode trazer soluções de mundos distantes de sua realidade.

A boa memória também é fator preponderante de aproximação do eleitor, visto que é importante lembrar das pessoas, saber quais eram os seus problemas, lembrar da família e quais foram as sutilezas que possibilitaram a aproximação, para que possam reproduzi-las. Isso está inserido no próprio aprendizado e preparação do homem político, ou seja, na incorporação do *habitus* político.

A justificativa para a aproximação e o atendimento dos pedidos é sempre relacionada ao fato de se preocuparem com as pessoas, sem qualquer interesse. Sempre se afirma que a amizade, as ajudas, não são interesses por voto, mas é possível perceber nas falas que eles se incomodam muito quando o vínculo é quebrado pelo não voto, pela falta de apoio no período eleitoral. Não interessa aqui discutir a veracidade das pretensões dos parlamentares, nem julgar sua atitude prescritiva ou demonstrada, mas buscou-se, como o

estudo etnográfico propõe, o ponto de vista desses parlamentares, objeto do estudo, como se comportam em vista de sua fala e entendê-la no contexto em que ocorre.

Observando o eleitorado arcoense, percebe-se também que este não colabora com a solidificação dos partidos. No município os partidos são fracos e praticamente só exercem influência na época das eleições. Em geral, ordinariamente, eles importam apenas para os seus Presidentes, mas que também só têm uma atividade intensa nos períodos pré-eleitorais e eleições. Entre outros fatores, isso acontece por que o eleitorado, em geral, não quer saber sequer de que partido o candidato é e também porque falta identidade partidária. De acordo com os registros, as próprias lideranças políticas do município, aquelas famílias com tradição na política, foram as que fundaram os partidos no município, o que leva a crer, tendo em vista a pouca importância deles no campo político, que a elas não interessava uma forte institucionalização, senão o seu uso para adequarem-se às novas exigências no ordenamento jurídico da redemocratização. Percebe-se, assim, que no campo parlamentar arcoense não há forte identidade partidária, prevalecendo interesses individuais e/ou de grupos políticos não circunscritos ao partido.

O Presidente do PDT, Sr. Fernando Faria conta o que ocorre no campo político:

“[...] vou e filio você um ano antes, tudo dentro da lei, te ajudo e tal, você ganha e não me dá satisfação, você toma as decisões na câmara do jeito que acha que deve tomar. O certo não é isso. O certo é procurar o presidente do partido que te levou e: Escuta, estou querendo vetar isso, o que você acha? O partido está de acordo? Não dar satisfação é um erro!” (Sr. Fernando Faria, Presidente do PDT)

Palmeira (1996) esclarece que em locais onde a atividade política não é uma atividade permanente e não se organiza em ações circunscritas a certas atividades, o período eleitoral é identificado como o “tempo da política”. É nesse momento que as facções de poder são identificadas e se estabelece um conflito aberto, o que pode ser observado na entrevista do Vereador Eduardo Faria:

“Hoje a gente somos amigos, assim, mas a partir de julho, que é a hora de pedir voto, aí costuma ter algum ciúme”. (Vereador Eduardo Faria)

O voto nesse contexto significa uma adesão, entendida como um compromisso que vincula o indivíduo e sua família em relação à uma das facções em disputa. (PALMEIRA, 1996)

Com relação ao Executivo, já foi dito que oito dos nove vereadores são aliados do Prefeito, mas uma importante constatação é que o Prefeito é tido, praticamente, como uma

autoridade superior. Os parlamentares veem a Câmara como um estágio preparatório para as atividades no Executivo. A imagem que passa é quase de um trampolim ou de uma escola. A Câmara forneceria uma formação para a ocupação de cargo no Executivo. Um fato que corrobora essa impressão é que a maioria deles deseja ser prefeito ou vice-prefeito e coloca isso como um grande passo. Visão compreensível em termos eleitorais, visto que o número de votos para se eleger prefeito é bem maior que o de vereador e, portanto, demanda muito mais visibilidade. No entanto, o que chama a atenção é posição de submissão da Câmara frente à Prefeitura.

No que concerne à relação entre os poderes a partir do processo legislativo, seguindo a tendência nacional, com a realidade um pouco agravada, quase todos os projetos aprovados na Câmara de Arcos são de iniciativa do Executivo, mas entra aqui a questão da competência do Legislativo local, que é ainda mais restrita. Contudo, a situação que se presencia nas sessões da Casa é a aprovação de alguns projetos com extrema rapidez, simplesmente porque o Prefeito “está precisando”. Essa é a exata expressão utilizada pelos secretários da Casa e pelos parlamentares.

Verifica-se que projetos mal elaborados pelo Executivo vão para a Câmara que, com frequência, emenda para corrigir. Já os projetos dos próprios vereadores têm que ter o apoio do Prefeito para serem aprovados. O problema é quando o Vereador é do lado contrário, visto que o Prefeito tem como aliados praticamente 89% do Legislativo.

Em síntese o estudo do Legislativo arcoense mostrou um campo político parlamentar onde o Executivo exerce grande ingerência, influenciando inclusive no tempo das votações, na agenda de prioridades e nos acordos de votação, isso porque a execução de projetos de interesse dos vereadores e os “acessos” aos canais institucionais capazes de atender ao eleitorado são viabilizados pelo Executivo. Mostrou também uma postura conciliadora dos parlamentares, valorizando o consenso e optando constantemente pelo “não enfrentamento”, características observadas nos políticos mineiros em geral por Arruda (1999). Essa postura é muito valorizada na Câmara e qualquer postura opositiva mais contundente é vista como uma oposição ao Governo e ao grupo que o apoia. Nas palavras dos próprios vereadores “é tudo de mãos dadas com o Prefeito”.

Demonstrou que grande parte da atividade dos vereadores relaciona-se à assistencialismos e clientelismos, mas que essa dinâmica tem uma explicação própria, envolvendo a prestação de serviços à comunidade.

No que concerne à trajetória dos próprios agentes, três famílias (Vaz, Faria e Andrade) formam as principais lideranças políticas locais. Essas três famílias angariaram seu capital no âmbito do Executivo, mas geralmente transferem seu capital político à vereadores não pelo “sangue”, mas por apadrinhamentos. Nesse sentido, não só a entrada no campo político é fortemente influenciada pelo apadrinhamento, mas a permanência de um político no campo é praticamente condicionada a esse vínculo.

Os três tipos bourdiesianos de capitais políticos foram encontrados nas trajetórias dos atuais vereadores e diversas maneiras de transmiti-los, verificando sempre a reiteração dos laços e vínculos com o ascendente político por parte do agente. Assim, quase todas as famílias que detinham, no Legislativo, grande capital político em Arcos além de se manterem na política após a redemocratização, ampliaram sua representatividade, mostrando que a presença de um mesmo núcleo de liderança por gerações na vida política local não se vincula às instituições atrasadas e arcaicas, mas esse ordenamento tem sido adaptado e ressignificado face às transformações do Estado Brasileiro.

## Conclusão

Ao longo desta pesquisa, após o estudo etnográfico e do perfil e das trajetórias dos atuais vereadores, restou comprovado que o parentesco na política é um elemento constitutivo do campo político arcoense e dotado de uma racionalidade própria. A transmissão das heranças políticas é uma das estratégias centrais para o recrutamento de agentes políticos e vem sendo ressignificada. Essa conclusão é confirmada pelo aumento da presença de membros de famílias com tradição política desde o surgimento das primeiras instituições no município e nas eleições que se seguiram à redemocratização.

O estudo tinha por objetivo conhecer as dinastias políticas presentes na Câmara Municipal de Arcos, isso implicou, porém, no estudo das dinastias políticas arcoenses em geral, visto que essas duas esferas de poder se inter-relacionam no tocante à transferência de capital político.

Os resultados da pesquisa mostram que existem três famílias que representam as grandes lideranças do município. Pode-se afirmar que quase todos os vereadores com altas taxas de reeleição na história da Câmara Municipal, e em especial na atual legislatura, são vinculados a uma dessas três famílias. A falta de parentesco ou aliança/apadrinhamento inviabiliza quase que completamente a construção de uma carreira política duradoura em Arcos.

Os três tipos de capitais políticos definidos por Bourdieu aparecem no campo político arcoense e suas principais fontes são primeiramente a família, os sindicatos e as atividades profissionais exercidas pelos políticos.

A pesquisa apontou também que os agentes pertencentes às dinastias políticas começam bem cedo a sua socialização, quando ainda crianças observam e acompanham os pais nas reuniões políticas, nas decisões do município, nas campanhas eleitorais. Quando já se percebe quem será o herdeiro, toda a família ajuda na preparação desse agente. Principalmente no período de campanha, a solidariedade familiar é essencial para se demonstrar a unidade do seio da família e promover o entrosamento com os eleitores.

Um outro aspecto importante verificado quanto às estratégias de sobrevivência política desses agentes é que na solidificação do capital familiar, ter parentes distribuídos em postos estratégicos do serviço público transforma-se em vantagem no campo político. Saber trabalhar essa vantagem é transferir ao próprio político os favores e a prestação de

serviços ao eleitor através de seus familiares. A mediação, seja pessoal ou por meio de parentes, é uma prestação de serviço que auxilia na notoriedade do agente político. Essas ações contribuem para a formação de redes sociais que auxiliam na distribuição de favores e serviços.

Todo o capital social acumulado pela família auxilia no posicionamento dos herdeiros frente aos eleitores, fazendo com que sejam revisitadas as memórias políticas locais e lembrados os feitos da família, o que permite o reconhecimento desse herdeiro pelos eleitores como um agente legitimado e semelhante aos ascendentes políticos.

Assim, foi possível perceber que a força política de uma família, de uma dinastia política, é expressa pela produção de herdeiros aptos, pela transmissão eficiente da herança política, e pela entrada e permanência de seus membros no campo político.

Restou demonstrado que a eficácia da transmissão da herança política dentro das dinastias depende da socialização política do herdeiro, que envolve, entre outras coisas, o gosto pela política, a incorporação da importância da memória e da simplicidade no trato com o eleitor, a precaução em saber avaliar os pedidos da base eleitoral, ao ponderar sobre as consequências em termos de sua negativa ou aceite. Depende também de seus atributos pessoais, da sua compatibilidade com relação à imagem da família e sua capacidade de reedição do capital recebido, de incorporação de novos elementos à luta política, afinal, ele é o novo responsável pela perpetuação e atualização da dinastia.

Comprovou-se que o início da vida propriamente política do herdeiro é marcada pelo aval/consentimento/apoio do pai para a entrada na política. É como se essa fosse uma eleição anterior, que sinaliza a escolha do herdeiro político da família.

Dessa forma, como a eleição no município é muito “pulverizada” (são muitos candidatos à vereador) a união de família grande, com tradição política e que mantém sua postura e filiação, é fundamental para o sucesso político do candidato. Ressalta-se, por exemplo, que mais de um candidato na família, ao mesmo cargo, atrapalha na consecução do projeto político familiar.

Com relação ao capital familiar, ao longo da pesquisa foi possível identificar que tudo que a família fez, a índole, os favores prestados, o prestígio, ajudam a criar a credibilidade do herdeiro.

Verificou-se em campo que a solidificação das famílias na estrutura institucional, redundou numa política fundamentalmente individualizada, quando a partir de 1945, se

construiu uma nova roupagem às heranças políticas, utilizando-se dos partidos políticos para se adequarem às novas regras do jogo.

Prova de que as dinastias políticas conseguiram sobreviver em Arcos foi que as famílias com mais tradição no campo político desde a emancipação do município, não só conseguiram se manter após o novo ordenamento jurídico de 1988, que trouxe mais abertura política e democracia, como, em geral, aumentaram sua presença e votação.

Isso demonstra como as dinastias políticas convivem com as estruturas democráticas, sem com elas rivalizar. As famílias são as mesmas, mas as formas de transmissão do capital político e as próprias trajetórias políticas adaptaram-se às mais variadas exigências do campo ao longo dos anos.

Com relação à atuação parlamentar, restou evidenciado que cada vereador atua principalmente numa área, com a finalidade de se especializar e se fazer mais conhecido naquele nicho. A saúde e os centros comunitários são áreas de atuação bem cobiçadas em termos de assistência social por parte dos parlamentares justamente porque são as áreas mais carentes e das quais se beneficiam boa parte da população.

Nesse sentido, o clientelismo é uma marca forte no campo político parlamentar, principalmente pelos problemas estruturais em alguns setores sociais e econômicos no município. Ele envolve troca de favores, mas vê-se claramente que vai além de uma mera estratégia para angariar votos e é também uma forma de acessar bens necessários ao atendimento da base eleitoral.

A estrutura desta dissertação permitiu responder grande parte das questões que foram colocadas inicialmente, indicando caminhos não pensados, como a exploração das dinastias políticas de Arcos como um todo. O estudo extrapolou a comprovação da continuidade das dinastias, focalizando a apropriação e a transmissão do capital político.

No entanto, a pesquisa não cobre todo o tema. Limites de tempo, de recursos e de acessos a outros tipos de dados, principalmente pela falta de documentação e/ou pessoas vivas reconhecidas pela sociedade como portadoras de memória política local, conferem também ao estudo certo recorte.

Dessa forma, a presente dissertação contribui para o debate sobre dinastias políticas e para a afirmação de que este não é um assunto “resolvido”, cuja existência necessita ser transposta pela modernidade política. Sugere-se aqui uma gama de pesquisas referentes às formas de transmissão do capital político familiar e à convivência das

dinastias políticas com as instituições democráticas e modernas, assim como suas adaptações.

É necessário o estudo do campo político parlamentar municipal, não devendo os estudiosos relegarem-no à segundo plano, em razão da representatividade que esses municípios apresentam em número e população.

O estudo etnográfico mostrou-se essencial na captura das nuances e histórias não escritas da política local, revelando o “fazer política” local, como se dão as relações no campo parlamentar e a vivência da política interiorana.

## Bibliografia

- ARRUDA, Maria Armanda (1999). *Mitologia da Mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil* (1ª ed.). São Paulo: Brasiliense.
- BARRETO, Lázaro (1992). *História de Arcos*. Arcos: Prefeitura Municipal de Arcos.
- BEZERRA, Marcos Otávio (1999). *Em Nome das Bases: política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- BOURDIEU, Pierre (1986). The Forms of Capital. In: *Handbook of Theory of Research for the Sociology of Education* (Greenword Press, 1986) (pp. 46 - 58). J. E. Richardsun.
- BOURDIEU, Pierre (2010). *O Poder Simbólico* (14ª ed.). (F. T. Portugal, Trad.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BOURDIEU, Pierre (2010a). *O Poder Simbólico* (14ª ed.). (F. T. Portugal, Trad.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BOURDIEU, Pierre (2010b). *Razões Práticas: sobre a teoria da ação* (10ª ed.). (M. Corrêa, Trad.) Campinas, SP: Papirus, 1996.
- CANEDO, Letícia Bicalho (1994). Caminhos da Memória: Parentesco e Poder. *Revista de Pós-graduação em História da UnB, II*, 85-122.
- CANEDO, Letícia Bicalho (2002). Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964). *Pro-Posições, 13*.
- CARVALHO, José Murilo de (1980). *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- CINTRA, Antônio Octávio (2007). O Sistema de Governo no Brasil. In: L. AVELAR, & A. O. CINTRA, *Sistema Político Brasileiro: uma introdução* (pp. 59-80). Rio de Janeiro; São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung; Unesp.
- CINTRA, Antônio Octávio (2007). Presidencialismo e Parlamentarismo: são importantes as instituições? In: L. AVELAR, & A. O. CINTRA, *Sistema Político Brasileiro: uma introdução* (pp. 35-56). Rio de Janeiro; São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung; Unesp.
- COTTA, Maurizio. (1998). Parlamento. In: N. Bobbio, N. Matteucci, & G. Pasquino, *Dicionário de política I e II* (V. e. Carmen C, c. t. Ferreira, & r. g. Cacaís, Trads., 11ª ed., Vol. I e II). Brasília: Universidade de Brasília.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L (2000). *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar
- FAORO, Raymundo (2000). *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 10ª ed. 2 volumes. – São Paulo: Globo; Publifolha.
- FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando (1999). *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- FISCHER, Tânia (1992). *Poder local: um tema em análise*. *Revista de Administração Pública*, 4, 105-113.

- GRILL, Igor Gastal (2003). *Parentesco, Redes e Partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Rio Grande do Sul - UFRS.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (1995). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- KUSCHNIR, Karina (2000). *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Zahar.
- LANDÉ, Carl (1997). *Group politics and dyadic politics: note for a theory*. In: S. W. SCHMITD, *Friends, followers and factions* (pp. 13-37). Berkeley: University of California Press.
- LEAL, Victor Nunes (1975). *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Alfa-Omega.
- MESSEMBERG, Débora Guimarães (2009). *O "Alto" e o "Baixo Clero" do Parlamento brasileiro*. Anais do 33º Encontro Anual da Anpocs.
- MESSEMBERG, Débora Guimarães (2011). *Dinastias Políticas no Parlamento Brasileiro*. Grupo de Trabalho 16 - 35º Encontro Anual da Anpocs.
- MIGUEL, Luiz Felipe (2003). *Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro*. Revista de Sociologia e política.
- OFFERLÉ, Michel (1999). *La profession politique XIX - XX siècles*. Paris: Belin.
- OFFERLÉ, Michel (2011). *Los oficios, la profesión y la vocación de la política*. PolHis (7), 84 - 99.
- OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de (1974). *Instituições políticas brasileiras*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Record.
- PALMEIRA, Moacir (1996). *Política, Facções e Voto*. In: M. G. Moacir Palmeira, *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contracapa.
- SANTOS, Fabiano (1997). *Patronagem e Poder de Agenda na Política Brasileira*. Revista Dados, vol. 40, nº 3. Rio de Janeiro.
- SCHWARTZMAN, Simon (1988). *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Campus Ltda.
- SOUZA, Jessé de (2000). *A Modernização Seletiva – Uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- WEBER, Max (1992). *Economia y Sociedad: Esbozo de sociología comprensiva*. 2ª ed. México: Fondo de Cultura Económica.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Weber e a interpretação do Brasil*. Novos Estudos CEBRAP, nº 53, PP. 33-47.

## **Anexos**

### **Anexo I - Roteiro das Entrevistas com os Vereadores – Dinastias Políticas**

#### **Quem são?**

1. A política (a participação na política) é uma tradição na história de sua família?
2. Como essa tradição influenciou a sua trajetória política? Como foi o seu início na política?
3. O Sr. se lembra de eventos políticos que a sua família participava na sua infância?
4. A família tem uma base eleitoral específica?
5. Há mais familiares em exercício na política hoje?
6. Os comitês auxiliam na eleição de todos os membros? Os cabos eleitorais também são os mesmos?
7. Qual a profissão e grau de instrução de seus pais?
8. O Sr. exerce outra atividade? Tem outra profissão? Qual o seu grau de instrução?
9. A sua profissão trouxe alguma influência sobre a forma como o Sr. exerce a atividade política? Caso sim, que tipo de influência(s) seria(m) esta(s)? Porque o Sr. decidiu pela carreira parlamentar?
10. O que motivou o Sr. na escolha da sua profissão? (a que é formado e/ou a que atua fora do parlamento)
11. Caso exerça outra profissão além da de parlamentar, como o Sr. faz para compatibilizar tais atividades e o que pensa sobre essa duplicidade profissional?
12. O que fez o Sr. perceber que tinha habilidades de um homem público?
13. Quem apontou essas habilidades? Foram familiares? Políticos?

#### **Como fazem política?**

14. Como o Sr. construiu sua carreira política? (atentar para o fato de ter ou não obedecido a “hierarquia” da carreira política eletiva, e o que pensa sobre isso) Havia outra pessoa na família que tinha as características para seguir a vida política?
15. Que tipo de ajuda/preparação o Sr. recebeu para se transformar num homem público?
16. Caso tenha ocupado (ou não) cargos públicos. Qual a importância da ocupação de cargos públicos sobre a sua (ou de outrem) carreira política?
17. O que o Sr. pensa a respeito da circulação de políticos na ocupação de cargos ora no Legislativo, ora Executivo?
18. Quais são os segmentos sociais/causas que o Sr. julga representar na Câmara?
19. Como é o relacionamento do Sr. com seu eleitorado?
20. Ao longo de sua vida parlamentar o Sr. acredita ter ampliado sua base eleitoral? Caso sim, para quais segmentos da sociedade?
21. Como é o relacionamento do Sr. com a sua bancada? E com o seu partido?
22. Como é o relacionamento do Sr. com os outros partidos? (os de oposição ao seu e os que compartilham certa paridade ideológica)
23. Há uma grande diferença na atuação propositiva entre os vereadores. A que o Sr. atribui tais disparidades (volume e diversidade)?

#### **O que pensam?**

24. O que o Sr. pensa do exercício da atividade política de uma forma mais ampla?
25. Como o Sr. vê o exercício da atividade política no Brasil?
26. O que é ser um político para o Sr.?
27. Como é ser um político no Brasil e como o Sr. vê a sua atuação enquanto tal?
28. Como o Sr. vê o exercício da representação de interesses sociais na Câmara?

- 29.** Há a frase clássica de Bismarck, que o Sen. ACM Neto usa muito, que diz que a *“política é arte do possível”*. O que o Sr. pensa dessa afirmação e qual é o limite do possível? (Até onde e o que se pode negociar?)
- 30.** Dentre as diferentes funções parlamentares (são quatro as fundamentais, representação, legislação, controle do Executivo e legitimação) qual é a que mais lhe atrai e qual a que o Sr. acredita melhor desempenhar?
- 31.** Quais são para o Sr. as maiores dificuldades para o exercício da atividade parlamentar?
- 32.** Existe um grupo que assume posição de destaque na atividade parlamentar? O que é, em sua opinião, necessário fazer para pertencer a elite parlamentar? (atentar para importância admitida ou não da ocupação de cargos-chaves do Legislativo)
- 33.** Como o Sr. vê a relação entre o Executivo e o Legislativo? (a maioria das leis aprovadas foram de iniciativa do Executivo)
- 34.** Qual deveria ser em sua opinião a forma de relacionamento entre esses dois poderes?
- 35.** O que o Sr. pensa acerca da visão negativa que a sociedade brasileira possui sobre a política e dos políticos em geral?
- 36.** Quais seriam em sua opinião as “saídas” para melhorar o funcionamento do Legislativo e o desempenho dos parlamentares, de forma a garantir uma imagem positiva dessa instituição e de seus membros perante a sociedade?
- 37.** O Sr. pensa em se candidatar às próximas eleições? Mais alguém da família irá se candidatar?

## **Anexo II - Roteiro das Entrevistas com o Presidente do PDT**

1. A política (a participação na política) é uma tradição na história de sua família?
2. Como foi o seu início na política? E no partido?
3. Como a tradição familiar na política influenciou a sua trajetória política?
4. O Sr. se lembra de eventos políticos que a sua família participava na sua infância?
5. O Sr. acredita ter sido familiarizado na política desde criança?
6. A família tem uma base eleitoral específica?
7. Há mais familiares em exercício na política hoje?
8. Os comitês auxiliam na eleição de todos os membros? Os cabos eleitorais também são os mesmos?
9. O que fez o Sr. perceber que tinha habilidades de um homem público?
10. Quem apontou essas habilidades? Foram familiares? Políticos?
11. Como o Sr. construiu sua carreira política? (atentar para o fato de ter ou não obedecido a “hierarquia” da carreira política eletiva, e o que pensa sobre isso) Havia outra pessoa na família que tinha as características para seguir a vida política?
12. Que tipo de preparação o Sr. recebeu para se transformar num homem público?
13. Caso tenha ocupado (ou não) cargos públicos. Qual a importância da ocupação de cargos públicos sobre a sua (ou de outrem) carreira política?
14. Como se dá a escolha e o recrutamento dos candidatos pelo partido?
15. Que habilidades/ características/ atributos são observados na escolha dos candidatos?
16. Os vínculos e origens familiares contam na escolha dos candidatos?
17. O partido ajuda de alguma forma na preparação deste futuro homem político?
18. Em Arcos há famílias que se reproduzem mais politicamente? Ou seja, que a herança política consegue ser transmitida e seus membros se projetam mais?
19. Quais são essas famílias com maior tradição política?

20. O Sr. acredita que há uma relação de continuidade dentro de famílias com tradição política?
21. A que o Sr. atribui essa continuidade?
22. Como o Sr. considera que seja transmitida a herança política?
23. Quais são os atributos que fazem a força de uma família com tradição política?
24. O Sr. já trocou de partido? Há muitas trocas de partido na política local?
25. Como é o dia-a-dia da presidência do partido?
26. As atividades do partido são mais intensas no período eleitoral?
27. Como é a relação do partido com os políticos a ele vinculado durante a legislatura?

**Anexo III – Tabela quantidade de mandato dos Vereadores de Arcos da 1ª a 16ª legislatura**

QUANTIDADE DE MANDATOS DOS VEREADORES DE ARCOS DA 1ª A 16ª LEGISLATURA*		
	Vereadores	Quantidade de mandatos
1	Absei Raimundo	1
2	Alaor Vilela de Oliveira	1
3	Albertino da Cunha Amorim	1
4	Almançor de Souza Rabelo	1
5	Álvaro Ribeiro de Carvalho	1
6	Alvino Alves Pinto	1
7	Antônio da Cunha Campos	1
8	Antônio da Silva Campos	1
9	Antônio Gaspar Rodrigues	1
10	Artêmio José Teixeira	1
11	Aulsênia Nogueira Leão Vidal	1
12	Baltazar Pimentel dos Santos	2
13	Benedito José da Silva	5
14	Carmélio de Sá Oliveira	1
15	Claudenir José de Melo	2
16	Cláudio Albuquerque de Oliveira	1
17	Clotário Alves	1
18	Dalvo Lopes Macedo	3
19	David Gomes Carolino	1
20	Demerval Vieira da Silva	1
21	Denílson Francisco Teixeira	2
22	Dilermando Azevedo	1
23	Diocélio Antônio Alves	8
24	Dirceu Carvalho Pinto	1
25	Eduardo Carvalho Faria	1
26	Eduardo da Cunha Campos	2
27	Elias Nogueira	2
28	Elmo Pires Soraggi	2
29	Elza Rodrigues de Miranda	1
30	Eponino David Franco	1
31	Etelvino Borges	1
32	Evaldo Rui de Oliveira	1
33	Faustino Azevedo	1
34	Francisco Pimentel dos Santos	6
35	Francisco Rodrigues de Oliveira	1
36	Francisco Roque Teixeira	2

37	Francisco Rosa da Silva Campos	1
38	Francisco Teixeira Arantes	2
39	Gabriel de Macedo Carvalho	3
40	Galeno Ribeiro da Silveira	1
41	Geni Andrade	1
42	Geraldo Avelino de Castro	1
43	Geraldo Cândido Ribeiro	2
44	Geraldo Cláudio Rodrigues	4
45	Hélio Almeida Pereira	1
46	Homero José dos Santos	1
47	Homero Pires Gontijo	1
48	Iraci Quirino Zica	1
49	Jaime Teixeira Arantes	1
50	Jairo Rodrigues de Souza	1
51	Jamir Soares dos Reis	2
52	Janer José de Faria	1
53	João Ferreira Fontes	1
54	João Ribeiro	3
55	João Ribeiro Pedrozo	2
56	João Rodrigues Filho	3
57	João Veloso Rodrigues	1
58	João Vieira da Cunha	1
59	Josafá Rodrigues da Cunha	1
60	José Agenor da Silva	2
61	José Aparecido da Silva	1
62	José Bernardes Sobrinho	1
63	José Correia Filho	1
64	José Cunha	2
65	José da Silva Campos	1
66	José Ferreira da Silva	2
67	José Geraldo de Melo	1
68	José Manoel de Figueiredo	1
69	José Maria de Castro	2
70	José Maria de Oliveira	1
71	José Martins Borges	1
72	José Rabelo dos Santos	2
73	José Ronaldo Sales de Carvalho	1
74	José Ronaldo Teixeira	2
75	José Teixeira de Amorim	1
76	José Teixeira Resende	1
77	José Teixeira Sobrinho	1
78	José Vilela Filho	1

79	Ludovico Xavier	1
80	Luiz Teixeira Malta	1
81	Manoel Ferreira Fontes	1
82	Márcio Fernando Faria	2
83	Marco Aurélio Barboni	1
84	Marcos de Castro Lima	1
85	Maria Marlene Rodrigues	3
86	Mateus Vieira da Cunha	1
87	Militão Bernardes Filho	2
88	Mirian Magna de Azevedo Vilela	1
89	Nestor Gonçalves Barbosa	1
90	Newton Gonçalves Barbosa	1
91	Niclero Garcia	1
92	Nilo Novais Valadão	1
93	Nominato Dias de Carvalho	1
94	Orlando Jacinto Coimbra	1
95	Orlando Martins Ferreira	1
96	Osmar Rodrigues de Sousa	1
97	Osmar Roque da Silva	1
98	Otávio Pereira Arantes	1
99	Paulo Domingos da Silva	4
100	Paulo Marques de Oliveira	1
101	Pedro César Rodrigues	3
102	Pedro Ferreira Gonçalves	1
103	Roberto Félix de Souza	1
104	Roberto Neves Zuquim	1
105	Rui Freitas	1
106	Sadrach Silva Leão	1
107	Sebastião de Oliveira Cardoso	2
108	Sebastião Guimarães Dias	2
109	Sebastião Teixeira de Sousa	1
110	Therezinha Soares Corrêa	4
111	Valeriano Macedo	1
112	Venceslau Garcia Vidal	1
113	Wilmar Arantes Júnior	4
	<b>Total de mandatos</b>	<b>174</b>

Fonte: Câmara Municipal de Arcos

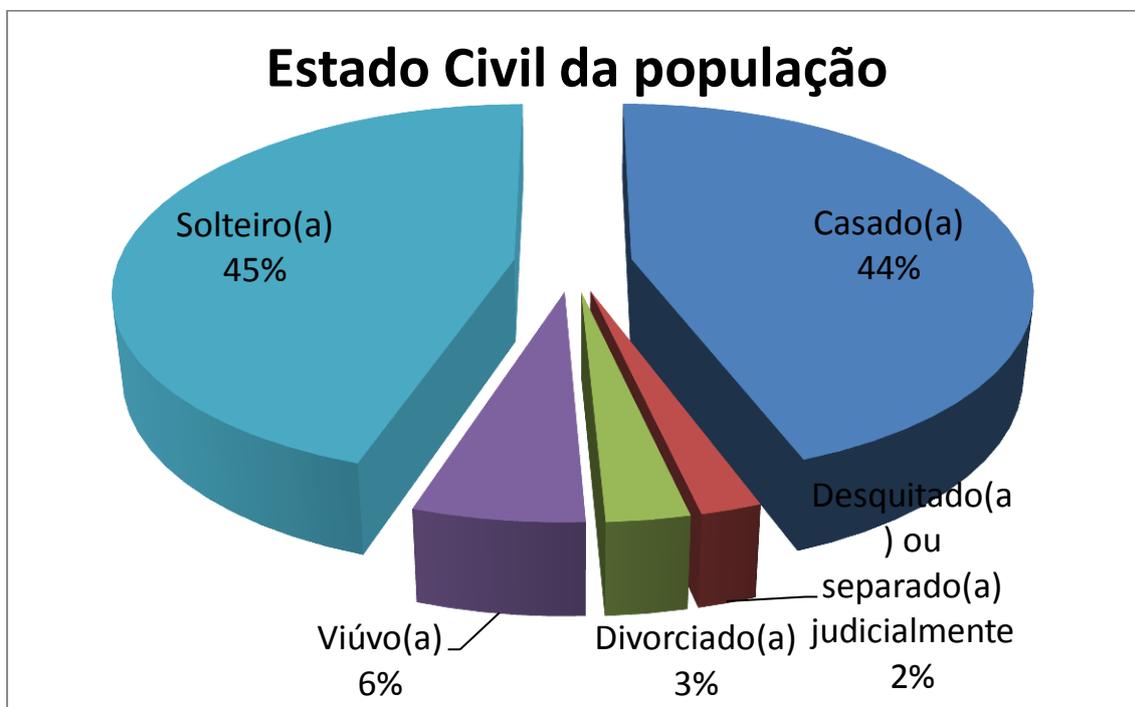
## Anexo IV – Tabela de estatística do eleitorado arcoense por sexo e grau de instrução

Estatística do Eleitorado por Sexo e Grau de Instrução									
Pesquisa por Município - Município 692 - UF MG - Outubro / 2008									
OBS: a informação sobre o grau de instrução é de responsabilidade do eleitor. A informação abaixo pode estar desatualizada.									
Grau de Instrução	Masculino(M)	%M/T	Feminino(F)	%F/T	Não Informado(N)	%N/T	Total(T)	%T/TT	
NAO INFORMADO	20	60.61	13	39.39	0	0	33	.12	
ANALFABETO	399	38	647	61.62	4	.38	1.050	3.88	
LE E ESCREVE	1.206	51.56	1.122	47.97	11	.47	2.339	8.63	
PRIMEIRO GRAU INCOMPLETO	5.979	52.79	5.330	47.06	17	.15	11.326	41.81	
PRIMEIRO GRAU COMPLETO	1.111	54.65	910	44.76	12	.59	2.033	7.5	
SEGUNDO GRAU INCOMPLETO	2.886	47.27	3.215	52.66	4	.07	6.105	22.53	
SEGUNDO GRAU COMPLETO	1.326	43.14	1.743	56.7	5	.16	3.074	11.35	
SUPERIOR INCOMPLETO	201	43.23	264	56.77	0	0	465	1.72	
SUPERIOR COMPLETO	257	38.53	409	61.32	1	.15	667	2.46	
<b>TOTAL(TT)</b>	<b>13.385</b>	<b>49.41</b>	<b>13.653</b>	<b>50.39</b>	<b>54</b>	<b>.2</b>	<b>27.092</b>	<b>100</b>	

Fonte: TSE<sup>19</sup>

<sup>19</sup> Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes/estatisticas-do-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-grau-de-instrucao>

Anexo V – Tabela sobre o estado civil da população de Arcos



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

## Anexo VI – Tabela sobre a naturalidade da população residente de Arcos

População residente - Naturais do município	25392
População residente - Não naturais do município	11205
População residente - Naturais da Unidade da Federação	34877
População residente - Não naturais da Unidade da Federação	1720

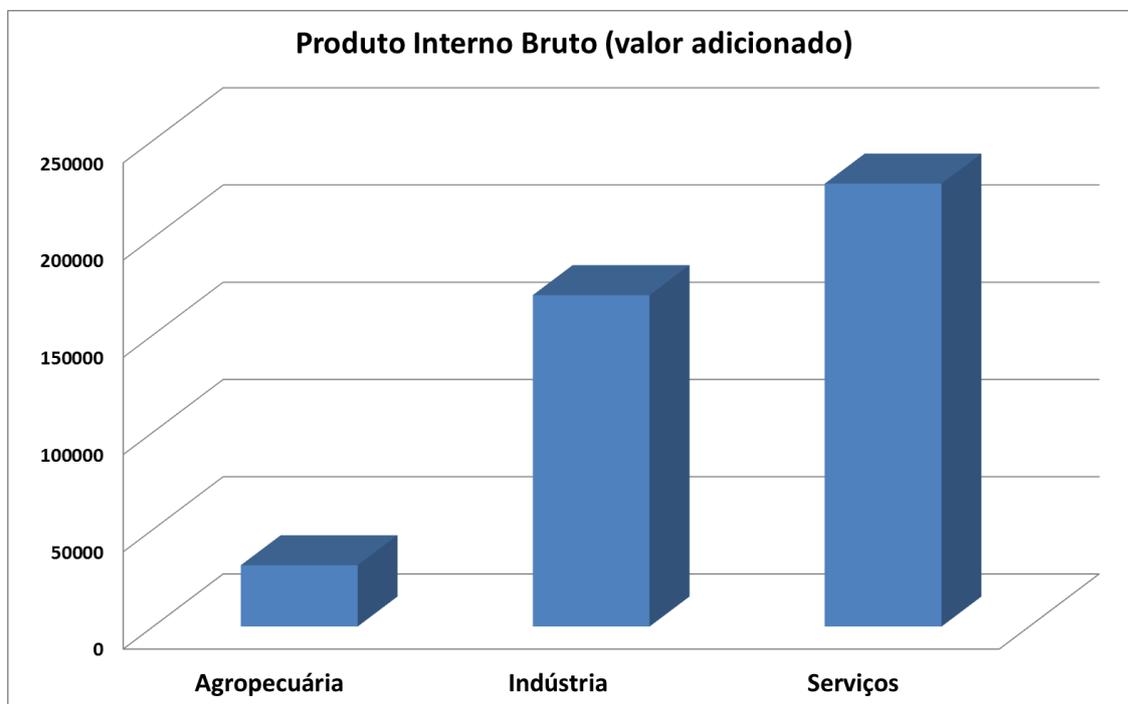
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

## Anexo VII – Tabela sobre as deficiências na população de Arcos

População - total	36597
Pelo menos uma das deficiências investigadas	6643
Deficiência visual - não consegue de modo algum	30
Deficiência visual - grande dificuldade	1010
Deficiência visual - alguma dificuldade	3525
Deficiência auditiva - não consegue de modo algum	50
Deficiência auditiva - grande dificuldade	453
Deficiência auditiva - alguma dificuldade	1233
Deficiência motora - não consegue de modo algum	113
Deficiência motora - grande dificuldade	708
Deficiência motora - alguma dificuldade	1298
Mental/intelectual	357
Nenhuma dessas deficiências	29952
Sem declaração	2

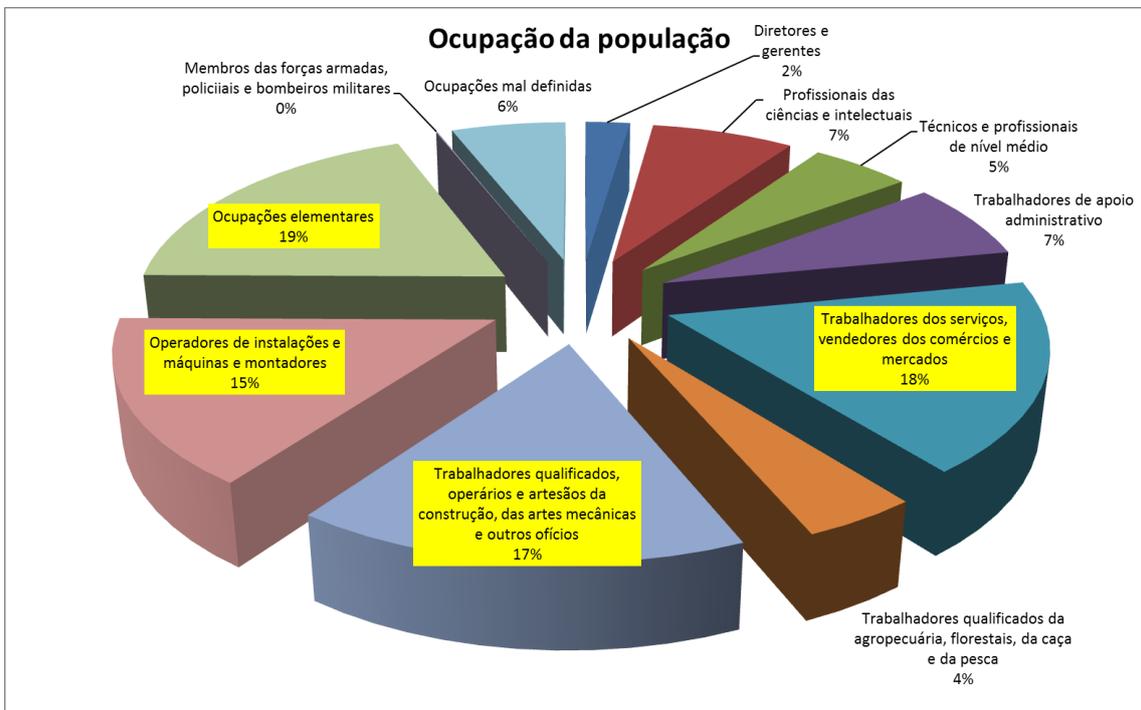
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

## Anexo VIII – Tabela sobre o Produto Interno Bruto de Arcos

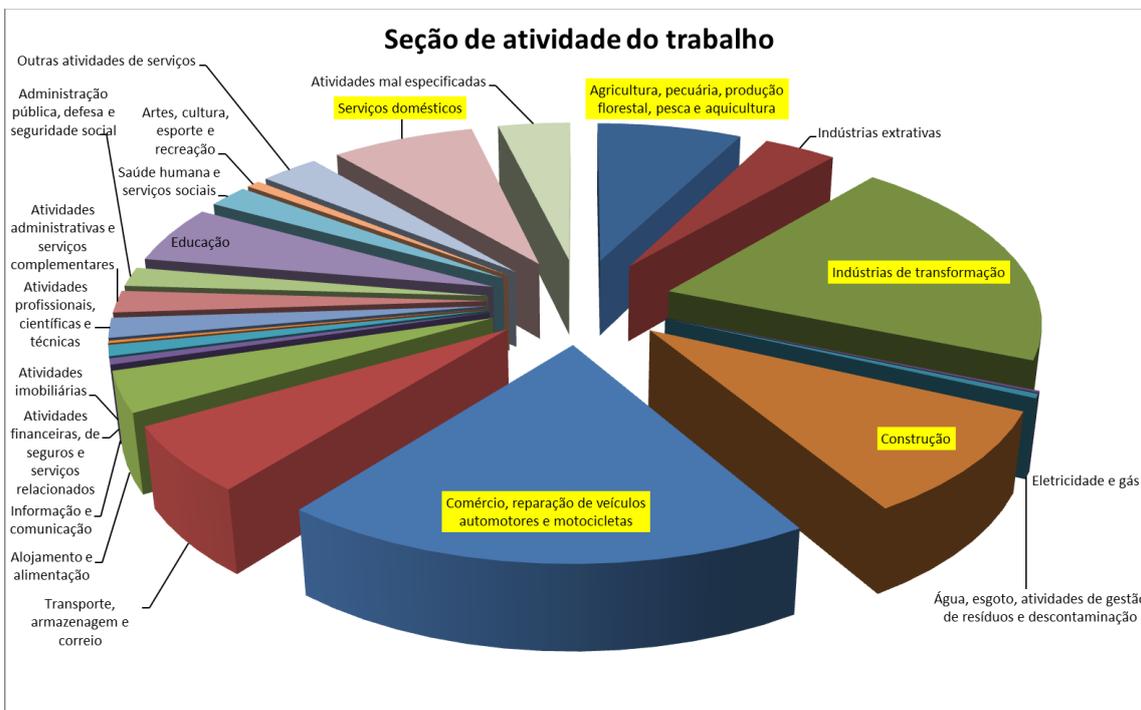


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

## Anexo IX – Tabelas sobre a ocupação e seção de atividade do trabalho da população de Arcos



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

## **Anexo X – Fragmento do Regimento Interno da Câmara Legislativa Municipal de Arcos**

### **SEÇÃO V**

#### ***DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL***

Art. 126 - Cabe a Câmara Municipal legislar sobre assuntos de interesse local, observadas as determinações e a hierarquia constitucional, suplementar a legislação federal e estadual e fiscalizar, mediante controle externo, a administração direta e indireta e as empresas em que o município detenha a maioria do capital social com direito a voto.

§ 1º - O processo legislativo, exceto casos especiais dispostos nesta Lei Orgânica, só se completa com a sanção do Prefeito Municipal.

§ 2º - Em defesa do bem comum, a Câmara se pronunciará sobre qualquer assunto de interesse público.

Art. 127 - Compete a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município e, especialmente:

I - legislar sobre todas as matérias atribuídas ou implicitamente ao município pelas Constituições da União e do Estado, as Leis em geral, esta Lei Orgânica e, especialmente sobre:

- a) o exercício dos poderes municipais;
- b) o regime jurídico dos servidores municipais.

II - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar as suas rendas em instituições oficiais;

III - autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas;

IV - votar o orçamento anual, plano plurianual de investimentos, a lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares especiais;

V - deliberar sobre obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;

VI - autorizar a concessão de auxílios e subvenções;

VII - autorizar a concessão de serviços públicos;

VIII - autorizar a concessão do direito real de uso de bens municipais;

IX - autorizar a alienação de bens imóveis;

X - autorizar a concessão administrativa de uso dos bens municipais;

XI - autorizar a aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargo;

XII - criar, transformar e extinguir cargos, empregos e funções públicas e fixar os respectivos vencimentos, inclusive na administração indireta observando os parâmetros da lei das diretrizes orçamentárias;

XIII - criar, estruturar e conferir atribuições aos secretários ou diretores equivalentes e órgãos da administração pública;

XIV - aprovar o plano diretor de desenvolvimento integrado;

XV - autorizar convênios com entidades públicas ou particulares e consórcio com outros municípios;

XVI - delimitar o perímetro urbano;

XVII - autorizar a alteração da denominação de prédios, vias e logradouros públicos;

XVIII - estabelecer normas urbanísticas, particularmente as relativas a zoneamento e loteamento, uso, ocupação e parcelamento do solo.

## **SEÇÃO VI**

### ***COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA CÂMARA***

Art. 128 - Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, entre outras:

I - dar posse ao Prefeito, Vice - Prefeito, conhecer de suas renúncias ou afastá-los definitivamente do cargo;

II - emendar a Lei Orgânica ou reformá-la;

III - eleger sua mesa e destituí-la na forma regimental;

IV - elaborar o regimento interno;

V - conceder licença ao Prefeito, ao Vice - Prefeito e aos Vereadores, para afastamento do cargo;

VI - autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município, por mais de quinze dias por necessidade do serviço;

VII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de sessenta dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos:

a) o parecer do Tribunal somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara;

b) decorrido o prazo de sessenta dias, sem deliberação pela Câmara, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas;

c) zelar pela preservação de sua competência, sustando os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem seu poder regulamentador;

d) rejeitadas as contas, serão estas imediatamente, remetidas ao Ministério Público para os fins de direito.

VIII - decretar a perda do mandato do Prefeito e dos Vereadores, nos casos indicados na Constituição Federal, nesta Lei Orgânica e na legislação federal aplicável;

IX - autorizar a realização de empréstimo, operação ou acordo externo de qualquer natureza, de interesse do Município;

X - aprovar convênio, acordo ou qualquer outro instrumento celebrado pelo Município com a União, o Estado, outra pessoa jurídica de direito interno ou entidade assistencial e cultural;

XI - proceder a tomada de contas do Prefeito, através de comissão especial quando não apresentadas a Câmara dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;

XII - estabelecer e mudar temporariamente o local de suas reuniões;

XIII - convocar o secretário ou diretor equivalente, responsáveis pela administração direta ou indireta, para prestar esclarecimentos sobre matéria de sua competência;

XIV - deliberar sobre adiamento e suspensão de suas reuniões;

XV - criar comissão parlamentar de inquérito sobre fato determinado e prazo certo que se inclua na competência municipal, mediante requerimento de um terço de seus Vereadores;

XVI - conceder título de cidadão honorário ou conferir homenagem a pessoa que reconhecidamente tenha prestado relevantes serviços ao Município ou aquele se destaca pela atuação exemplar na vida pública e particular, mediante proposta pelo voto secreto de dois terços dos membros da Câmara;

XVII - solicitar a intervenção do Estado no Município, representada pela maioria absoluta de seus membros;

XVIII - julgar o Prefeito, Vice - Prefeito e os Vereadores, nos casos previstos em lei;

XIX - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XX - fixar, observado o que dispõe os artigos 37, XI, 150, II, 153, III e 153, § 2º da Constituição Federal, e artigo 179, parágrafo único da Constituição Estadual, a remuneração dos Vereadores, Prefeito e Vice - Prefeito em cada legislatura para a subsequente, sobre a qual incidirá o imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza;

XXI - aprovar ou vetar iniciativa do Poder Executivo que repercutam desfavoravelmente sobre meio ambiente;

XXII - Julgar anualmente as contas prestadas pelo Prefeito e pela Mesa da Câmara;

XXIII - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação e transformação de cargos, empregos, funções e fixação da respectiva remuneração, observado os parâmetros legais, especialmente a lei das diretrizes orçamentárias;

XXIV - deliberar sobre assuntos de sua economia interna e competência privativa;

XXV - solicitar informações, por escrito ao Executivo;

XXVI - tomar iniciativa de projetos de Leis Municipais, na forma das Constituições Federal e Estadual;

XXVII - propor ao Prefeito a execução de qualquer obra ou medida que interesse à coletividade ou ao serviço público;